

LÚCIO PAULO ALVES PIRES

**CARTOGRFIAS URBANAS: O PROCESSO DE
(DES)RETERRITORIALIZAÇÃO POLÍTICA DA REVISÃO DO PLANO
DIRETOR DE MARINGÁ (2019/20)**

**Maringá
2021**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Lúcio Paulo Alves Pires

**CARTOGRFIAS URBANAS: O PROCESSO DE
(DES)RETERRITORIZAÇÃO POLÍTICA DA REVISÃO DO PLANO
DIRETOR DE MARINGÁ (2019/20)**

**Dissertação apresentada como
um dos requisitos para titulação
de mestre no Programa de Pós
Graduação de Administração da
Universidade Estadual de
Maringá.**

**Orientador: Professor Dr.
William Antônio Borges**

**Maringá
2021**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

P667c

Pires, Lucio Paulo Alves

Cartografias urbanas : o processo de (des)reterritorialização política da revisão do plano diretor de Maringá (2019/2020) / Lucio Paulo Alves Pires. -- Maringá, PR, 2021. 155 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. William Antônio Borges.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2021.

1. Micropolítica - Cartografia. 2. Macropolítica - Cartografia. 3. Plano diretor 2019/2020 - Maringá. 4. Planejamento territorial urbano - Maringá, PR. 5. Políticas públicas - Política urbana. I. Borges, William Antônio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 23.ed. 352.793



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
 Av. Colombo, 5790 - Zona 07 - 87020-900 - Maringá - PR.
 Homepage: www.ppa.uem.br
 Facebook: https://www.facebook.com/posgraduacaoadministracaouem/?modal=admin_todo_tour
 LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/ppa-uem-b1291731/>
 Contatos: (44) 3011-5949 - E-mail: sec-ppa@uem.br

ATA DE DEFESA PÚBLICA

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, realizou-se, por videoconferência, em conformidade com os Decretos nº 4230/2020 e 4258/2020 do Governo do Estado do Paraná, e a Portaria nº 122/2020-GRE, a apresentação do Trabalho de Conclusão, sob o título: **“Cartografias urbanas: o processo de (des)reterritorialização política da revisão do Plano Diretor de Maringá (2019/20)”**, de autoria de LÚCIO PAULO ALVES PIRES, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado) - Área de Concentração: Organizações e Mercado. A Banca Examinadora esteve constituída pelos professores: Dr. William Antonio Borges (presidente), Dr. Murilo dos Santos Moscheta (membro examinador externo - PPI/UEM) e Dr. Maurício Reinert do Nascimento (membro examinador do PPA). Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, o(a) candidato(a) foi **Aprovado** pela Banca Examinadora. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo coordenador e pelos membros da Banca Examinadora.

Maringá, 31 de maio de 2021.

Dr. William Antonio Borges
(presidente)

Dr. Murilo dos Santos Moscheta
(membro examinador externo - PPI/UEM)

Dr. Maurício Reinert do Nascimento
(membro examinador PPA)

Dr.ª. Olga Maria Coutinho Pépece
Coordenadora do PPA

AGRADECIMENTOS

Primeiro gostaria de agradecer a essa pulsão, que flui pelo meu corpo, chamada vida... todos movimentos territorializantes e desterritorializantes que compõem meu caminhar, sendo de dores ou de alegrias, cada um teve sua importância.

A minha companheira e amiga, Meire, de todos os dias e todas as noites, que vivencia dores e prazeres ao meu lado, potencializando meus afetos e amor. A qual, há quase três anos, participou da minha escolha pelo processo seletivo do mestrado acadêmico, quando transitei pela disciplina "A Cidade no processo de Políticas Públicas", como aluno não regular. Pois, a partir dessa escolha, conheci meu querido orientador e professor William, que hoje tenho a alegria de chamar de amigo.

E agradeço ao meu querido orientador, Dr. Wiliam Antônio Borges; por me acolher no caminhar acadêmico, com muita paciência e compreensão, perante minhas limitações e esquizofrenias, estendendo o conhecimento nômade, apresentando-me a filosofia da diferença. E demonstrando que podemos vivenciar, no (des)arranjo da vida, potências alegres.

Ao querido Bruhmer, por todo carinho e paciência durante as práticas institucionais, e nas maravilhosas conversas acompanhadas de um bom café do cotidiano acadêmico.

Ao PPA, aos professores e colegas que compartilharam o cotidiano acadêmico; em especial à professora Dr. Elisa, ao me ensinar que o "apanhar" faz parte do vivenciar acadêmico; ao professor Dr. Márcio, por me instruir ao meu melhor, pois precisamos cumprir metas, e que escrever e publicar fazem parte de nosso cotidiano – afinal o molar compõe nossos corpos; à professora Dra. Josiane, por me ensinar o "lugar de fala" e que há momentos do "tanque de carinho"; à professora Dra. Priscila, pelos maravilhosos encontros que compuseram meu início de agradáveis finais de semana (iniciando na sexta), pois o prazer de estudar os territórios, produziram potencialmente meu ser.

A todos companheiros de mestrado, por dividirem os traçados epistemológicos, e aos veteranos de programa, pelo compartilhamento de suas experiências e sabedorias, em especial ao Felipe, companheiro de orientador, por

romper os paradigmas, defendendo com maestria sua dissertação cartográfica no PPA.

A professora Francielli Borges, querida amiga de programa, doutoranda Franci, que com muito carinho e disposição acolheu meu Estágio Docência no Departamento de Administração, e me mostrou, assim como a professora Suzie, que mulheres são potências vivas, mães, professoras, amigas, pesquisadoras... devires mulheres.

Agradeço também à minha banca de exame de qualificação, que com muito cuidado e paciência compreenderam meus buracos e afecções, validando minha pesquisa; ao professor Dr. Mauricio Reinert, pelos cuidados em sua leitura e anotações em meu projeto; ao professor Dr. Murilo Moscheta, por validar e demonstrar que podemos escrever uma dissertação desarranjada e ainda produzir contribuições ao campo.

Aos funcionários do município de Maringá – PR, em especial aos do IPPLAM, por dividirem seu cotidiano e território durante o processo de revisão do Plano Diretor, por todo o carinho e compreensão.

Às instituições, as quais me concederam insumos necessários para capacitação na escrita deste movimento. À Universidade Estadual de Maringá, com seu grande prestígio e aconchegos, estruturais e psicossociais; e a instituição da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo período concedido da bolsa de estudos, possibilitando minha dedicação exclusiva.

Por desenlace, aos meus pais professores, minha mãe Eunice, exemplo de devir-mulher, por todos ensinamentos até minha vida adulta; e ao meu saudoso pai, Paulo, meu maior exemplo político, por ter me mostrado que a vida é energia, e podemos sempre transformar.... hoje entendo... podemos nos **transvalorar**.

RESUMO

Convido a todas(os,es) ao movimento desterritorializante, à afirmação por um devir-pesquisa, através dos fios que pedem passagem, que se inscrevem na produção da política urbana territorial, em arte de composição micropolítica cartográfica. Com este trabalho, afirmamos a vontade de potência a partir de suas pistas que se constituem ontologicamente em vir a ser, uma esquizoanálise proposta por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1968). Olhamos para as multiplícidades e construímos cartografias ao acompanharmos o processo de revisão do Plano Diretor no município de Maringá, nos anos de 2019/20. **Cartografamos os atravessamentos macro e micropolíticos inscritos neste processo**, tudo o que nos afetou e se estabeleceu em desejo, em acontecimento. Essa conexão, coextensiva e imanente, entre os planos molares (**macropolíticos**) e moleculares (**micropolíticos**) potencializaram nossas afecções: dos corpos; dos planos comuns; dos encontros; das políticas públicas; dos movimentos sociais; enunciando singularidades, dando passagem e instaurando o processo **cartográfico**. Neste movimento, produzimos a diversidade de platôs urbanos (cartografias), em singularização e produção de subjetividades, experimentando processos de **(des)reterritorialização e transvaloração** de si, a partir dos movimentos delirantes, de fuga e de retomada. Compõe-se em sentimento artístico, a criação dos mundos pelo plano de vir-a-ser. Por desenlace, em constante movimento, nossas derivas são (in)conclusivas, mas afirmamos, na diversidade dos campos construídos nos estudos organizacionais e na administração pública, uma declaração de guerra: uma política-sem-órgãos.

Palavras Chaves: Macro e Micropolítica; Cartografia; Desejo; Participação; Políticas Públicas; Plano Diretor;

ABSTRACT

I invite all (a, an) to the deterritorializing movement, to the affirmation of a devir-research, through the threads that ask for passage, which are inscribed in the production of territorial urban policy, in art of cartographic micropolitical composition. With this work, we claim to have the will to power from its clues that follow ontologically in becoming, a schizoanalysis proposed by Gilles Deleuze and Felix Guattari (1968). We looked at the multipli-cities and built cartographies as we followed the process of reviewing the Master Plan in the municipality of Maringá, in the years 2019/20. **We cartography the macro and micropolitical crossings in this process**, everything that affected us and is defined in desire, in event. This coextensive and immanent connection between the molar (**macropolitical**) and molecular (**micropolitical**) planes potentiated our affections: of the bodies; of the common plans; of the encounters; public policies; of social movements; enunciating singularities, giving way and establishing the cartographic process. In this movement, we produce the diversity of urban plateaus (cartographies), in singularization and production of subjectivities, experiencing processes of **(de)reterritorialization** and **transvaluation** of the self, from delusional movements, of escape and resumption. It is composed of an artistic feeling, the creation of worlds through the plan of becoming. As a result, in constant movement, our drifts are (in)conclusive, but we affirm, in the diversity of fields constructed in organizational studies and in public administration, a declaration of war: a policy-without-organs.

Key Words: Macro and Micropolitics; Cartography; Desire; Participation; Public Policy; Master Plan;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APGT	Assembleia de Planejamento e Gestão Territorial
APCUB	Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil
AU	Aglomeração Urbana
CARTA	Constituição Federal
FNDU	Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LC	Lei Complementar
PDUI	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
PDUR	Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado PR
PD	Plano Diretor
PDM	Plano Diretor Municipal
ONU	Organização das Nações Unidas
IPPLAN	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá

SUMÁRIO

APRESENTA-AÇÃO	13
1. INTRODUÇÃO	14
Objetivo Geral.....	20
Objetivos Específicos.....	21
Contribuição.....	22
2.FUNDAMENTOS MOLARES E MOLECULARES: epistemologia esquizoanalítica.....	24
2.1. (MACRO)POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS: Os movimentos democráticos brasileiros e os dispositivos da Ordem Social (art. 194, 204)	26
2.1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	26
2.1.1.1 O Campo de Políticas Públicas: do surgimento à participação social.....	27
2.1.1.2 Conceitos e Abordagens sobre Políticas Públicas.	32
2.1.1.3 O Ciclo de Políticas Públicas.....	34
2.1.2. ESTATUTO DA CIDADE.....	37
2.1.3 ESTATUTO DA METRÓPOLE.....	40
2.1.4 PLANO DIRETOR.....	42
2.1.4.1 Da Obrigatoriedade à Estrutura do Plano Diretor.....	45
2.1.4.2 Valores Éticos E Democráticos Do Planejamento Participativo.....	49
2.2. (MICRO)POLÍTICAS DE EXPANSÃO: Os acontecimentos urbanos e o campo molecular	52
2.2.1 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEMOCRACIA.....	54
2.2.2 REVOLUÇÃO DESEJANTE E SUBJETIVA.....	57
2.2.3 O RIZOMA: A URBANIZAÇÃO E A METROPOLIZAÇÃO.....	61
3. HÓDOS-META: um caminhar esquizoanalítico.....	66
3.1. Mas o que é cartografia?.....	66
3.2 Experimentação Cartográfica	68
3.3. A Produção de dados e a Subjetividade.....	71
3.4. Nosso <i>Hipomnemata</i> e o Desenho da Cartografia.....	73
3.5. (Des)abordagem de Pesquisa.....	75

4. OS MAPAS URBANOS: CARTOGRAFANDO OS ATRAVESSAMENTOS MACRO E MICROPOLÍTICOS.....	75
4.1 PLANO DIRETOR: NOSSA GRANDE PONTE.....	76
4.2. O SENTIMENTO CARTOGRÁFICO: Nota de uma cartografia acadêmica não cafetinada.....	79
4.3. NOSSO “COLETIVO”! NOSSAS “POLÍTICAS”! A PRIMEIRA ETAPA DA REVISÃO DO PDM DE 2019.....	81
4.4. ATRAVESSAMENTO – FORÇA DE CONSTRANGIMENTO: o estabelecimento normativo da revisão do plano diretor no município de Maringá.....	94
4.5. REAÇÕES EXOTÉRMICAS DO TERRITÓRIO DA APGT 1: o processo (hetero/homo)gênico da revisão do PDM 2019/20.....	99
4.6. A MULTIPLICIDADE TERRITORIAL: o processo da APG 2 à APG 3 durante a revisão do PDM.....	107
4.7. A FERROVIA PROCESSUAL: a quarta assembleia de planejamento e gestão territorial no processo de revisão do PDM.....	113
4.8. A AFIRMAÇÃO NO DISCURSO CRISTÃO: narrativas religiosas? NÃO! Políticas – a quinta assembleia de planejamento e gestão territorial no processo de revisão do PDM	117
5. MAPEAMENTO VIVO: o desejo no processo de produção urbana.....	125
6. NOSSAS LINHAS PSICOSSOCIAS: O TECIDO (TERRITÓRIO) DO PROCESSO URBANO.....	133
7. DERIVAS (IN)CONCLUSIVAS.....	137
Nossa política sem órgãos.....	137
O comum maquinário.....	138
O devir-urbano.....	140
8. REFERÊNCIAL.....	142

Ao cego não falta visão, porque o cego que é visto como cego ele só é visto como cego por um outro que criou um modelo. Assim, aquele ser antes de ser um cego para um outro, é um ser para si mesmo, é uma presença plena.

SPINOZA

APRESENTAÇÃO

Talvez devêssemos compartilhar a história do autor desta obra. Contudo, todo o eu, transvalorado, inscreve-se de caos, que territorializa e produz, pelas afecções, compondo o múltiplo... os agenciamentos. Contar-lhes idade, diplomas, raças, crenças e ou objetivos, demonstraríamos quantos sol alinhado ao sul, de solstícios, apreciamos, ou quantos papéis de títulos mantemos engavetados. Afinal, os processos institucionais e culturais, os movimentos populares, as forças religiosas, entre outras produções, regulam minuciosamente a vida cotidiana, os laços de família e as relações sociais.

Mas somos os movimentos, as raças e os territórios múltiplos, do devir-vespa, os códigos jogados (afirmação) aos atravessamentos e subjetividades, que compõem este mapa. De raízes e troncos, estratificados na diversidade das máquinas.

Somos também os corpos espinosistas plenos, ilimitados, livres. Produzindo resistência sobre toda produção capital fascista, permitindo desenhar novas cores, traçar novos lados da vida, novos olhares, associados a beleza imanente dos corpos, da prática biopolítica.

Escrevemos, não para rebater e alocar a pobreza e as expressões do desejo nas produções da subjetividade. Pois "escrever não é contar as próprias lembranças, suas viagens, seus amores e lutos, sonhos e fantasmas" (DELEUZE, 1997). Mas para acionarmos o devir, sempre em via de fazer-se, e que extravasamos qualquer fixo no vivível ou vivido. Em processo, ou seja, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido (DELEUZE, 1997) Pois, palavras também podem libertar, acionando a vida, por meio da intensidade, força e potência (NIETZSCHE, 1978).

Não escrevemos com as próprias neuroses. Segundo Deleuze (1997), a neurose e a psicose não são passagens de vida, mas estados em que se cai quando o processo é interrompido. Pois segundo Nietzsche (1978), a parada do processo é a doença.

O estado doentio invoca, domina e oprime todo o devir. Escrever é a medida de saúde. O escritor, como vidente e ouvidor, é "a passagem da vida na linguagem que constitui os ideais", entretanto entre todos os que escrevem, mesmo entre os loucos, segundo Deleuze (2011), "muito poucos os que podem dizer-se escritores", produtores de pensamento, de novas lógicas, de novos mundos.

1. INTRODUÇÃO

O indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte, do qual paira uma obra possível, retoma por sua conta a função do autor: aquilo que ele escreve e o que não escreve, aquilo que deseja, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, e o que deixa, vai cair como conversas cotidianas (FOUCAULT, 2014, p. 27) Afinal, estamos imersos em nós, maneiras de viver, de sobreviver e de julgar. Somos seduzidos, apaixonados, conectados, transpassados por desejos. A pulsão que corre, goza e permite a existência da vida. A escrita compõe parte destes extratos, desses platôs, o movimento.

O autor, segundo Foucault (1970), “é aquele que dá a inquietante linguagem da ficção, suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”. Não impedindo que tenhas existido, esse autor real, esse ser que irrompe em meio a todas as palavras usadas, trazendo nelas seu gênio ou sua desordem, seu discurso louco de experiências vividas. O sentido oculto que os atravessa, pede-se-lhe que os articule com sua vida pessoal e suas vivências, por um devir.

Portanto, pedimos que busquem suas produções de subjetividades e pretéritos de encontros singulares, para comporem um novo agrupamento e uma nova ponte de passagem do comum. Pois, agora apresentaremos nosso caminhar nômade, ao acompanharmos o processo político urbano no município de Maringá. Cartografando os encontros nesse plano coletivo, ao acessarmos nossa **grande ponte**, ou seja, nossos instantes presentes, nossa zona de passagem. (NIETZSCHE, 1883)

Essa conexão, em que coexistimos e produzimos, segundo Nietzsche (2019), é a zona de passagem, é a **grande ponte** de Zarathustra. O que Spinoza (1675) denomina de plano comum dos encontros, onde todos os corpos existem de modo a coexistirem/interagirem, compondo relações potentes de afetar e ser afetados.

“Por afeto compreendemos as afecções do corpo, pelas quais nossas potências de agir são aumentadas ou diminuídas” (SPINOZA, 2008). E a partir dos encontros, potencializamos os afetos, pois segundo o filósofo, um afeto de alegria nos leva para uma potência maior de agir;

São as composições entre as diversidades de corpos que produzem e conectam ao que o filósofo denomina de **bom-encontro**. Contudo, quando nossas afecções nos levam para uma condição de menor potência, são afetos de tristeza, de extrações de alegria. São modos de produzir, pelos maus encontros (SPINOZA, 2008).

Nesse campo de forças, composto desses modos de produzir, segundo Nietzsche (2012), é como produzimos a vontade de potência. E o poder, segundo Mosé (2018), resulta de uma diferença de quantidade, dada no confronto:

“se a resultante das forças, a vontade de potência, tem a predominância de forças dominadas, trata-se de uma vontade negativa de potência. Se, ao contrário, tem como predomínio forças dominantes, trata-se de uma vontade afirmativa de potência. Portanto, vontade de potência diz respeito a um jogo de forças que, no caso do ser humano, pode ser afirmativa ou negativo com relação à potência: existe a vontade que se exerce através da negação da potência, e a vontade cuja ação é a afirmação da potência.” (MOSE, 2018, p. 85)

É nesse campo de disputa, entre forças ativas e reativas políticas, que “puxaremos” fios para nosso desenho cartográfico. Pois o campo de fios (molares, moleculares e de fuga) é a composição do rizoma urbano.

Em tais concepções, há toda uma economia das almas, dos espíritos, toda uma apreensão dos afetos que não passa pelo discurso ao nível significativo (GUATTARI E ROLNIK, 1996). Paisagens psicossociais que se fazem, ao mesmo tempo, desmanchamento de mundos, a perda de sentidos e a formação de outros mundos, que criam para expressar afetos (ROLNIK, 1989). Segundo a psicanalista, nossa tarefa, a do cartógrafo, é dar língua aos afetos que pedem passagem:

(...) “dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento as linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias.” (ROLNIK, 1989, p. 16)

As cartografias trazem marcas dos encontros que as constituíram (ROLNIK, 1989), criando a possibilidade de identificarmos os agenciamentos dos desejos no rizoma, pois é no rizoma que o desejo se (retro)alimenta e se move (DELEUZE, 2012).

Portanto, o que iremos apresentar é esse movimento (des)reterritorializante político, que o desejo produz ao movimenta-se através dos fluxos da produção no urbano.

Não aplicamos Deleuze, Foucault, Guattari, Spinoza e Nietzsche para produzirmos uma teoria, mas reafirmarmos os devires, o processo de experimentação, desenhando um mapa por meio dos nós psicossociais, tecendo, assim, nossa pesquisa inventiva, singular, compreendendo as características deste caminhar niilista que prevalece pela macropolítica. Para esses pensadores, a questão não é saber qual invariante define a natureza humana, mas o que pode tornar-se natureza humana, podendo ser constantemente transformada (HARDT; NEGRI, 2016, p. 216). Afinal, a consciência, a boa reputação, o inferno, a própria moral, segundo Nietzsche (1978), são as degenerações invisíveis dos corpos.

Destarte, afirmaremos a vontade de potência, através de uma política cognitiva, uma intervenção ao mundo, lançando um mapa, cartografando os atravessamentos macro e micropolíticos por meio dos encontros neste plano/campo comum de existência, a nossa **Grande Ponte**.

Para nós, a grande ponte de Zaratustra compõe nosso caminho, também espinosista, pelo qual logremos os afetos, organizando encontros, suscitando com que sejamos parte ativa dos acontecimentos. Esta ponte (este caminho) se inscreve na revisão do **Plano Diretor (PD) do município de Maringá**.

Como parte integrante do processo de planejamento municipal, o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (BRASIL, 2001). Considerado, para Alfonsin (2002), como a espinha dorsal das políticas urbanas a serem implementadas nos municípios, e mencionado na Constituição Federal como peça chave na composição territorial e distribuição do ônus da função social da propriedade urbana. No momento de finalização desta dissertação, cabe destacar que o processo de revisão do PD do município de Maringá – PR (2020 – 2030) segue em trânsito.

Ao olharmos para esse processo urbano, pelas próprias maneiras de fantasiarmos a cidade, é possível construirmos representações cartográficas permeando as máquinas de guerras, máquinas sociais, máquinas de lutas, construindo nossa autonomia, a qual, segundo Guattari e Rolnik (1996), permite captar os impulsos de desejos, não para fazê-los convergir num mesmo ponto central arborescente, mas para dispô-los num imenso rizoma, que atravessará todas as

problemáticas sociais, tanto a nível local, regional, quanto a nível nacional e internacional (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 177). Pois, durante a formação e organização urbana, seja na produção industrial ou comercial de uma metrópole, ou nos processos de produções biopolíticas, ocorrem formas veladas e mistificadas, segundo Hard e Negri (2016), para acessarmos o comum.

Seguindo esse caminho esquizoanalítico, primeiramente apresentaremos a composição desse plano comum, de forças reativas; essa composição molarizante (macropolítica), a partir do **desenvolvimento político e democrático dos movimentos brasileiros e os dispositivos da Ordem Social (art. 194: 232)**.

À medida que o significado estrutural da democracia passava por mudanças e disputas epistemológicas democráticas – democracias populares versus democracias liberais – paradoxalmente o processo de globalização suscitava uma nova ênfase na democracia local, e nas variações da forma democráticas do Estado nacional, permitindo, segundo Santos (2002, p. 42), as recuperações de tradições participativas em países como o Brasil, a Índia, Moçambique e a África do Sul.

Destacamos os movimentos sociais brasileiros, os quais “foram atores fundamentais na criação e consolidação da arquitetura participativa em várias áreas de políticas públicas” (TATAGIBA, 2011, p. 171). Com foco na regulamentação da **constituição de 1988**, instituindo os diversos mecanismos de participação direta e semidireta, como complemento à democracia representativa, como às diversas outras conquistas (TATAGIBA, 2011).

“Há consenso entre os analistas que a conquista maior da Carta de 1988 foi a consagração das liberdades democráticas de opinião, de manifestação e de organização. (...) Ela também deu garantias individuais referente à criminalização do racismo, abolição e banimento da pena de morte, livre-exercício religioso, repúdio à tortura e tratamentos desumanos e degradantes. Os dispositivos da Ordem Social (art. 194, 204), possibilitou a organização de sistemas nacionais de gestão participativa das políticas sociais.” (GOHN, 2019, p. 84)

Contudo, consideramos que essas ações democráticas, provocadas por esses movimentos; operam por meio de uma política de subjetividades; o que redimensiona os modos de se produzir os processos (político);

O sócius, as máquinas de territorialização são operadas no desejo e nas subjetividades, a partir da codificação dos fluxos; ao acesso e apropriação do comum. A máquina territorial primitiva, com seu motor imóvel, **urbana**, segundo Deleuze e Guattari (2010, p. 188), já é a máquina social que codifica os fluxos de produção, os meios de produção, os produtores e consumidores; “é esta a mais elevada tarefa da máquina social, dado que as extrações de produção correspondem a separações de cadeias, resultando daí a parte residual de cada membro, num sistema global do desejo e do destino que organiza as produções de produção, as produções de registro, e as produções de consumo”.

Cada linha neste arranjo maquínico, são codificadas em fluxos, ou seja, toda produção é produto de um desejo, pautada em um acontecimento urbano. Portanto, nessa produção imanente urbana, da metropolização rizomática, destacamos os novos movimentos sociais, o direito à cidade e a revolução desejante.

“O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 28)

Tratamos de articular o processo político para além dos modos participativos, que nos constroem ou calam, nos lançando em afirmar o eterno retorno, afirmar novos modos de existência, a vontade de potência (micropolítica).

Em seguida, nossas revoluções desejantes, através de uma composição cartográfica, ou seja, cartografias inseridas em uma cartografia, a pura multiplicidade acadêmica, no intermezzo.

Nossas vivências e experimentações ao acompanharmos o processo de revisão do Plano Diretor de Maringá nos anos de 2019 e 2020, em múltiplos territórios, além de nossas próprias subjetividades, materializadas em nosso hypomnêmatas. Foram processos que permitiram a produção-transformação de nossa realidade, gerando condições para experimentarmos a **(des)reterritorialização** política.

Neste contexto transvalorado; o que ansiar? Tudo... poderia pular para nossas (in)conclusões, ou para outra cartografia, pois esta produção singularizante é uma declaração de guerra... em sua composição: **platôs urbanos...** Pois, segundo

Deleuze (2012), “o desejo é revolucionário, porque sempre quer mais conexões, mais agenciamentos”.

“Como é que as pessoas aceitam investir seus afetos desterritorializados nessa direção tão contrária a expansão de sua vida. Como é que não percebem nada e se deixam atrair a esse ponto por aquela máquina infernal. Como é que engolem assim tão inocentemente, sem a menor problematização, a hierarquia de valorização das linguagens. Como é que não se dão conta do veneno da captura quando para o cartógrafo são tão evidentes.”
(ROLNIK, 1989, p X)

Aqui paramos, não para subjetivar ou reproduzir os modos acadêmicos, mas para invocarmos todas as marcas dos nossos corpos em devir-acadêmico, isto é, o que deriva em autonomia, pelas nossas abstrações e diferenças... como também pelas dores e sofrimentos e pelos territórios institucionais edipianos, pois a dor também faz parte de uma vida ativa e de um olhar complacente.

Derivas, enfim, a maneira pela qual operamos a conjunção dos pensamentos imanentes (nômades) e os procedimentos sistemáticos e racionais, a base metodológica (estática) orientada em práticas e ideias (MARCONI; LAKATOS, 2007) e os objetivos: geral e específicos;

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p.17), a metodologia nasce da concepção de como produzir e a "tomada de decisão fundamenta-se naquilo que se afigura como lógico, racional, eficiente e eficaz." Entretanto:

**"Ó Homem! Presta atenção!
O que, de fato, diz a voz da profunda meia-noite?
'Dormi o meu sono –
Fui acordada de um sonho profundo e imploro: –
O mundo é profundo!
Profunda é a desgraça –
A alegria – mais profunda do que a agonia do coração,
A desgraça diz: 'Desaparece! Vai!'
Mas toda a alegria deseja a eternidade –
– quer a profunda, a profunda eternidade!"**

(NIETZSCHE, 2012, p. 320)

Compostos por alegrias, objetivamos lançarmos nossa obra para:

Cartografar os atravessamentos macro e micropolíticos inscritos no processo de revisão do Plano Diretor Municipal nos anos de 2019 e 2020.

Inseridos no rizoma urbano, acompanhamos o processo político, e neste caminhar traçamos pistas para a composição desse tecido cartográfico, compostos pelas multiplicidades de fios:

Apreender os atores e as organizações sociais que participam da revisão do plano diretor no município de Maringá-PR, nos anos de 2019 e 2020;

Desvelar a participação dos diferentes atores no processo de revisão do plano diretor do município de Maringá-PR, nos anos de 2019 e 2020, destacando elementos da subjetividade e os acionamentos do desejo (fluxos);

Mapear a multiplicidade de territórios durante o processo de revisão do Plano Diretor do município de Maringá-PR, nos anos de 2019 e 2020.

CONTRIBUIÇÃO

Peço licença a grande autora Suely Rolnik (1996) para fazer de suas palavras as minhas, pois de certo modo esta dissertação é “datada: traz marcas dos agenciamentos que a geraram. Primeiro os encontros potentes entre os participantes desta produção, as multiplicidades afetivas, a universidade, os territórios e seus aglomerados urbanos, além de toda agenda de políticas públicas. A intensificação dos movimentos macro e micro políticos: toda produção social e de enunciações perante o processo de revisão do plano diretor de Maringá, práticas sociais dissidentes e coisas assim... o atual estado da arte.

Consequentemente, indagações – cartografias dessas experimentações e seus confrontos. Depois a evolução epistemológica durante sua elaboração. Segundo Rolnik (1996, p.14), “tais cartografias têm algo em comum, a busca de saídas na constituição de outros territórios, para além dos territórios de saída, outros espaços de vida e de afeto”.

Portanto, muito pouco são obras “inconscientes, atrevidas, que protestam” (ROLNIK; GUATTARI, 1996), principalmente no campo da **Administração, nos estudos organizacionais e da administração pública**; menos ainda obras pautadas nas “estratégias da economia do desejo no campo social”, aquilo que Guattari batizou de **micropolítica**.

Segundo Deleuze (1998), devemos nos dirigir ao inconsciente que protesta, “há muita gente que está farta, que pensa, sente e trabalha em direção análogas: nada a ver com moda, mas com um ‘ar do tempo’ mais profundo, no qual se fazem investigações convergentes em domínios muitos diversos” (ROLNIK; GUATTARI, 1996, p. 14). Logo, estamos aqui para produzir essa **declaração de ódio** contundente, ódio contra os paradigmas acadêmicos, contra seus valores e ideais. E toda moral castradora.

O que queremos é produzir, neste campo epistemológico, ontológico, e metodológico, uma pesquisa no campo do atual estado da arte. Este mapa (des)reterritorializante que acompanha os processos, através do **método cartográfico**; este modelo baseado em Deleuze e Guattari; afirmando a vontade de potência, essa ordem imanente, que segundo Zaratustra, diz respeito aos corpos: uma ordem de linguagem não racional e não representativa, mas afirmativa.

Afinal, para Deleuze e Guattari (2011), estamos mais aptos a desenhar um mapa se atribuirmos à palavra 'linha' sentidos muito mais gerais: uma linha relativamente flexível de códigos e de territorialidades, entrelaçadas, compondo os espaços sociais; uma linha dura que opera a organização dual dos segmentos, a concentracidade dos círculos em ressonância, a sobrecodificação generalizada, os aparelhos do Estado, e sistemas primitivos; uma ou algumas linhas de fuga, marcadas por quantas, definidas por descodificação e desterritorialização – em que sempre há máquinas de guerra funcionando nessas linhas (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

“Na verdade, os códigos nunca são separáveis do movimento de descodificação, os territórios, dos vetores de desterritorialização que os atravessam. E a sobrecodificação e a reterritorialização tampouco vem depois. E antes como um espaço onde coexistem as três espécies de linhas estreitamente misturadas” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 112).

Portanto, desvelamos essas pesquisas através de linhas, molares, molecular e de fuga; para contribuição da discussão e fomento de novas perspectivas na discussão dos temas de participação social, direito à cidade e políticas públicas.

Contribuirmos através de uma pesquisa intervencionista, de análise cartográfica, a valorização da inter-relação (coextensiva) entre as dimensões macro e micro políticas, com destaque às subjetividades e aos acionamentos do desejo; e oferece a possibilidade de produzir novas questões para o campo.

2. FUNDAMENTOS MOLARES E MOLECULARES: epistemologia esquizoanalítica

“O desejo diz: ‘Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria de que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz.

E a instituição responde: ‘Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém” (FOUCAULT, 2015, p. 7)

Mas pode ser que essa instituição e esse desejo não sejam outra coisa senão duas réplicas opostas a uma mesma inquietação (FOUCAULT, 1971), pode ser uma mesma realidade, material ou imaterial, uma moeda de múltiplos lados, contudo, de um único corpo.

E o cenário urbano? É apenas a representação fundamental da propriedade privada? Ao alastrarmos seu significado até os limites simbólicos do usufruto dos benefícios e das conquistas modernas (BIZZELI, 2005), e altermodernas (HARD; NEGRI, 2016), o território urbano envolve o pensar através dos fluxos e seus atravessamentos, de uma leitura: social e subjetiva; e uma multidão desejanse.

Pois, cartografamos o processo, o território desdobrado pelo material e imaterial, o macro e o micro, molar e molecular, através de um campo múltiplo affectivo e desejanse.

E as incorporações do desenho urbano em espaços habitacionais sucumbem, segundo Harvey (2014), à geração de excedente na produção do capitalismo urbano. Para Harvey (2014), apenas uma destruição criativa da economia de acumulação de riquezas, na transformação da economia de espoliação, proclamará o direito a cidade – “seu direito a mudar o mundo, a mudar a vida e a reinventar a cidade de acordo com seus mais profundos desejos. Esse direito coletivo, tanto como palavra de ordem, quanto como ideal político, nos remete a antiquíssima questão de saber quem é que controla a conexão interna entre urbanização e produção e uso de excedentes” (HARVEY, 2016, p. 65).

Pois a produção urbana, segundo Bizzeli (2005), representa a porta material de entrada para todos os direitos dos cidadãos. Porém, a sociedade brasileira foi pródiga em gravar na malha urbana os traços da desigualdade social vigente (BIZZELI, 2005).

Segundo Rolnik (2015), “esse modelo desenvolvimentista e socialmente perverso resulta na consolidação de uma das sociedades mais desiguais do mundo, em que a maioria da população não tem atendidas necessidades básicas, tal como a habitação” (ROLNIK, 2015, p. 267). Esta lógica beneficia a exploração exacerbada do solo urbano como mercadoria disponível a aqueles que tem recursos financeiros, isso contrasta em relação às urgentes políticas de combate ao déficit habitacional, as carências de infraestrutura, de equipamentos e de serviços urbanos inacessíveis à população mais pobre, negra e periférica. (BIZZELI, 2005). Cidades cuja característica fundamental é a violência estrutural provocada por estes contrastes. E, o processo de urbanização é produto de mercado no enriquecimento e produção do excedente, o que desafia a capacidade do poder público em buscar soluções que possam contrabalancear a falta de condições de vida para populações, em combate a reprodução das subjetividades capitalistas.

Ao pensarmos o esforço de democratização de uma sociedade concreta (materialista), este, necessariamente, passa pela garantia do Direito à Cidade, ou seja, pela garantia do direito à vida que se reproduz nas cidades, aos objetos que são produzidos e consumidos, as relações produtivas, afetivas e organizacionais que se cristalizam na malha urbana, ao universo simbólico que entrecruza culturas, mitos, religiosidades, crenças e saberes (BIZELLI, 2005). Afinal, segundo Harvey (2016, p. 66), “a revolução da nossa época deve ser urbana, ou não será nada”.

Só um desvelamento das singularidades individuais e ou coletivas, esmagadas, bloqueadas, dialetizadas pelos ritmos da coerção engendrarão novas relações pela revolução, não capitalista e nem comunista, mas a singularização urbana (GUATTARI; NEGRI, 2017).

Consequentemente, não é o governo que molda nossa vida cotidiana, mas a organização do espaço público, condicionando o acesso à cidadania e da vida ao direito à cidade.

Essa generalização das contradições no desenho da esfera pública e a posse sistemática destas por parte da administração, segundo Bizzeli (2005), politizam, de maneira direta, o pensar sobre o setor público, reafirmando-o como possibilidade para

a mudança social. Mas apenas uma política do acontecimento, envolvendo não somente parcerias, mas o rizoma entre a sociedade civil e as várias instâncias do poder executivo, a partir de ações, políticas públicas (a exemplo o plano diretor), possibilitariam mudanças sociais.

2.1. (MACRO)POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS: Os movimentos democráticos brasileiros e os dispositivos da Ordem Social (art. 194, 204);

“Os dispositivos da Ordem Social (art. 194, 204) possibilitou a organização de sistemas nacionais de gestão participativa das políticas sociais. Por meio da aprovação posterior de leis federais específicas de cada área (Lei Orgânica da Saúde, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social, Estatuto da Cidade etc.), criaram-se espaços de negociação e cogestão destas políticas, tais como o SUS (Sistema Único de Saúde – com participação da comunidade na gestão democrática), o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o FAT (Fundo de Apoio ao Trabalhador), a punição sobre o racismo, direito das minorias (2007). Lei da Imprensa (2009), Lei da Anistia (2010), Cotas Raciais, Ficha Limpa (2010), Lei Maria da Penha (2012), Lei de Acesso à Informação (2012), Lei sobre a União Homoafetiva (2011) etc.” (GOHN, 2019, p. 84)

Os dispositivos têm como base o primado ao trabalho, como objetivo do bem-estar e justiça social (BRASIL, 1998). “A seguridade **social** compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência **social**” (BRASIL, Art. 194, 1998), o que nos possibilitou uma integralização multiterritorial das políticas públicas.

2.1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

O tema políticas públicas é relativamente recente nas pesquisas acadêmicas do Brasil. Segundo Souza (2003), apenas nas últimas décadas este tema foi incorporado na agenda das universidades, impulsionado por grupos de pesquisas em algumas associações científicas.

Conforme Souza (2003) explana, o crescimento na produção acadêmica em políticas públicas, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, resultou de alguns fatores: a adoção de políticas restritivas de gastos; as novas concepções sobre

o papel dos governos; as políticas keynesianas que ganharam a política pública do pós-guerra; e restritamente sobre os países em desenvolvimento ou de democracia recente, provém do fato de que a maioria dos países, em especial a América Latina, segundo a autora, “não conseguiu equacionar, ainda que minimamente, a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população” (SOUZA, 2003, p. 12).

2.1.1.1 O Campo de Políticas Públicas: do surgimento à participação social;

As políticas públicas, enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, segundo Souza (2007), nasceu nos EUA, “rompendo ou pulando” as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que propriamente na produção dos governos. Assim, na Europa, a área surgiu segundo a autora, como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o Estado e sobre o papel de uma das mais importantes instituições do Estado, ou seja, o governo, que por excelência é produtor de políticas públicas (SOUZA, 2007).

No Brasil, ocorreu após os anos 1950, durante o período histórico denominado Guerra Fria, o qual Cook (2004) destaca os investimentos internacionais dentro da área de conhecimento, por meio de promoção de programas de auxílio externo profissionais da gestão do desenvolvimento, de uma agência doadora para a realização de uma tarefa pré-determinada. Segundo Farah (1997), o paradigma que inspirou a construção do sistema de proteção social brasileiro foi o Estado de Bem-Estar, implementado nos países desenvolvidos nesta mesma década:

“Este modelo, hegemônico nos países capitalistas ocidentais no pós-guerra, teria sido responsável, inclusive, pelo refluxo de iniciativas da sociedade civil e do mercado, sendo vista a proteção social, no limite, como responsabilidade exclusiva do Estado (FARAH, 2001, p. 124).

Em 1951, é publicado os livros de David B. Truman, *The governmental process*, e o de Daniel Lerner e Harold D. Lasswell, *The policy sciences*, assinalando o

estabelecimento dos estudos em políticas públicas, pautados no diagnóstico e tratamento de problemas públicos e elucidando técnicas sobre processos políticos (SECCHI, 2010).

Nos anos seguintes, o papel do Estado brasileiro diante da economia, em 1956, caracterizava-se por uma ação, a criação de um ambiente propício à evolução e ao desenvolvimento da iniciativa privada, com foco em atrair investimentos estrangeiros para construção do setor de produção de bens de consumo durável (BIZZELI, 2005).

Segundo Bizelli (2005), os governos de Jânio Quadros e Joao Goulart não estavam preparados para resolver as contradições geradas pelo governo de Kubitschek, pois não havia mais condições políticas e econômicas para a conciliação entre ideologia nacionalista e capitalismo nacional, ou entre ideologia nacionalista e capitalismo associado ou dependente.

(...) "já no final dos anos 50, por agências multilaterais de financiamento como o Banco Mundial, para o caso de países em desenvolvimento, recomendando-se o envolvimento da sociedade civil na busca de 'soluções' para os problemas sociais nestes países, como estratégia de enfrentamento da escassez de recursos nas nações do Terceiro Mundo e, mais ainda, como estratégia de minimização dos riscos de uma explosão social nestes países." (FARAH, 2001, p. 124)

Ao longo da década de 1960, segundo Gohn (2019), houve a inscrição da participação da população em políticas públicas, como participação comunitária, de cunho reformista e integrador, estimulada por programas oficiais, tanto antes como depois de 1964. Essa forma de participação civil, segundo a autora, inseria-se em propostas de ajuda econômica e social do governo norte-americano para a América Latina, efetuada entre os anos de 1961 e 1970, na chamada Aliança para o Progresso (GOHN, 2019).

O ano de 1964 é marcado pelo o golpe militar, o que reorienta todo o sistema de planejamento brasileiro, não só no que se refere a política econômica como também a política social. No que diz respeito a relação estado-sociedade, a implementação de políticas públicas passa a ser comandadas pelo alto escalão, isto é, sem participação da sociedade e sem a utilização dos mecanismos de representação política que ainda perduravam (BIZZELI, 2005).

Nos anos seguintes, a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento (1967-72), o presidente Costa e Silva foca na inflação, incentivando o crescimento econômico interno:

“O discurso governamental de futura potência mundial estampou-se no programa conhecido como Metas e Bases para a Ação do governo (1970), completado posteriormente com o I Plano Nacional de Desenvolvimento em 1971” (BIZELLI, 2005, p. 262).

Os objetivos principais seriam o fortalecimento da economia, cabendo ao Estado o papel de estimular a modernização das empresas privadas, incentivando a busca de tecnologias e nas áreas sociais programas para integração da população aos benefícios do desenvolvimento (BIZELLI, 2005). Pois, ao analisarmos políticas públicas, elucidamos questões sobre os governos, seus papéis e definições no processo político.

A prática do governo militar, porém, foi calcada em uma política de privilégio a grupos econômicos, durante a privatização de instituições que geriam o aparato público, e no desmantelamento de qualquer forma de resistência ao titular da pasta da economia, fosse ela institucional ou privada. Financiadas pelo endividamento externo, novas políticas públicas se somariam as já existentes para reforçar os fundos públicos de acumulação utilizados para custear os investimentos produtivos e os programas de atendimento social (BIZELLI, 2005).

“A partir da década de 1970, inicia-se uma resistência ao regime militar, numa conjuntura de forte controle social, pela vigência do Ato institucional n. 5, prisão e perseguição a todos que se opunham ao regime político militar”. (GOHN, 2019, p 69)

Na metade desta década, os movimentos intensificaram, buscando brechas para a restauração da democracia, emergindo no campo do associativismo civil, da participação popular, em bairros e regiões da periferia das grandes cidades, buscando condições mínimas de sobrevivência urbana (GOHN, 2019).

Participaram da constituição desta agenda movimentos sociais, constituídos desde os anos 1970 em torno tanto de questões gerais relativas à democratização do regime quanto de uma pauta específica de reivindicações por serviços públicos, inacessíveis a seus membros (FARAH, 2001, p. 125)

Novas associações comunitárias de bairros, comunidades eclesiais de base, grupos de oposição sindical e diferentes movimentos, com divergentes visões e pensamentos de mundo do processo de mudança e transformação social (GOHN, 2019). Porém, objetivando o comum, a luta por direitos básicos, pela igualdade e recuperação dos direitos sequestrados, pela via do fortalecimento da sociedade civil e democracia política. Consolidando no movimento macropolítico Diretas Já.

“Por isso a luta pelas Diretas Já foi tão importante e simbólica” (GOHN, 2019, p. 72). Pois formalizava no campo, nos anos de 1970 e 1980, movimentos em expansão, contrapondo a exclusividade de pautas trabalhistas, do sujeito ordinário, advindo do campo da produção. Segundo Gohn (2019), movimentos advindos de outras camadas sociais, especialmente as camadas médias, com potencial de realizar mudanças históricas. Movimentos sociais não populares, com pautas feministas, ambientalistas, homoafetivas, raciais, pela paz, pelo direito à vida e suas diferenças, firmando como agentes de construções de identidades e força social organizada (GOHN, 2019), contrapondo-se às visões macrossociais, que só destacavam os sujeitos sociais como forças de reprodução do capital, focalizando-se as leituras da realidade em termos da esquerda (GOHN, 2019).

Entretanto, os agenciamentos de produção, em todos os níveis, implicam sempre correlativamente dimensões macro e micro sociais, macro e micro políticas (GUATTARI e ROLNIK, 1996). E nosso processo não produz separações semióticas, apenas práticas singulares, segundo Guattari (1996):

“Não existe, ao meu ver, cultura popular e cultura erudita. Ha uma cultura capitalística que permeia todos os campos de expressão semiótica” [...] “Há processos de singularização em práticas determinadas, e há procedimentos de reapropriação, de recuperação, operados pelos diferentes sistemas capitalísticos” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 23).

De acordo com Gohn (2019, p. 80), “Foucault, Castoriadis, Deleuze, Guattari, e muitos outros, com recortes diferentes, ajudaram a fundamentar teoricamente a novidade daquelas ações, denominadas como ‘novos movimentos sociais’”, não vinculadas ao processo de integração marginal ao desenvolvimento capitalista e sim à reivindicação de direitos sociais, que resultaram, após 1984, no processo constituinte,

que posteriormente levou a reformulação do Estado e formulação e implementação de políticas públicas (GOHN, 2019; VALLA e STOTZ, 1989; SADER, 198; VALLA, 1993; DOMO, 1984, 1995). “Portanto, a década dos novos movimentos identitários, de final dos anos 1970 ao longo dos anos de 1980, foi um movimento histórico pelo qual se construiu novos significados à política (...) (GOHN, 2019, p. 79)

Resulta então, dessas diversas conjunturas e articulações sociais, uma nova sociedade democrática, que culmina em lutas nacionais, como as Diretas Já, aclamando o fim do regime militar (GOHN, 2019). Articulando movimentos populares e associações profissionais que contribuíram para a sistematização das reivindicações populares, convertendo-se, assim, em propostas de políticas públicas que visaram garantir, através do novo ordenamento constitucional, a universalização de direitos (ALBUQUERQUE, 2006).

No início dos anos 1990, Sposito e Carrano (2003) destacam as iniciativas públicas, com a emergência da preocupação com as áreas humanas, das ciências políticas e sociais. A datar da qual, Farah (1997) identifica no país uma série de iniciativas promovidas sobretudo por governos locais, os quais iniciaram um processo de reconstrução do Estado brasileiro, destacando o estabelecimento de uma nova relação entre Estado e Sociedade e a redefinição da esfera pública.

Com o fim da ditadura militar brasileira (março de 1985), os primeiros governantes civis, preocupados com o aparato planejador do Estado brasileiro, propuseram reformas nos altos escalões da Administração Pública, mas a falta de visão nas ações encetadas acabou por desorganizar as estruturas governativas (BIZZELI, 2005).

O governo, diante do abismo social, mostrava-se incapaz de executar políticas econômicas que estancassem o processo inflacionário (BIZELLI, 2005). O presidencialismo brasileiro cada vez mais perdendo a sua capacidade de planejamento e execução de políticas e mantendo o seu viés autoritário, impunha-se, portanto, repensar o núcleo do governo, restabelecendo os modos de fazer política, ou seja, processar demandas, tensões e contradições (NOGUEIRA, 1998).

“O aparelho estatal se abriu para suas agendas e reivindicações, ao mesmo tempo que essas conquistas sociais e políticas se viram filtradas e dirigidas em boa medida pelos limites de negociação impostos pela lógica estatal” (NOBRE, 2004). Entretanto, a questão cidadã política, segundo Gohn (2019), já estava posta nos anos

anteriores, tanto pelas lutas da redemocratização, que levaram à Constituinte e à nova Carta Constitucional de 1988, pela qual destacou a questão dos direitos civis e políticos, como nas lutas populares por melhorias na qualidade de vida urbana.

“Onde a cidadania ganhou novo contorno como cidadania coletiva, e extrapola a demanda pelos direitos civis para incluir outros direitos como os direitos sociais básicos elementares, de primeira geração, já equacionados desde a Revolução Francesa, contidos nas demandas por casa, abrigo e comida; como direitos sociais modernos, relativos a condições de trabalho, educação, saúde, etc.” (GOHN, 2019, p. 87).

2.1.1.2 Conceitos e Abordagens sobre Políticas Públicas

Após 1988, a constituição brasileira “fixou bases novas para a compreensão da noção de poder político e de cidadania, ao incorporar a dimensão da legitimidade do regime, a ser conferida por meio da participação do povo no poder político, com a ampliação da ideia de democracia para além do campo restrito da legalidade” (MATTOS, 2002, p. 296).

Portanto, as mudanças do cenário brasileiro político introduziram nas políticas públicas o conteúdo concreto e o conteúdo simbólico de decisões políticas, além do processo de construção e atuação dessas decisões.

No final da década 1990, observamos iniciativas públicas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil e as várias instâncias do poder executivo – federal, estadual e municipal (SPOSITO e CARRANO, 2003). Segundo Borges (2013, apud. SARAVIA, 2006, p; 28-9), a política pública passa a ser apresentada como decisões públicas com vistas às ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Logo, para o autor, “o conceito de Política Pública pode ser significado como decisão do governo ou como processo (BORGES, 2013, p. 51). E este processo, segundo Secchi (2010), é a diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Em outras palavras, segundo o analista político, a razão para o estabelecimento de

uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Contudo, o problema é um conceito intersubjetivo, ou seja, "ele só existe se incomoda uma quantidade ou qualidade considerável de atores" (SECCHI, 2016, p. 5). Decorrente da discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível, esta diferença está entre o que é aquilo que se gostaria que fosse e a realidade pública apresentada (SECCHI, 2010, p. 7 apud. SJÖBLOM, 1984).

Estas múltiplas definições de políticas públicas são relatadas por Souza (2006), algumas relacionadas ao campo do conhecimento inserido no estudo da política, analisando as questões públicas, outras pelo conjunto de ações governamentais na produção de determinados efeitos, buscando influenciar a vida da sociedade (SOUZA, 2006).

Entretanto, segundo a autora, não há uma única, nem melhor, definição, sobre o que seja uma política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) entende políticas públicas como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo viés das atividades governamentais que agem diretamente ou através de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de políticas públicas como o que o governo escolhe fazer ou não fazer (SOUZA, 2006).

Segundo Secchi (2016, p.7): "A ciência da política pública é um campo de estudos que se desmembrou das ciências políticas e que recebeu influências de uma série de disciplinas como a economia, a sociologia, a engenharia, a psicologia social, a administração pública e o direito", ou seja, qualquer definição de política pública é arbitrária. Na literatura especializada não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública por conta da disparidade de respostas para alguns questionamentos básicos (SECCHI, 2010).

Quanto a elaboração, alguns autores defendem a exclusividade dos atores estatais, enquanto outros também por atores não estatais.

A abordagem estatista (ou estadocêntrica) admite que atores não estatais até têm influência no processo de elaboração de políticas públicas, mas não confere a eles o privilégio de estabelecer e liderar um processo de política pública. Enquanto a vertente multicêntrica, contrariamente, considera organizações privadas,

organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas (SECCHI, 2010; DROR, 1971; KOOMAN, 1993; RHODES, 1997; REGONINI, 2001).

A abordagem multicêntrica adota um enfoque mais interpretativo, e por consequência, menos positivista, do que seja uma política pública. Segundo Secchi (2010), a interpretação do que seja um problema público e do que seja a intenção de enfrentar um problema público aflora nos atores políticos envolvidos com o tema. O autor, assim como nós, legitimamos a abordagem multicêntrica, pois essa abordagem tem aplicações em um espectro amplo de fenômenos, fazendo com que o instrumental analítico e conceitual da área de política pública possa ser aproveitado por mais organizações e indivíduos:

“Porque acreditamos a distinção entre esfera pública e esfera privada seja mais útil que a distinção entre esfera estatal e esfera não estatal. O papel do Estado varia em cada país, e muda constantemente dentro de um mesmo país. Então cada vez mais evidentes as mudanças no papel do Estado moderno e o rompimento das barreiras entre esferas estatais e não estatais na solução de problemas coletivos, tais como tráfico internacional de drogas, fome, as mudanças climáticas, o combate a doenças. Uma pluralidade de atores protagoniza o enfrentamento dos problemas públicos.”
(SECCHI 2010, p. 3)

O Estado moderno se destaca em relação a outros autores no estabelecimento de políticas públicas, porém é fundamental o planejamento participativo e democrático político para garantir a cidade como porta aberta para os equipamentos e serviços dos quais depende a qualidade de vida de todos os cidadãos (SECCHI, 2010).

Logo, uma abordagem multicêntrica, a qual defende Secchi (2010, 2016), facilita o entendimento que um problema seja entendido como coletivamente relevante.

2.1.1.3 O Ciclo de Políticas Públicas

O processo de elaboração de políticas públicas também é conhecido como ciclo de políticas públicas (*Policy Cycle*). Segundo Secchi (2010), apesar de sua utilidade

heurística, o ciclo de políticas públicas raramente reflete a real dinâmica ou vida de uma política pública.

"As fases geralmente se apresentam misturadas, as sequencias se alternam. Widavsky (1979), por exemplo, sustenta que em alguns contextos a identificação do problema está mais relacionada ao fim do processo do que ao início, e as fases de avaliação geralmente acontecem antes do escrutínio do problema. Cohen, March e Olsen (1972) elaboram o 'modelo da lata de lixo' para descrever que soluções muitas vezes nascem antes dos problemas" (SECCHI, 2010, p. 34).

Em síntese, segundo Borges (2013, apud. SARAIVA, 2006)), independentemente da quantidade de elementos e terminologias empregadas para configurar o ciclo de políticas públicas, estas interpretações são empregadas com fins didático-explicativos, configurando uma sucessão de etapas que, de acordo com Secchi (2010), é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em sete fases sequenciais e interdependentes: identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação; e extinção.

Nesta perspectiva, para Saravia (2006), o ciclo de políticas públicas envolve constituição de agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação.

Borges (2013), Kingdon (2006), Fuks (2000), Saravia (2006), Viana (1996) e Cobb e Elder (1995) consideram a agenda como o primeiro momento do processo de política pública, com o intuito de identificar e reconhecer a prioridade de atuação. Segundo Secchi (2016), este primeiro momento equivale a questionar e identificar as necessidades públicas coletivas.

Segundo o autor, "agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes" (SECCHI, 2010, p. 36), uma simples lista, segundo Kingdon (2006, p. 222), "de temas ou problemas que são alvo em dado momento, de séria atenção, tanto por parte das autoridades governamentais como de pessoas de fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades".

Após um primeiro momento, Souza (2007) destaca, pela perspectiva de processo, a formulação da política e sua implementação. Para a autora, neste segundo momento, a formulação de políticas públicas, participam os diversos atores e instituições com interesses na política que será formulada, em que o número de

atores e de instituições com poderes de aprovação ou de veto é significativo, especialmente em sociedades democráticas e complexas, e onde os conflitos distributivos ainda não foram minimamente equacionados (SOUZA, 2007).

A etapa da formulação é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias e ações para alcançar os objetivos estabelecidos, contudo, segundo Secchi (2010), um mesmo objetivo pode ser alcançado de várias maneiras, por diversos caminhos. A este respeito, Souza (2007) argumenta que, durante a decisão de uma política pública, os conflitos podem ser mais intensos e requerer mecanismos de coordenação mais complexos.

Kingdon (1984) entende que o requisito para o nascimento de uma política pública é a confluência entre problemas, soluções e condições políticas favoráveis. O autor observa que a formulação de políticas públicas se ocupa de um conjunto de processos, desde a agenda às alternativas para as futuras possibilidades de escolha realizadas por meio de votação (KINGDON, 2006).

Quanto a fase de implementação, é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações (SECCHI, 2010). Saraiva (2006) a considera como o planejamento dos recursos à disposição. Borges (2013, p. 53), a complementa, "trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la".

No momento seguinte, com a finalidade de acompanhamento, segundo Borges (2013), têm-se o processo de supervisão da execução da atividade pública, com o objetivo de fornecer informações para eventos futuros. Por fim, a avaliação com propósito de analisar os efeitos produzidos, segundo Secchi (2010, p. 49, apud. ANDERSON, 1979, p. 711), "é o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática".

Segundo o autor, a avaliação é a fase do ciclo de política pública em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados, com o intuito de conhecer os fatores da política e a redução dos problemas que a gerou, produzindo um *feedback* sobre as fases antecedentes, objetivando a melhoria da gestão pública dos territórios urbanos por meio do processo de políticas (SECCHI, 2010).

Uma vez que discutir a gestão democrática do território envolvendo a participação popular em um processo de políticas públicas, entendendo quais os limites e quais são os avanços obtidos, é fundamental para garantir o Direito à Cidade para todos os cidadãos (BIZZELI, 2005).

No Brasil, o direito à cidade nasce a partir da convergência democrática do processo de políticas públicas, concebendo o capítulo de política urbana como o Estatuto da Cidade.

2.1.2. ESTATUTO DA CIDADE

No dia 10 de julho de 2001, durante a vigência do governo de Fernando Henrique Cardoso, na primeira Conferência Nacional das Cidades, com o apoio de grupos organizados da sociedade civil e movimentos sociais (BIZZELI, 2005), são regulamentados os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, pela Lei nº 10.257, Lei Estatuto da Cidade, garantindo a gestão democrática e participação da sociedade civil no âmbito das políticas públicas.

“Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei. Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001).

A construção social e urbana brasileira, a partir de então, é pautada na leitura da regulação territorial, através do planejamento estratégico e participativo fundamentado no Estatuto das Cidades

Portanto, o processo de democratização e descentralização da gestão devem reconhecer as particularidades das relações sociais, econômicas e políticas de cada território urbano, e o Estatuto da Cidade é o instrumento que legitima a participação e democratização em um campo de multiplicidades urbanas, garantindo o melhor uso e ocupação do solo e território urbano.

Segundo Osorio (2002, apud. BAVA, 2001), descentralizar o governo das cidades e criar mecanismos inovadores de gestão e de participação cidadã é um projeto político de socialização do poder, de inclusão social e de aumento da eficiência na prestação de serviços públicos.

Ao enfatizarmos a importância dos processos e mecanismos para a gestão democrática urbana, o Estatuto da Cidade, segundo Fernandes (2002), propõe as bases para a mudança da qualidade política do processo de construção da ordem jurídico-urbanística. Segundo o autor, a proposta é que a descentralização e democratização garantam a plena legitimidade social dos processos de planejamentos, formulações de políticas públicas, aprovação de leis urbanísticas e gestão das cidades (FERNANDES, 2002).

“Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: II – Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (BRASIL, 2001).

De fato, o estatuto da cidade passou a ser reconhecido pelos municípios como essencial para promoção da gestão democrática das cidades. Segundo Fernandes (2002), isso ocorre pelos processos e mecanismos jurídicos-políticos adequados que garantam a participação efetiva dos cidadãos e associações representativas no processo de formulação e implementação do planejamento urbano e das políticas públicas, por meio de audiências públicas, consultas, conselhos gestores de políticas públicas, estudos de impactos de vizinhança, iniciativas popular na propositura de leis e sobretudo através das práticas do orçamento participativo.

“Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, audiências e consultas públicas; III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; V – VETADO” (BRASIL, 2001)

A gestão democrática da cidade, segundo Osorio (2002), é entendida como a forma de planejar, tomar decisões, legislar e governar as cidades com participação e controle social, de forma a dar legitimidade e sustentabilidade a nova ordem jurídica-urbanística. O estatuto da cidade, segundo o autor, “constitui-se em um importante suporte jurídico para a ação dos governos municipais, os quais buscam alternativas

para a solução dos graves problemas urbanos, sociais e ambientais que atingem enormes parcelas da população brasileira" (OSÓRIO, 2002, p. 69).

O processo de urbanização brasileira, historicamente, elevou o número da população urbana associada à dramática realidade da pobreza e das desigualdades sociais, transformando as cidades em locais de expressão e reprodução de injustiças sociais (OSÓRIO, 2020, p. 67). A função social da propriedade, prevista na constituição de 1934, atendia com plenitude apenas o direito à propriedade privada. (LEONETTI, 2000). E os interesses particularistas financiavam lideranças novas para abrigar suas demandas, já que, segundo Bizzeli (2005), o controle que era exercido no processo de planejamento participativo recaía sobre o uso e o direito que se estabelecia para o exercício da propriedade privada sobre o solo urbano.

Entretanto, a partir da promulgação da Lei Estatuto da Cidade, estabelecemos o deslocamento do direito de propriedade para o âmbito das normas de ordem pública e de interesse social, que passa a regulamentar o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (OSORIO, 2002).

"Art. 2º III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;" (BRASIL, 2001)

Cabendo aos governos municipais exercerem o controle do processo de desenvolvimento urbano, através da formulação de políticas de ordenamento do uso do solo em que os interesses individuais dos proprietários de terra e dos construtores deverão submeter-se aos interesses sociais, culturais e ambientais da coletividade (OSORIO, 2002). Dentro do qual, o "Art. 4º para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos: I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões" (BRASIL, 2001).

Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, segundo a legislação, incluirão a "obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a

garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania" (BRASIL, 2001), uma vez que o fenômeno do crescimento metropolitano, segundo Bizzeli (2005), coloca na agenda da organização das massas que vivem nas grandes cidades a questão da reforma urbana, como forma de permitir maior porosidade no aparelho estatal de planejamento para absorver a demandas sociais.

Portanto, segundo o Art. 34-A, do Estatuto da Cidade, nas regiões metropolitanas ou nas aglomerações urbanas instituídas, por lei complementar estadual, poderão ser realizadas operações urbanas consorciadas interfederativas, aprovadas por leis estaduais (BRASIL, 2001). Segundo Borges (2013, p. 24), a gestão metropolitana, como a modalidade de administração interfederativa, ocorre por meio de pacto territorial firmado entre municípios e estado(s), conduzida a partir de uma governança de múltiplos níveis, enquanto decisões e ações que compreendem planos urbanos regionais e políticas (de diferentes setores) nacionais ou estaduais, com o propósito de trabalhar soluções de problemas compartilhados por ao menos dois ou mais municípios integrantes de uma região metropolitana.

Esta "questão metropolitana" obteve um amparo jurídico após a tramitação do projeto de Lei nº 3.640, apresentado em 2004 pelo Deputado Walter Feldman, na Câmara dos Deputados, instituindo posteriormente no dia 12 de janeiro de 2015, na Lei nº 13.089, o Estatuto da Metrópole.

2.1.3 ESTATUTO DA METRÓPOLE

A Lei nº 13.089 instituiu o Estatuto da Metrópole (EM), alterando a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dando outras providências. Segundo Oliveira (2020), o Estatuto da Metrópole sucedeu como o principal instrumento de base jurídica para a dinâmica metropolitana.

"Art. 1º Esta Lei, denominada Estatuto da Metrópole, estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, com base

nos incisos XX do art. 21, IX do art. 23 e I do art. 24, no § 3º do art. 25 e no art. 182 da Constituição Federal" (BRASIL, 2015).

No campo das políticas metropolitanas, Oliveira (2020, apud. SOUZA, 218), destaca os sete conceitos fundamentais, para compreendermos a gestão das unidades territoriais brasileiras: Aglomeração Urbana (AU), Metrópole, Região Metropolitana (RM), Função Pública de Interesse Comum (FPIC), Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), Gestão Plena e Governança Interfederativa. Portanto, "a lei cria verdadeiros institutos jurídicos e induz um tratamento mais técnico e uniforme do assunto" (SOUZA, 2018, p. 462).

"Art. 3º Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum" (BRASIL, 2015).

O EM estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerados urbanos, como também determina normas gerais para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Segundo Oliveira (2020, apud BORGES, 2013), o "Estatuto pode conduzir planos urbano-regionais e Políticas Públicas com o propósito de encontrar e implementar soluções de problemas comuns dos municípios que integram uma região metropolitana.

"Art. 10. As regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas deverão contar com plano de desenvolvimento urbano integrado, aprovado mediante lei estadual. § 1º Respeitadas as disposições do plano previsto no caput deste artigo, poderão ser formulados planos setoriais interfederativos para políticas públicas direcionadas à região metropolitana ou à aglomeração urbana; o § 2º A elaboração do plano previsto no caput deste artigo não exime o Município integrante da região metropolitana ou aglomeração urbana da formulação do respectivo plano diretor, nos termos do [§ 1º do art. 182 da Constituição Federal](#) e da [Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001](#) (BRASIL, 2015).

Consolidando as diretrizes urbanas para as funções públicas de interesse comum, garantindo a articulação para o melhor uso e ocupação do solo urbano, os Estatutos da Cidade e da Metrópole consolidaram um novo paradigma jurídico e urbanístico,

implementando os Planos Diretor e de Desenvolvimento Urbano Integrado, os quais deverão ser utilizados pelos municípios para normatizar e induzir os processos de uso, desenvolvimento e ocupação do solo urbano. Desta forma, segundo Osorio (2002, p. 71), “os municípios terão melhores condições para interferir diretamente na reversão do padrão excludente dos mercados imobiliários formais, informais e especulativos que tem determinado um processo crescente de exclusão social e de segregação territorial nas cidades brasileiras”.

A universalização do acesso ao direito à cidade, para Bizzeli (2005), só estará garantida se houver a participação de todos os interesses nas arenas de decisão, garantindo o acesso as informações significativas para a tomada de decisão, pela transparência pública e pela divulgação de subsídios pelos meios modernos de comunicação.

Para fins destes objetivos, traçados na Lei Estatuto da Cidade, serão utilizados entre outros instrumentos, em especial, o Plano Diretor (BRASIL, 2001). Como princípio fundamental da legislação, por meio do Plano Diretor (PD) o poder público municipal pode exigir o cumprimento da propriedade em prol do bem coletivo, do uso e ocupação do território urbano pela inclusão social, ambiental e do direito à cidade.

2.1.4 PLANO DIRETOR

Como já narramos, é a constituição de 1988 que indica, pela primeira vez, no capítulo sobre Política Urbana, arts 182 e 183, os princípios de participação democrática na legislação brasileira, entre as quais a obrigatoriedade da participação popular durante a elaboração e revisão dos Planos Diretores – instrumentos de ordenação e controle sobre o território e a propriedade do solo urbano – o que nos permite regulamentar as questões urbanas fundamentais, como a função social da propriedade privada na cidade.

“Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. § 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas” (BRASIL, 2001).

O Plano Diretor, segundo Alfonsin (2002), é a espinha dorsal da política urbana a ser implementada nos municípios, mencionado na Constituição Federal como peça chave na definição de critérios capazes de determinar quando as propriedades urbanas estão atendendo a sua função social, a partir das diretrizes da política urbana e a previsão dos instrumentos para dar-lhe cumprimento.

“Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei” (BRASIL, 2001).

Segundo as diretrizes do Estatuto da Cidade, é a política pública que rege o desenvolvimento territorial urbano, pela qual buscamos a integração do planejamento municipal com a sociedade civil. O PD deve contemplar integralmente a realidade de intervenção e sujeitar a totalidade da sua população, de modo a integrar de maneira mais completa toda sua população abrangida. A integração no planejamento municipal pelas diretrizes orçamentárias, orienta as prioridades dos investimentos e a distribuição mais justa dos benefícios e ônus da urbanização (MARINGÁ CIDADES, 2021), estabelecendo as normas imperativas aos particulares e agentes privados, as metas e diretrizes da política urbana, verificando se a propriedade atende à função social, às normas condicionadoras do exercício de direito, e a definição dos critérios para a utilização dos instrumentos estabelecidos no Estatuto da Cidade (JUNIOR, 2002).

Segundo JUNIOR (2002), as exigências fundamentais de ordenação da cidade do plano diretor devem atender aos princípios constitucionais e as diretrizes dessa política previstas no Estatuto da Cidade, que são vinculantes para o município regular o mercado imobiliário, determinar restrições, imposições e obrigações para a propriedade urbana ter uma destinação social em benefício da coletividade. Além disso, cabe ao PD, estabelecer os limites, as faculdades, as obrigações e as atividades que devem ser cumpridas pelos particulares referentes ao direito de propriedade urbana (JUNIOR, 2002, p. 256).

“Art. 2º VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da

sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência" (BRASIL, 2001).

"Art. 28. § 3º O plano diretor definirá os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infra-estrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área" (BRASIL, 2001)

Cabe destacar que "o princípio norteador do regime da propriedade urbana, a função social, permite, por meio do plano diretor, que o poder público municipal possa exigir o cumprimento do dever do proprietário ao seu direito em benefício da coletividade, que implica numa destinação concreta do seu imóvel para atender um interesse social" (JUNIOR, 2002, p. 259).

Segundo o Estatuto, o PD estabelece normas relativas à gestão territorial urbana e rural, de fundamental relevância para o ordenamento e desenvolvimento territorial, a sustentabilidade, o controle do desenvolvimento territorial, acoplando funções sociais, ambientais e de propriedade urbanas; além, claro, da gestão democrática no processo de desenvolvimento municipal respeitando suas diretrizes. Uma vez que as ações, metas e medidas estabelecidas pelo PD devem ter, no mínimo, segundo Junior (2002), um equilíbrio entre as formas de desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social e humano da cidade.

"A Política de desenvolvimento urbano estabelecida pelo Município no plano diretor que não tiver como prioridade atender às necessidades essenciais da população marginalizada e excluída das cidades estará em pleno conflito com as normas constitucionais norteadoras da política urbana, com o sistema internacional de proteção dos direitos humanos, em especial com o princípio internacional do desenvolvimento sustentável" (JUNIOR, 2002, p. 261).

Segundo o referido autor, as funções sociais da cidade serão desenvolvidas de forma plena quando houver redução das desigualdades sociais, promoção da justiça social e melhoria da qualidade de vida urbana (JUNIOR, 2002). Garantindo a toda população acesso à moradia, transporte público, saneamento, cultura, lazer, segurança, educação, saúde, ou seja, atendendo a sua função social, reduzindo os traços historicamente, economicamente e politicamente sociais.

Cabendo aos municípios aplicarem as diretrizes gerais de acordo com suas especificidades e realidades locais, devendo, para tanto, constituir uma ordem legal urbana própria e específica, tendo como instrumentos fundamentais a Lei orgânica municipal e o plano diretor, objetivando atender as demandas sociais, ambientais e de desenvolvimento urbanos da sociedade.

2.1.4.1 Da Obrigatoriedade à Estrutura do Plano Diretor

O critério previsto na constituição e reafirmado no artigo 41 do Estatuto da Cidade, resultam na obrigatoriedade da implementação da política urbana pelo Plano Diretor:

“Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades: I – com mais de vinte mil habitantes; II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no [§ 4º do art. 182 da Constituição Federal](#); IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico; V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos - [Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012](#)” (BRASIL, 2001)

O inciso I do Estatuto estabelece para os municípios com mais de vinte mil habitantes a obrigatoriedade da implementação do plano diretor, porém, segundo Junior (2002, p. 275), para os municípios com menos de vinte mil habitantes o PD será obrigatório se for integrante de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, de áreas de interesse turístico, ou inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental.

Contudo, nosso processo está condicionado ao município de Maringá, no estado do Paraná. Logo a obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor Municipal é ampliada, uma vez que o município objetiva obter linhas de financiamento do Governo do Estado, a partir da aprovação do Decreto Estadual nº 2581 de 17 de fevereiro de 2004, substituído pela Lei 15.229 de 25 de julho de 2006 (PARANÁ, 2006)

“Sob esta visão o estado do Paraná, ao tomar a iniciativa de ampliar a obrigatoriedade de elaboração de planos diretores, estimulou os municípios a cumprirem sua atribuição constitucional, de exercer o controle sobre o uso e ocupação de seu solo” (MOREIRA; TERBECK, 2015, p. 228)

E no caso de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental, deve-se analisar, pelo poder público municipal e demais órgãos competes, a aprovação ou recusa, fundamentada previamente aos critérios e exigências do plano diretor (JUNIOR, 2002). Visto que, “a comunidade local deve ter assegurado o direito de definir sua política urbana sem a interferência econômica de grandes empreendedores, tanto do setor privado como do próprio setor público” (JUNIOR, 2002, p. 277).

Considerando que o PD é o instrumento básico da política urbana, e fundamental para a integração e o planejamento urbano na condução dos planos de desenvolvimentos integrados das regiões metropolitanas e conurbações. Uma vez que, no Brasil, há dezenas de regiões metropolitanas e outras áreas caracterizadas pela conurbação, nas quais a estrutura administrativa municipal é quase sempre impotente para responder a problemas que afetam a população e que se estendem pelo território de municípios vizinhos (ALFONSIN, 2002), ocorre a necessidade de os municípios agrupados nesses grandes núcleos urbanos promoverem o planejamento e a política urbana de forma articulada e integrada.

Em Maringá, segundo o IBGE (2019), a população no último censo [2010] era de 357.077 pessoas, com uma densidade demográfica de 733,14 hab/km² e uma estimativa para 2020 de 430.157 habitantes no município. Trata-se da cidade polo de uma Região Metropolitana, com a responsabilidade de também elaborar o Plano Diretor alinhado ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado.

“Está situada geograficamente a noroeste do Paraná, entre o Paralelo 23°25' e o Meridiano 51°57', num divisor de águas, sendo cortada pelo Trópico de Capricórnio. Formada por uma miscigenação étnica, Maringá conta com a predominância das colônias japonesa, alemã, árabe, portuguesa e italiana, que migraram de regiões do próprio estado do Paraná onde já estavam instaladas, proporcionando, assim, uma pluralidade cultural que se destaca com seus folclores e tradições. Maringá é polo de uma Região Macroeconômica que abrange 25 municípios (Astorga, Ângulo, Doutor Camargo, Floresta, Iguaraçu, Itambé, Ivatuba,

Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paiçandu, Sarandi, Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Floraí, Flórida, Jandaia do Sul, Lobato, Munhoz de Mello, Ourizona, Presidente Castelo Branco, Santa Fé e São Jorge do Ivaí), com uma população de mais de 800 mil pessoas" (MARINGÁ CIDADES, 2021)

E em estudo dá consultoria Macroplan, a cidade, em análise entre os municípios com mais de 266 mil habitantes em 16 indicadores divididos em quatro áreas distintas: saúde, educação e cultura, segurança e saneamento e sustentabilidade, Maringá foi eleita a primeira na lista das melhores grandes cidades do Brasil (MARINGÁ CIDADES, 2021).

Portanto, a partir do PDM, o poder público municipal, ao condicionar à investigação geográfica e territorial da cidade e do campo e dos atores sociais que compõem o urbano, deve garantir que a propriedade privada cumpra sua função social, bem como a expansão sustentável urbana (BIZZELI, 2005), uma vez que as gestões municipais são as principais responsáveis pela elaboração e envio do plano diretor para sua aprovação.

Portanto, o executivo do município, o qual deva cumprir com a obrigação da elaboração do PD. O § 2º da Constituição de 1988, declarada a inconstitucionalidade por omissão da medida, e que será dada ciência ao poder competente para a adoção das providências necessária. Ou seja, segundo Junior (2002), que na hipótese de o prefeito não encaminhar o plano diretor para a câmara municipal, o judiciário, ao declarar a inconstitucionalidade por omissão, dará ciência ao prefeito que este terá o prazo de 30 dias para enviar o Plano Diretor.

O prefeito, nestas hipóteses, incorre também em improbidade administrativa de acordo com o inciso VII do artigo 52 do Estatuto da Cidade (JUNIOR, 2002). Bizzeli (2005, p.271) complementa, argumentando que o referido estatuto obriga a execução dos Planos Diretores Participativos, nas condições prescritas na Lei, sob pena de o administrador que não cumprir determinação sofrer processo.

"Art. 40 § 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; II – a publicidade quanto aos documentos e

informações produzidos; III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. (BRASIL, 2002).

Na elaboração do PD, há exigência de adoção de debates, audiências e consultas públicas para garantir a gestão democrática das cidades brasileiras estarem de acordo com os princípios constitucionais referentes à participação popular (artigo 14), à publicidade (artigo 37, caput) e à difusão da informação (artigo 5, XXXIII) (MATTOS, 2002)

Sendo o instrumento básico para a política de desenvolvimento e de expansão urbana, Freitas (2002) crê que a ausência de plano diretor impede a alteração pontual das leis de cunho urbanísticas que promovam a substancial alteração espacial e estrutural da urbanização. Portanto, o PD deve ser aprovado pela Câmara Municipal, o que define a sua natureza jurídica como uma lei municipal, na data de entrada em vigor do Estatuto (11 de outubro de 2001), um prazo de cinco anos (JUNIOR, 2002). Para os municípios que precisem revisar seu PD para atender as exigências do Estatuto da Cidade, poderão também aplicar os critérios de revisão estabelecidos no próprio plano, "Art. 39 § 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos" (BRASIL, 2001).

Além de, o município que não delimitar suas áreas urbanas, atendendo aos preceitos constitucionais, e às normas do Estatuto da Cidade, têm a obrigação de revisar os seus PD nos termos do artigo 50, no prazo de cinco anos.

"Art. 42. O plano diretor deverá conter no mínimo: I – a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º desta Lei; II – disposições requeridas pelos arts. 25, 28, 29, 32 e 35 desta Lei; III – sistema de acompanhamento e controle" (BRASIL, 2001).

Além do conteúdo previsto no art. 42, o plano diretor dos Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter medidas específicas para combate as áreas de risco, planejamento necessários a prevenção e mitigação de desastres naturais garantindo a gestão democrática e demais normas federais e estaduais pertinentes, bem como

previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, onde o uso habitacional for permitido (BRASIL, 2001).

Se porventura os municípios pretendam ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação do Estatuto, os mesmos deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo:

“à demarcação do novo perímetro urbano; delimitação dos trechos com restrições à urbanização, definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, e dos parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda, com a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido; e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural” (BRASIL, 2001).

Por definição, o PD possui mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana, e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público (BRASIL, 2001). Os instrumentos legislativos adotados, segundo Mattos (2002), vão ao encontro das potencialidades criativas que se têm verificadas no esforço da reconstrução democrática das cidades brasileiras, sobretudo no aspecto específico da ampliação da participação direta da população no exercício do poder político.

2.1.4.2 Valores Éticos E Democráticos Do Planejamento Participativo

O Plano Diretor Participativo reveste-se de um aspecto pedagógico para a convivência física dos diferentes na malha urbana. Para que essa pedagogia do planejamento seja positiva, é imprescindível que haja transparência pública, uma vez que o argumento mais difícil de ser superado é o de autoridade (BIZZELLI, 2005). Entretanto, caso não esteja à disposição da sociedade as informações que estão cristalizadas nas estatísticas e nas cartografias produzidas sobre a cidade, a

qualidade da participação decaí. Segundo Bizzeli (2005), para uma cidade transparente é necessário que haja uma administração transparente ao cidadão.

“De fato, há uma tendência no Brasil de se considerar que práticas participativas são somente aquelas em que há uma cogestão da sociedade e do Estado” (MATTOS, 2002, p. 306). Entretanto, segundo a autora, outras expressivas formas de participação, no âmbito da sociedade civil, como os movimentos de forças sociais, são relevantes no processo democrático.

Quanto mais plural for a gama de cidadãos que participarem do processo democrático, maior será a capacidade de compreensão do grupo gestor sobre a cidade concreta que têm em mãos (BIZZELI, 2005). No caso específico dos atores da Sociedade Civil presentes nas audiências públicas, segundo Souza e Farah (2011), poucos foram os êxitos com as proposições daqueles atores que se pronunciaram. “As audiências públicas, portanto, foram insuficientes, feitas de forma apressada, e conduzidas de forma a não abrir espaço ‘de fato’ à revisão do projeto, elaborado pelo Legislativo” (SOUZA e FARAH, 2011, p.15), uma vez que “não basta dirigir-se ao Estado com suas reivindicações, mas é preciso participar nas esferas públicas, em espaços da expressão da opinião pública de modo a fazer com que a própria sociedade reconheça essas reivindicações” (NOBRE, 2004, p. 29)

Para Souza e Farah (2011), espaços públicos, como audiências públicas, e instrumentos como o plano diretor, embora concebidos para garantir “voz” e debate a todos, não foram suficientes. Uma vez que, os gestores urbanos detêm como desafio enfrentar a segregação histórica cristalizada em dicotomias, como centro e periferia, bairros valorizados e bairros marginalizados, populações ricas e populações pobres, então permitir que sejam corrigidas as distorções gravadas na malha urbana, com base na orientação do instrumento previsto no Estatuto da Cidade. Uma administração pública com orientação social e civilizatória só é possível a partir da utilização de método da participação democrática popular e da transparência nas ações públicas (BIZZELI, 2005).

Para Osório (2002), é pressuposto do método que quanto mais as pessoas estiverem organizadas e representadas, tendo voz e voto em todas as etapas de realização de um Plano Diretor Participativo, mais os interesses e as necessidades da maioria da população serão passíveis de serem atendidos. Os interesses da maioria serão expressos democraticamente nos votos da maioria, já que o Plano Diretor

Participativo decide sobre o controle territorial, decisão que se reveste de significados econômicos, sociais, ambientais, simbólicos etc.

“A cidade aberta para que todos usufruam seus direitos deve garantir: sustentabilidade; justiça; dignidade e qualidade de vida; combate a segregação socioespacial; convívio dos diferentes nos espaços urbanos; combate a especulação imobiliária; preservação das relações de vizinhança; combate aos vazios urbanos e as edificações ociosas; incentivos a projeto urbanos que gerem trabalho e renda; garantia da mobilidade urbana para todos; recuperação de investimentos em áreas degradadas e carentes; regras claras para as contrapartidas sociais envolvidas nos projetos de desenvolvimento; preservação histórica arquitetônica, ambiental e paisagística; direito à moradia, desdobrado em outros direitos.” (BIZZELI, 2005, p. 279)

De acordo com Bizzeli (2005), a decisão de como enfrentar os desafios postos, do acesso de todos os cidadãos ao direito à cidade, com o intuito de que a cidade se abra para todos, deve estar vinculado ao direito à gestão democrática e participativa (BIZZELI, 2005).

Reivindicar esse direito equivale, de fato, segundo Harvey (2016, p. 19), a “reivindicar um direito a algo que não mais existe (se é que alguma vez existiu)”. Segundo o autor, o direito à cidade é um significante vazio, em que tudo depende de quem lhe vai conferir significado: “os financistas e empreiteiros podem reivindicá-lo, e tem todo direito de fazê-lo, mas os sem-teto e o *sans-papier* também o podem. Inevitavelmente, temos de enfrentar a questão de os direitos de quem está sendo identificado, e, ao mesmo tempo, reconhecer como Marx afirma n’O capital, que ‘entre direitos igual, o que decide é a força’” (HARVEY, 2016, p.20).

Porém, a política urbana do Plano Diretor compõe o combate à apropriação do capital financeiro, combatendo a especulação imobiliária urbana, por meio das ferramentas descritas pelo estatuto, o parcelamento compulsório, consórcio imobiliário, IPTU progressivo no tempo e desapropriação com título da dívida pública, entre outras.

Segundo Bizzeli (2005), O PD tem o objetivo de otimizar infraestrutura instaladas, disponibilizar terras em regiões centrais, estabelecendo parcerias públicas e privadas com vantagens econômicas para os cofres públicos, favorecendo a construção de moradias populares, criando Zonas Especiais de interesse social, as

quais preservam os direitos das populações assentadas em terras públicas ou privadas, fortalecendo, assim, o planejamento público voltado para os interesses coletivos, o direito à cidade, este "direito muito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. (HARVEY, 2016, p. 28)

O direito à cidade é, portanto, segundo Harvey (2016, p. 28) muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora, é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos.

"Somente quando a política se concentra na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial que de origem a impulsos revolucionários será possível concretizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida cotidiana. Somente quando se entender que os que constroem e mantem a vida urbana têm uma exigência fundamental sobre o que eles produziram, e que uma delas é o direito inalienável de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha a fazer sentido" (HARVEY, 2016, p.21).

2.2. (MICRO)POLÍTICAS DE EXPANSÃO: Os acontecimentos urbanos e o campo molecular

Nos fenômenos históricos, como em 1789 ou 1968, segundo Deleuze e Guattari (2015), há sempre um acontecimento irreduzível aos determinismos sociais, às series causais. Uma territorialização tomada por um agenciamento territorial, em movimento de desterritorialização, produzindo, segundo Deleuze e Guattari (2012), um efeito de fechamento, como se o conjunto caísse e girasse numa espécie de buraco negro, ou em uma abertura para o cosmo. Passando para dentro dos indivíduos, tanto quanto para dentro da espessura de uma sociedade.

Nesse sentido, "maio de 68 é da ordem de um acontecimento puro, livre de qualquer causalidade normal ou normativa", a sua história é uma "sucessão de instabilidades e de flutuações amplificadas" (DELEUZE e GUATTARI, 2015, p. 119). Um fenômeno de vidência, social e criadora, indivisível, o que para nós são

possibilidades de outras coisas. Ou seja, segundo Deleuze e Guattari (1984, 2015), os acontecimentos possibilitam a criação de novas existências, novas subjetividades.

As reivindicações de maio de 68, espalhadas pelo globo, tiveram sua subjetividade coletiva antecipadamente esmagada. Entretanto, segundo os autores, a sociedade necessitou produzir agenciamentos criativos que correspondessem a esses processos de subjetivações, de tal maneira que, produziu mudanças (Deleuze e Guattari, 2015).

As raízes urbanas desse movimento de 1968, segundo Harvey (2016), ajudaram a moldar reivindicações políticas e culturais, ainda que de maneira complexa, quando não indeterminada; embora, segundo o autor, não há provas concretas das transformações culturais na vida urbana que ocorreram subsequentemente.

Todavia, a sociedade civil organizada, segundo Gohn (2019, p. 82), passou a ter seu papel reequacionado, uma vez que, do ponto de vista da construção dos direitos, lutou-se pela implementação do direito conquistado, direitos estes que estiveram nas demandas de 1968.

E no final da década de 1960, Lefebvre, em 1967, escreveu seu ensaio seminal, *Le droit à la ville* (O direito à cidade), o qual, segundo Harvey (2016), produziu ressurgimentos, através do legado intelectual, que de fato, convergiu em movimentos pela democratização política no Brasil durante a década de 1990, resultando na composição dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal.

"A Carta Magna de 1988 introduziu inovação já nos seus Princípios Fundamentais ao dizer que 'todo poder emana do povo'. Ela introduziu o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular" (GOHN, 2019, p. 83). Consagrando as liberdades democráticas de opinião, de manifestação e de organização, restaurando e ampliando a democracia.

"Ela também deu garantias individuais referente à criminalização do racismo, abolição e banimento da pena de morte, livre-exercício religioso, repúdio à tortura e tratamentos desumanos e degradantes. Os dispositivos da Ordem Social (art. 194, 204) possibilitou a organização de sistemas nacionais de gestão participativa das políticas sociais." (GOHN, 2019, p. 84)

A importância crescente da ação municipal na área social, nos anos seguintes, segundo Farah (2001), pode ser atribuída, entre outros, a resposta às reivindicações da sociedade civil, pela descentralização das políticas sociais, dando ênfase na descentralização na agenda de reforma de diferentes correntes políticas, e o aumento significativo da participação. "Além de verem aumentar a importância de sua ação no campo das políticas sociais, alguns municípios passam a promover também programas de desenvolvimento local, ampliando ainda mais a agenda municipal nos anos 1990" (FARAH, 2001, p. 131).

O deslocamento de iniciativas de políticas sociais para esferas subnacionais de governo não é um processo isento de problemas. Para a autora, a descentralização, em primeiro lugar, não ocorre de forma homogênea em todo o país, sendo bastante diversificada a capacitação municipal para enfrentar os novos desafios. (FARAH, 2001). Privilegiaram-se na identificação destas características, aspectos institucionais e relativos ao processo de articulação entre Estado e sociedade. Visto que, desde 1980, a gestão das políticas sociais retrata uma lógica financeira macropolítica, levando à segmentação do atendimento e à exclusão de amplos contingentes da população do acesso aos serviços públicos (FARAH, 2001).

Neste campo macropolítico, o exercício da modernidade e o comum atendem estas segmentações institucionais sociais capitalistas – a família, a corporação e a nação. A modernidade, segundo Hardt e Negri (2016), está na dimensão produtiva da subjetivação, permeando os valores de Estado, de espaço público, espaço privado, estruturados nestes modos de produção capitalística.

2.2.1 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEMOCRACIA

Neste período (nas décadas de 1970 e 1980), novos atores entraram em cena destacando os movimentos sociais populares urbanos reivindicatórios de bens e serviços públicos e por terra e moradia, assim como parcelas dos então chamados novos movimentos sociais, em luta pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos: raça, gênero, sexo, qualidade de vida, meio ambiente, segurança e direitos humanos (GOHN, 2019, p.71).

Segundo a autora, estes movimentos sociais, com suas inúmeras frentes e demandas, eram também movimentos de luta civil (GOHN, 2019). Segundos Nobre

(2013), tais movimentos surgindo como grandes irrupções, isoladas ou reunidas, em formato de grandes ondas e, "dependendo de qual onda se pega, a passeata pode ter sentidos opostos, inconciliáveis" (NOBRE, 2013, p.17). Contudo, esta onda culminou na promulgação da Constituição de 1988 (GOHN, 2019).

A constituição, segundo Mattos (2002), refletiu a tendência, internacionalmente verificada, do fortalecimento do poder local e da participação popular ativa, e plantou novas bases jurídicas para a ação dos municípios, dando-lhes *status* de ente federativo, ao lado dos estados federados e da união, e conseqüentemente, segundo a autora, conferindo-lhes autonomia financeira, administrativa e organizacional.

O que ocorreu nas ruas, entre os movimentos sociais urbanos, convergiu com a democratização brasileira na década de 1990 (HARVEY, 2016). A cidadania nos anos seguintes foi incorporada nos discursos oficiais e ressignificada na direção próxima a ideia de participação civil, de exercício da civildade, de responsabilidade social dos cidadãos como um todo (GOHN, 2019, p. 87).

Esta ressignificação social, que segundo Gohn (2019) produziram movimentos em defesa de diferenças culturais ou de políticas de identidade culturais, são nossas resistências, tensões que definem vontade de potência; "a vontade de potência só pode manifestar-se em face de resistências" (MOSE, 2018, p. 84, apud NIETZSCH, 1888, p. 186).

"A contraposição expansão-resistência é, exatamente aquilo que caracteriza o choque, a luta, o confronto que Nietzsche chama de vontade de potência. Um confronto que não pode se dar senão por imposição, por violência. Toda duração é manifestação de um jogo vitorioso de forças, um jogo que se estabeleceu a partir da submissão de um grupo de forças sobre outro." (MOSE, 2018, p. 83)

Deste jogo de forças, de apropriação, ofensas e sujeição daquele ser fraco, oprimido, das incorporações institucionais, vivenciados nos anos 1970 e 1980, no Brasil, que movimentos em expansão clamaram por novos espaços de vida, ou seja, as "sucessões de instabilidades e de flutuações amplificadas" (DELEUZE; GUATTARI, 2015), expandiram em acontecimentos plenos!

A autonomia da sociedade civil deixa de ser um eixo estruturante fundamental para a construção de uma sociedade democrática, pois com a saída dos militares e o retorno dos processos eleitorais democráticos, a sociedade política, traduzida por

parcelas do poder institucionalizado no Estado e seus aparelhos, passa a ser objeto de desejo das forças políticas organizadas (GOHN, 2019).

Forças macropolíticas, aparelhadas nos "modos de ser", de uma própria sociedade corrompida, ou imperfeita e primitiva, a qual produz como função orgânica básica condicionada a própria vontade de poder, que limita a vontade de vida (NIETZSCHE, 2017)

Docilizando corpos, na potência negativa, mas submetidos à escarnia de fungos e vermes que o consomem; operando-o em "perfeita" atividade, máquina capitalística da produção de subjetividades reativas molares da linguagem.

"Entre as máquinas desejantes e o corpo sem órgãos surge um conflito aparente. Cada conexão de máquinas, cada produção de máquina, cada ruído de máquina se tornou insuportável ao corpo sem órgãos. Sob os órgãos ele sente larvas e vermes repugnantes, e a ação de um Deus que o sabotava e estrangula ao organiza-lo" (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 21).

Estruturados, vivemos sob putrefação dos órgãos, nosso organismo, composto por elementos celulares os quais interagem fisiologicamente em funções específicas (DELEUZE E GUATTARI, 2010).

Nossos atendimentos e demandas sociais passam pela ordenação e critérios da administração pública, a maioria elaborados em instâncias federais que priorizam os acordos internacionais, de uma política federal de contenção de gastos e ajustes fiscais. Afinal:

"A violência, a sujeição é uma imposição do processo interpretativo, subjacente a toda forma. É esta desigualdade, esta guerra, que faz com que o jogo da vida permaneça. Mais do que isso, a vida é esta guerra, este confronto, este jogo violento marcado pela imposição de uma correlação de forças sobre outra." (MOSE, 2018, p.85)

Nosso corpo, neste confronto de máquinas, subjetividades, tutelados de instituições – "Estado, Igreja e Família" (HARDT; NEGRI, 2016) – subserviente, moralista, construído na gramática, no desejo universal de Kant, torna-se escravo de si mesmo (NIETZSCHE, 1985).

Ao final dos anos 1990, o movimento antiglobalização entra na pauta dos movimentos internacionais e na década de 2010 muda o foco dos sujeitos relevantes

nas ações coletivas. Segundo Gohn (2019), as novas práticas constituíram novos tecidos sociais densos e diversificados, apontando novas práticas democráticas de fazer política, porém, presas as lógicas racionalistas e burocráticas de controle por parte dos órgãos estatais, especialmente no plano federal, em que se articulavam grandes eventos, conferências e planos nacionais.

Entretanto, após a crise do capitalismo global em 2008, os movimentos e protestos dos indignados ganham destaque. A população retoma as ruas como espaço de protestos logo no início da nova década, em diversos países. No Brasil, iniciam-se as manifestações de Junho de 2013, que, em parte, se coloca contra as políticas asfixiantes das globalizações neoliberais.

“O campo político e os valores ideológicos dos manifestantes são diversos, assim como o repertório das demandas: o combate a corrupção, a busca por justiça, defesa da democracia, contra o autoritarismo, políticas públicas eficientes, denuncia das mazelas na oferta do serviço público estatal etc” (GOHN, 2019, p. 109 – 110).

Manifestações, por movimentos de forças em expansão, em defesas da democracia, da descentralização política e os direitos civis de igualdade e liberdade. Nesse campo, determinado pela qualidade das forças que embatem, dadas nas relações de quantidade no confronto de uma força com outra, os vetores ativos e reativos (DELEUZE, 2002). Portanto:

“só um imenso movimento de reapropriação do trabalho enquanto atividade livre e criadora, enquanto transformação das relações entre os sujeitos, só um desvelamento das singularidades individuais e ou coletivas, esmagadas, bloqueadas, dialetizadas pelos ritmos da coerção engendrarão novas relações de desejo capazes de revolver a situação atual” (NEGRI e GUATTARI, 2017, p.10).

2.2.2 REVOLUÇÃO DESEJANTE E SUBJETIVA

O desejo que surge da alegria é, segundo Espinosa (1673), em igualdade de circunstâncias, mais forte que o desejo que surge da tristeza. Pois, a instauração de

uma sociedade voltada para a liberação de novas singularidades está, segundo Negri e Guattari (2017), na posição de serem tanto meio quanto conteúdo de revolução.

Para os autores, "a singularidade, autonomia e a liberdade são as três linhas da aliança que vão se entrelaçar no novo punho erguido contra a ordem capitalista e ou socialista. É a partir delas que, desde já, poderão ser inventadas as formas adequadas de organização para a emancipação do trabalho para a liberdade (NEGRI e GUATTARI, 2017, p. 14).

Esta força motriz de revolução, revolucionária é, segundo Guattari (2012), o próprio desejo, pois produz a diferença, construindo máquinas inseridas no campo social, as quais são capazes de deslocar o tecido social, deslocando a sociedade (GUATTARI, 2012).

Toda a luta pela vida, o conatus, segundo Spinoza (2008), é construída direcionada pelo desejo, e estabelecida através dos afetos. O desejo, segundo Deleuze (2012), é o sistema de signos e significantes com os quais produz fluxos inconscientes no campo social, buscando mais conexões e mais agenciamentos.

Um ou mais agenciamentos coletivos de subjetivação os quais podem ser uma ordem, ou seja, as transformações dos corpos, segundo Deleuze e Guattari (2011, p, 20), as palavras de ordem ou os agenciamentos de enunciação em uma sociedade dada - em suma, o elocutório designam essa relação instantânea dos enunciados com as transformações incorpóreas ou atributos não corpóreos que eles expressam.

As transformações incorpóreas são atos que ocorrem, transformando corpos, alterando seus estados, por assim dizer, que não são necessariamente um deslocamento dos corpos, mas um agenciamento social, construído, produzido, uma subjetividade ou um agenciamento de desejo, de potência, de subjetivação, produzindo novas subjetividades.

"Todos os fenômenos importantes da atualidade envolvem dimensões do desejo e da subjetividade. Não se consegue explicar o que está acontecendo no Irã ou na Polônia, por exemplo, se não se entender até que ponto está havendo uma produção de subjetividade coletiva que, com muita dificuldade, se expressa como recusa de um certo tipo de ordem social. As referências universitárias e políticas tradicionais, o marxismo clássico ou um remendo freudo-marxista não dão conta desses problemas do desejo em escala coletiva" (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 28).

Para o Guattari (1986), trata-se de certos processos da constituição da subjetividade coletiva, que não são resultado da somatória de subjetividades individuais, mas sim do confronto com as maneiras com que, hoje, se fabrica a subjetividade em escala planetária (GUATTARI e ROLNIK, 1986). Entretanto, o jogo dessa reprodução de modelos, sociais e de produções de subjetividades, que não nos permitem citar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agendamentos que consigam pôr para funcionar (ROLNIK e GUATTARI, 1986).

Ou seja, segundo os autores, qualquer revolução ao nível macropolítico diz também respeito à produção de subjetividade, uma vez que a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação, em que, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica, não está centrada em agentes individuais, nem em agentes coletivos:

“esses processos, segundo os autores, são duplamente descentrados, implicando o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extra pessoal, extra individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infra psíquica, infra pessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.)” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 31).

Todas as questões da economia coletiva do desejo deixam de parecer utópicas a partir do momento em que não mais consideramos a produção de subjetividade como sendo apenas um caso de superestrutura, dependente das estruturas pesadas de produção das relações sociais. “A garantia de uma micropolítica processual só pode – e deve – ser encontrada a cada passo, partir dos agenciamentos que a constituem, na invenção de modos de referência, de modos de práxis” (GUATTARI; ROLNIK. 1986)

Podemos construir seus próprios modos de subjetivação. Seus próprios modos de se organizar no mundo, diferentes modos de inserções sociais, com diferentes

micropolíticas (ROLNIK; GUATTARI, 1996), desembocando em transformações sociais.

“Enquanto os movimentos que pretendem desembocar numa transformação social combaterem, com práticas e referências arcaicas que veiculam uma visão maniqueísta, a onipotência da produção de subjetividade capitalística, eles estarão deixando o campo totalmente livre para essa produção. Para que se efetivem os processos de reapropriação da subjetividade – tais como os de um grupo de psiquiatrizados; de um grupo de pessoas que querem organizar sua vida de um outro modo; de uma minoria social que quer se desfazer dos sistemas de coação que tendem a modelizá-la de um grupo de mulheres que mesmo em pequena escala, querem se libertar do sistema opressivo de que são objeto há milênios; de um grupo de criadores que querem se livrar dos sistemas padronizadores em seu campo, ou até de crianças que recusam a aceitar o sistema de educação e de vida que lhes é proposto – para que esses processos se efetivem, eles devem criar seus próprios modos de referência, suas próprias cartografias, devem inventar sua práxis de modo a fazer brechas no sistema de subjetividade dominante.” (ROLNIK; GUATTARI, 1996, p. 49 – 50).

Modos nomades, em uma multiplicidade processual, sem estratos fixos, onde se enraízam unificações e totalizações, mecanismos miméticos, tomados de poder, de atribuições subjetivas (DELEUZE; GUATTARI, 2011), as linhas de fuga, inclusive elas, não vão reproduzir a favor de sua divergência eventual.

“Um investimento inconsciente de tipo fascista, ou reacionário, pode coexistir com um investimento consciente revolucionário. Inversamente pode acontecer (raramente) que um investimento revolucionário no nível do desejo, coexista com um investimento reacionário conforme um interesse consciente.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 144)

Essas multiplicidades de agenciamentos, na produção do inconsciente, são o que compõem o rizoma. Segundo Deleuze e Guattari (2011), podemos desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação, pois “uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 30).

2.2.3 O RIZOMA: A URBANIZAÇÃO E A METROPOLIZAÇÃO

Um rizoma fechado, arborificado em rigidez, o desejo nada mais passa, pois sempre é pelo rizoma que o desejo se move e produz. Segundo Deleuze e Guattari (2011), ao admitirmos o primado das estruturas hierárquicas e as estruturas arborescentes, o desejo segue a árvore, acontecendo as quedas internas que o fazem declinar e o conduzem à morte. Porém o rizoma opera sobre o desejo por impulsões exteriores e produtivas (DELEUZE e GUATTARI, 2011)

O rizoma, nele mesmo tem formas muito diversas. Segundo Deleuze e Guattari (2011), sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos, até suas concreções em bulbos e tubérculos, cadeias semióticas de toda natureza conectadas, biológicas, políticas, econômicas, entre outras, tendo os agenciamentos coletivos de enunciação em fluxos diretos com os agenciamentos maquínicos, rompe com a dicotomia.

“Se trata de mostrar que os rizomas têm também seu próprio despotismo, sua própria hierarquia, mais duros ainda, muito bem, porque não existe dualismo, não existe dualismo ontológico aqui e ali, não existe dualismo axiológico do bom e do mau, nem mistura ou síntese americana. Existem nós de arborescência nos rizomas, empuxos rizomáticos nas raízes. Bem mais, existem formações despóticas de imanência e de canalização.” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 42)

Segundo os autores, há deformações anárquicas no sistema transcendental das árvores, e das raízes, contudo, um age como modelo e como decalque transcendental, mesmo que engendre suas próprias fugas, e o outro age como processo imanente que reverte o modelo e esboça um mapa, mesmo que suscite um canal despótico (DELEUZE e GUATTARI, 2011)

“Oposto a uma estrutura que se define por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza.” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 43)

Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, aos mapas e desenhos estáticos, o rizoma, "se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, contestável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga" (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 43). É esse sistema acentrado, não hierárquico e não significante, desorganizador ou autônomo, em constante movimento relacional com o mundo.

Com as sexualidades, com o animal, com o vegetal, o mundo, as cidades, a política, os livros, as coisas nativas, oriundas da real natureza, como também do artificial, relacional.

Contudo, o fluxo do capital produz um imenso canal, uma quantificação de poder, em que cada um goza a sua maneira na passagem do fluxo-dinheiro, reunindo a todas linhas, todas máquinas sociais, de desejo, de produção, simultaneamente, árvore, canal, raiz e rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Segundo os autores, não existe capitalismo universal, em si o capitalismo existe no cruzamento de toda sorte de formações, de natureza neocapitalista, reinventando para todas faces, oriental e ocidental (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 41).

A qualidade da vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que tem dinheiro, a própria cidade, pautada no mundo do consumo, tornou-se um aspecto fundamental da economia e política urbana (HARVEY, 2014). Segundo o autor:

(...) "a urbanização desempenhou um papel crucial na absorção de excedentes de capital, e que o tem feito em escala geográfica cada vez maior, mas ao preço de processos florescentes de destruição criativa que implicam a desapropriação das massas urbanas de todo e qualquer direito à cidade" (HARVEY, 2014, p. 59).

Os processos econômicos e políticos tornaram-se cada vez mais entrelaçados de tal maneira que as vezes é impossível distingui-los. Entretanto, para uma nova expansão das forças produtivas e uma nova produção, é necessária uma política de liberdade, igualdade e democracia da multidão (HARDT; NEGRI, 2016).

Para os altermodernos, a multidão de subjetividades produtoras, precisa hoje ser livres e autônomas, tanto da autoridade privada-capitalista quanto da pública-estatal, para produzir e desenvolver o comum (HARDT; NEGRI, 2016, p. 336). Ainda que, de alguma maneira, a economia de acumulação de riquezas se transforme

violentamente na economia de espoliação e ali proclame, em nome dos espoliados, seu direito à cidade, segundo Harvey (2016, p.65), "seu direito a mudar o mundo, a mudar a vida e a reinventar a cidade de acordo com seus mais profundos desejos."

Esse direito coletivo, tanto como palavra de ordem quanto como ideal político, nos remete a antiquíssima questão de saber quem é quem controla a conexão interna entre urbanização e produção e uso excedentes (HARVEY, 2014, p. 65).

Esta necessidade, que a maioria vende sua força de trabalho para se manter, naturalmente, formaliza a expansão do capital financeiro por um priori, com alcance universal, através de dívidas nacionais, dos instrumentos financeiros que interferem em todos os tipos de produção, da manipulação da moeda, das taxas de juros, da reinvenção do capital financeiro pela apropriação do comum e do direito à cidade (HARDT; NEGRI, 2016)

Realmente, ao pararmos para analisarmos, a maioria dos encontros espontâneos na metrópole, segundo Hardt e Negri (2016), são conflitantes e destrutivos, que geram nocivas formas do comum, decompondo o corpo social e corrompendo a vida comum da multidão. Ondas macro políticas, macroeconômicas (HARVEY, 2014), produzindo corpos docilizados, privilégios sociais, projetando muralhas e endurecendo os espaços.

As hierarquias compreendem o esquecimento do processo, confundindo os instantes de um rizoma coletivo, triste: "a árvore ou a raiz inspiram uma triste imagem do pensamento que não para de imitar o múltiplo a partir de uma unidade superior, de centro ou de segmento; com efeito, considera-se o conjunto galhos-raízes, o tronco desempenha o papel de segmento oposto para um dos subconjuntos percorridos de bairro para cima (...) as próprias ligações podem proliferar como no sistema radícula, permanecendo no um-dois e nas multiplicidades só fingidas." (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 36 – 37).

Portanto, os próprios modos arborescentes são sistemas hierárquicos que comportam como centros de significância e de subjetivação. A própria construção metropolitana múltipla compõe territórios sociais, institucionais – máquinas sociais territorializantes.

A esses sistemas centrados, os autores opõem sistemas acentrados, autônomos, por meio de uma transdução do estado intensivo, pois a esse rizoma metropolitano, também compõe um rizoma de guerra, as árvores podem corresponder

ao rizoma, ou inversamente, germinar em rizoma; “e é verdade geralmente que uma mesma coisa admite os dois modos de cálculos ou os dois tipos de regulação, mas não sem mudar singularmente de estado tanto num caso quanto no outro” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 38)

Portanto, não analisaremos a política da metrópole, mas nos conectaremos a organização dos encontros, o que requer uma abertura à alteridade e à capacidade de formarmos relações com o próximo, gerando encontros prazerosos. Entretanto, para ter encontros prazerosos, necessitamos de espaços afetivos, um campo de multiplicidades de um rizoma de guerra que produza essas linhas de agenciamento para bons encontros, linhas de fugas.

Libertando-nos dos modos de territorialização que a metrópole contemporânea exerce nos corpos, pois as separações semióticas urbanas são constantemente produzidas e impostas economicamente através da renda e valores imobiliários. Segundo Hardt e Negri (2016, p. 285), “a valorização urbana de determinados bairros afluentes é uma arma que cria e mantém divisões sociais, reproduzindo em toda metrópole, em escala menor às hierarquias e desigualdades globais.”

A urbanização, o que Hardt e Negri (2016) denomina de metropolização, não significa apenas uma generalização de estruturas de hierarquias e explorações, como também uma generalização de rebeliões, crescente intensidade do comum e dos encontros entre singularidades (HARDT; NEGRI, 2016, p. 288).

A urbanização também é essa produção do inconsciente, da terra, dos territórios, da libertação, da sexualidade, é esse rizoma de guerra. O rizoma propriamente dito, segundo Deleuze e Guattari (2011, p. 39), ao contrário, é uma libertação da sexualidade, não somente em relação à reprodução, mas também em relação à genitalidade.

Nosso rizoma, refere a esse mapa urbano, que pode ser produzido, construído, desmontável, contestável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Em constante movimento, produzindo agenciamentos de desejos.

“Para os enunciados como para os desejos, a questão não é nunca reduzir o inconsciente, interpretá-lo ou fazê-lo significar segundo uma árvore. A questão é produzir inconsciente e, com ele,

novos enunciados, outros desejos: o rizoma é esta produção de inconsciente mesmo" (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.38)

Ao acompanharmos esta multiplicidade, esse campo de guerra as subjetivações, as totalizações, as unificações são, ao contrário, parte do processo que se produz e constitui nas multiplicidades (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

Parte desse processo urbano, produzido pela (macro)política pública, da revisão do PDM, inserido neste jogo que rege a vida e a cultura ao mesmo tempo. "o que é próprio da vida não é somente a arte como ilusão, como ficção, mas a arte como criação e destruição, como imposição, dominação, violência" (MOSÉ, 2018, p. 91). O resultado de infinitas perspectivas, em um campo de embates de forças.

"E a vontade de potência é a resultante deste jogo de forças, ela é o que a força, ou o jogo de forças, pode" (MOSÉ, 2018, p. 85). Ou seja, segundo a autora, a vontade de potência pode ser afirmativa, predominando forças ativas, ou pautada em forças dominadas, forças reativas, tratando-se de uma vontade negativa de potência (MOSÉ, 2018)

Entretanto, Nietzsche (1895) contempla a instauração de novos pensamentos, capazes de contemplar o devir. Para o anticristo, a crítica da cultura tem como alvo a afirmação de um pensamento capaz de ser atravessado pelos afetos, pelas forças ativas:

Segundo o autor, "encontrar prazer não mais na certeza, mas na incerteza; nem 'causa' nem 'efeito', mas uma criação contínua, a vontade não de conservar, mas de dominar; não mais esta humilde locução: 'tudo é apenas subjetivo', mas essa afirmação: 'tudo é também obra nossa' – sejamos orgulhosos dela" (NIETZSCHE, 1895, p. 258).

Portanto, como nômades, façamos mapas, nunca fotos nem desenhos, sempre em movimento. Sejamos a pantera cor-de-rosa e que nossos amores sejam como a vespa e a orquídea, o gato e o babuíno. Em que nosso mapa urbano, não começa nem conclui, mas se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo (DELEUZE; GUATTARI, 2011)

3. HÓDOS-META: um caminhar esquizoanalítico

Na academia, o sentido tradicional da metodologia está no corpo de regras e diligências estabelecidas para realizar uma pesquisa (OXFORD, 2020), porém para um cartógrafo, está no desafio de realizar a reversão tradicional do método (**metá-hódos**). Logo, não trataremos da onomástica desta seção, mas de algumas pistas que nos levaram a essa prática cognitiva muda, (“des”)arranjada de pesquisa, acompanhando processos em transformações – singularização.

Ontologicamente muda, pois não discutimos modelos, corporificados e homogêneos, focado em objetos, apenas modos de produção dentro de um campo, nos processos de conhecimento.

Pois, publicar um texto, uma pesquisa, escrever um livro é lançar um objeto ao mundo, corporificando a arte relacionada com o mundo e conosco. Portanto, nossa prática teórica, epistemológica, não estabelece um objeto inerte a uma teoria do conhecimento.

Não aplicamos Deleuze, Foucault, Bergson, Spinoza, Nietzsche, entre outros pensadores, para produzir uma teoria, mas reafirmaremos os devires, o processo de experimentação, nossa pesquisa inventiva, singular, compreendendo as características deste caminhar niilista.

3.1. Mas o que é cartografia?

No primeiro pensamento, ao ler a palavra “cartografia”, nosso cerebelo produz ondas sinápticas, acessando uma ótica geográfica, física, a qual associa duas palavras: **cartografia – mapa**. Realmente para o geógrafo Paulo Roberto Fitz (2014), a cartografia é a ciência que representa graficamente uma área ou uma superfície plana. Nesse sentido, potencializa necessariamente a uniformização das cartografias com vistas a ter uma adequada orientação do espaço representado, ou seja, um detalhamento representado em um desenho, o qual acompanha um todo estático, e faz, ao mesmo tempo, o acompanhamento dos movimentos de transformações das paisagens (FITZ, 2014).

Portanto, em linhas gerais, a cartografia seria o desenho desses mapas, neste caminhar? Não de mapas físicos e estáticos, mas a **arte** das paisagens **psicossociais** e de múltiplos **territórios**, as quais conceberam marcas aos encontros, sinais dos

agenciamentos, desencadeando múltiplas direções – linhas de fugas – em seus acontecimentos.

Inicialmente, esta arte denominada cartografia passou a ser potencializada pela aproximação de dois grandes autores, o filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista Felix Guattari (1968), os quais produziram os *modus operantes* para acompanhar os processos de produção, um *modus desterritorializante*, pautado no pensamento político da nova “teoria” do desejo, pela qual Spinoza, no século XVII, e Reich, no XX, são ligados, desencadeando a produção de grandes **obras de arte**, como o *Anti-Édipo* (1972).

Este pensamento político não é forçosamente um negócio secreto ou vergonhoso como a psicologia e a moral dominantes demonstram (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Para os autores esquizoanalistas, o desejo permeia o campo social tanto em práticas imediatas quanto em projetos ambiciosos, uma vez que o campo social é objeto de investimento do desejo (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 365).

“Não existe sociedade que não seja feita de investimentos de desejo, nesta ou naquela direção, com esta ou aquela estratégia e, reciprocamente, não existem investimentos de desejo que não sejam os próprios movimentos de atualização e um certo tipo de prática e discurso, ou seja, atualização de um certo tipo de sociedade” (ROLNIK, 1989, p. 58).

Como explana a psicanalista Suely Rolnik, há práticas, fluxos e territorialidades fascistizantes, moralistas, puritanas e familistas que compõem os investimentos inconscientes do campo social, um tipo ou polo paranóico fascistizante, segregativo que investe na formação de soberania central e a sobre-investe, fazendo dela a causa final eterna de todas as outras formas sociais da história, que contra-investe os enclaves ou a periferia e desinveste toda livre figura do desejo – “sim, sou um de vocês, da classe ou da raça superior” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 366)

Todavia, há mais de um tipo de investimento social delirante, um tipo ou polo esquizo-revolucionário, nomádico, que segue as linhas de fuga do desejo, passando o muro e os fluxos, os quais montam suas máquinas e seus grupos em fusão nos enclaves ou na periferia, precedendo ao inverso do precedente, – “NÃO SOU UM DE VOCÊS, SOU ETERNAMENTE DA RAÇA INFERIOR, SOU UMA BESTA, UM

NEGRO" (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p 366), um movimento reacionário. Afinal, segundo os esquizoanalistas, o delírio é a matriz em geral de todo investimento social inconsciente.

Nesses movimentos delirantes de fuga, de retomada de si próprio, de processo, podemos encontrar algo que não é uma identidade, nem uma adequação aos universais, mas simplesmente o fato de que, seguindo a corrente, seguindo os movimentos, na queda mesmo, podemos nos reencontrar... construir uma temporalidade possível, objetos e mundos, exatamente como um artista, ao criar o mundo que lhe é específico, uma obra de arte, podemos criar uma **cartografia** (GUATTARI, 1989; 1990).

Por meio do acompanhando do processo produzimos o desmanchamento de certos mundos, a perda de sentidos, e a formação de outros mundos que se criaram para expressar os afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornam obsoletos (ROLNIK, 1989, p. 15), viabilizando esta construção artística de pesquisa (esquizo)analítica (des)reterritorializante. Para tal, como produzimos este movimento denominado cartografia?

3.2 Experimentação Cartográfica

Para o filósofo Deleuze (1981), não é o movimento que explica a sensação, mas, ao contrário, é da sensação que se explica o movimento. Portanto, não podemos esperar que a cartografia surja como um *paper* acadêmico regular, construído através de métodos e discursos que sub-seccionam o mundo em paradigmas fixos. Uma vez que a **cartografia** é vivida e experimentada, não é uma competência, mas uma performance, sendo necessária ser desenvolvida (KASTRUP; BARROS, 2020).

As psicólogas Laura Barros e Virginia Kastrup, disseminadoras do método cartográfico de pesquisa, expõem a necessidade do cartógrafo, o pesquisador, estar em campo, disponível para exposição às novidades, quer se encontre em territórios conhecidos ou não (estrangeiros).

“Sempre que o cartógrafo entra em campo há processos em curso. A pesquisa de campo requer a habitação de um território que em princípio, ele não habita. Nesta medida, a cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica e lança mão da observação

participante. O pesquisador mantém-se no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial." (BARROS e KASTRUP, 2020, p. 56)

Durante a pesquisa cartográfica, o processo de produção nos leva a multiplicidade de territórios, ao permitimos nossos corpos comporem heterogeneidades. Um simples encontro nos conecta e ao transitarmos por esse plano coletivo de forças, produzimos novas subjetividades, novos territórios, espaços de guerra pelos quais somos atravessados.

"Diferente do método da ciência moderna, a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas e nem de conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou o fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente" (BARROS; KASTRUP, 2020, p. 57).

Este movimento cartográfico é a produção artística que nos permite buscar e construir saídas na constituição dos territórios, para além dos territórios de saída, mas outros espaços de vida e de afeto (ROLNIK, 1989). Expressando a necessidade de tomarmos a vida em nossas próprias mãos, o que para Zaratustra é quando encontrarmos a grande política, desinvestida dos valores estabelecidos (NIETZSCHE, 2012).

Diferentes linhas de agenciamentos (micropolíticas de exercícios ativos) criam diversos universos singulares, múltiplas formas de existências (sejam de um indivíduo, de um grupo ou de uma sociedade), diferentes destinos, dramas, cenários, estilos... produções de universos psicossociais integrados pelo desejo. "Aqui reside toda a riqueza do desejo. Toda a sua generosa fatura. O desejo é criação do mundo" (ROLNIK, 1989, p. 55).

Estes movimentos políticos de Deleuze e Guattari enunciam novos modos de vida, uma vez que toda cartografia é processo intervencionista, é singularidade (BARROS; KASTRUP, 2020). Um fenômeno, um acontecimento nômade que ocorre no acompanhamento de um processo, seja ele político, econômico, social ou afins... do plano de imanência.

Diferente da fenomenologia de Husserl, a qual estuda os fenômenos daquilo que aparece à consciência, através da análise radical da intencionalidade, pautada na

redução fenomenológica e pela análise da intencionalidade da consciência (MOREIRA, 2002), a **cartografia** busca manifestações do inconsciente, uma vez que a mera presença do ser em campo expõe o cartógrafo a inúmeros elementos salientes, que pareça convocar a atenção:

“No caso da pesquisa cartográfica, pede-se situar o macrocontexto como a dinâmica de transformação do problema geral da pesquisa e o microcontextos como a autodefinição de microproblemas ao longo das consecutivas visitas ao campo (...) São as manifestações do inconsciente que despertam a atenção aberta do analista, suscitando o gesto de prestar atenção” (KASTRUP, 2020, p. 39).

A ão configura uma das práticas políticas que movem a pesquisa cartográfica, uma vez que a subjetividade deste indivíduo estará presente durante toda prática. Ou seja, para nós, a **atenção**, durante o acompanhamento do processo, explora cuidadosamente o afecto, sem produzir compreensão ou ação imediata, mobilizando imagens e lembranças do passado, presente e futuro, incluindo a imaginação do cartógrafo, em um movimento reflexivo icônico e artístico (KASTRUP, 2020).

“Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades do tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhes parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias” (ROLNIK, 1989, p. 15 – 16).

Para a psicanalista, o acompanhar do processo, assim como o movimento, é transfigurar culturalmente, economicamente, religiosamente, filosoficamente as marcas do individualismo e coletivismo humano, é alimentar a **subjetividade**, logo “o cartógrafo é antes de tudo um antropófago” (ROLNIK, 1989, p. 16).

Por conseguinte, rompemos com a estética social, buscamos nas sensações e emoções as práticas do cotidiano que produzem novas subjetividades, na arte de teorizar, na linguagem que é código de passagem, e também poesia. Pois a potência da arte não está no que retrata, mas no que produz, ou seja, no desconforto e necessidade de teorizar sobre ela para poder apreciá-la. Em síntese, segundo Moscheta (2014, p. 28), “estamos falando de um deslocamento da arte como representação para a arte como interrogação, provocação”.

Falamos de **arte**, em uma pesquisa acadêmica, pois a experiência com a arte produz **novas subjetividades – processo de singularização**. E a experimentação constrói subjetividades a partir da atenção cartográfica, produzindo novas formas de existência, e o deslocamento do corpo no espaço é regido por sensações diretas e indiretas, por ações de forças invisíveis. Para Kastrup (2020), desempenhar uma atenção cartográfica é estar em campo, é praticar cartografia – uma vez que a atenção do cartografo realiza uma exploração assistemática do terreno, com movimentos aleatórios, em (“im”)perfeita (“des”)sincronia... caminhamos... até que a atenção é **tocada**.

E o **toque** é sentido como uma rápida sensação, um pequeno vislumbre, que aciona em primeira mão o processo de seleção. Tendo potencial a uma música, uma voz, um discurso, o limiar do silêncio e dos murmúrios de um território em plena movimentação. Uma série de agenciamentos de matérias de expressões os quais produzem a configuração de procedimentos, gestos, figuras que se repetem como um ritual desdobrando perante nossos corpos.

Perplexos, constatamos o “óbvio”: os imperceptíveis, os afetos gerados nos igualmente imperceptíveis movimentos de tração e repulsão que experimentam, conquistam um espaço para exercerem um território, compõem este campo social, esta multiplicidade rizomática (ROLNIK, 1989). Apresentam-se perante o processo, compondo a cartografia, a inteligibilidade.

Afinal, todos esses movimentos afetivos, caracterizam a produção de dados durante a pesquisa cartográfica.

3.3. A Produção de dados e a Subjetividade

Como cartógrafos, nos aproximamos do campo como estrangeiros visitantes de um território que não habitamos, explorando a partir dos olhares, escutas, e nossas sensibilidades aos odores, gostos e ritmos – nossos modos e vontades nesse movimento territorializante.

Durante a prática cartográfica, somos captados por percepções e sentimentos derivados dos códigos – escritos, gesticulados ou falados, discursivos ou de visibilidades – afetados pelo consciente e inconsciente, inseridos neste contexto subjetivo, de aspectos sociais, econômicos e culturais, como também processos de

passagem. Mergulhados em linhas de articulações ou segmentaridades, estratos, territorialidade, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

Nesse acompanhamento, faz-se menos a descrição de estados de coisas do que o acompanhamento de processos, pois cultivamos nosso aprendizado no movimento de transformação. Entretanto, para tal aprendizado, a prática da escrita nos auxilia durante a composição territorial.

“Há uma prática preciosa para a cartografia que é a escrita e ou o desenho em um diário de campo ou caderno de anotações. Os cadernos são como os hipomnemata, que Michel Foucault (1992), discute ao apresentar as práticas de si dos gregos. Com o objetivo administrativo de reunir o logos fragmentado, os hipomnemata ‘constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas [...] Formavam também uma matéria-prima para a redação de tratados mais sistemáticos (p.135)”. (BARROS; KASTRUP, 2020, p. 70)

Gostaríamos, assim como Foucault (1971), ao invés de tomar a palavra, ser envolvidos por ela e levado bem além de todo começo possível. “Não haveria, portanto, começo e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível” (FOUCAULT, 2014, p. 6).

Nesta ordem discursiva, seríamos o imaterial materializado pela linguagem empregada, sob essas atividades cotidianas e cinzentas, poderes e perigos que mal imaginamos? Inquietações de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de escritas, de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades... Porém, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? (FOUCAULT, 1971).

Para nós, escritas e desenhos são mais do que observações em campo das experiências materializadas, mas impressões que emergem dos encontros, dos quais produziram subjetividade. Segundo Kastrup e Barros (2020, p. 76), os fenômenos de produção da subjetividade possuem como características o movimento, a transformação, a processualidade. Assim como habitar um território existencial, segundo Alvarez e Passos (2020), permite acolher e ser acolhido na diferença que se expressa entre a relação, sujeito e objeto, pesquisador e pesquisado, nós e o mundo.

E é no acompanhamento dos movimentos das subjetividades e dos territórios que produzimos a **cartografia**.

3.4. Nosso *Hipomnemata* e o Desenho da Cartografia;

“De todas as escritas, apenas amo o que uma pessoa escreve com seu próprio sangue. Escreve com sangue e descobrirás que o sangue é espírito.” (NIETZSCHE, 2012, p. 45)

É na prática da escrita que rompemos o processo artístico da cartografia. Aprendemos a escrever, desde então somos deixados a ir. Aprendemos a voar, desde então não precisamos ser empurrados para que rompamos do chão. Agora voamos, e vemos por baixo de si, um Deus que dança em nós, uma força criadora de si, a transvaloração dos processos políticos (NIETZSCHE, 2012).

Assim falou Zarathustra, e assim produzimos esta Cartografia. Buscando suporte nos códigos (i)materializados, em nosso hipomnemata, inseridos no processo de *Políticas Públicas* e de suas (re)territorialidades, uma vez que:

“não se deveria considerar esses *hipomnêmata* como um simples suporte de memória, que se poderia consultar de tempos em tempos, caso se apresentasse uma ocasião. Eles não se destinam a substituir as eventuais falhas de memória. Constituem de preferência um material e um enquadre para exercícios a serem frequentemente executados: ler, reler, meditar, conversar consigo mesmo e com outros etc. E isso para tê-los, de acordo com uma expressão que frequentemente retorna, *prokheiron, ad manum, in promptu*. ‘À mão’, porém, não simplesmente no sentido de que poderiam ser chamados à consciência, mas no sentido de que devem poder ser utilizados, tão logo seja necessário, na ação.” (FOUCAULT, 1983, p. 148)

"O caderno não deve ser tomado como receita, não é modelo, não é prescrição, não é uma pedagogia" (BARROS; KASTRUP, 2020, p. 83). Nosso “caderno-dispositivo” têm função de referenciar, criar condições concretas para o movimento cartográfico produzir efeitos de produções e transformações da realidade.

Criamos, então, através desta produção de subjetividade, condições para a transformação das relações entre as linhas/vetores afetivos, cognitivos, institucionais, micro e macropolíticos. Seguindo este (não)modelo metodológico descritivo e

intervencionista de pesquisa, cartográfico, desenhamos o processo de revisão da política pública urbana, **Plano Diretor**.

Enquanto nos deslocávamos através da malha urbana, traçamos marcas dos agenciamentos e atravessamentos afetivos produzidos pelas cinco Assembleias de Planejamento e Gestão Territorial (APGT) e seus representantes eleitos. Divisões territoriais invisíveis, realizadas e validadas durante a proposta metodológica eleita pela instituição pública para o processo de revisão do plano diretor.

Traçados dinamizadores que permitiram durante cada audiência pública, de cada APTG, produzir passeios longos, guiados pelos próprios coordenadores e políticos locais, e pelos próprios moradores e líderes de movimentos religiosos e sociais.

Para materializar esse movimento territorial e subjetivo político urbano, estabelecemos relações com documentos de domínio público em diversidades de formas: publicações em diários oficiais, registros, website oficial, plataformas digitais e relatórios do IPPLAN, legislação nacional, como a Lei Estatuto da Cidade, como também dados disponíveis em institutos de pesquisa e notícias e produtos sociais que remetem ao planejamento urbano do município de Maringá – PR (SPINK, 1999).

Juntamente utilizamos de *smartphone*, para gravar todas audiências públicas e diálogos com os participantes, o que nos permitiu revisitar o processo, ampliando através da audição, nossa **atenção** cartográfica.

Processos estes que permitiram a produção-transformação da realidade, gerando condições para experimentarmos a **desterritorialização** de cada território, em um devir cartográfico. Parafraseando Nietzsche (1885): escrevemos com sangue e descobrimos que o sangue é espírito.

3.5. (Des)abordagem de Pesquisa

Por desenlace, encerramos este *hódos* (caminho), respeitando a *metó* (verdade) acadêmica, classificando a (“des”) abordagem desta pesquisa. Destarte, pela não utilização de métodos estatísticos de coleta e análise de dados, como em Vieira (2014), potencializamos as subjetividades, todo aspecto afetivo, relacional e diversificado. Para Godoi, Mello e Silva (2006), Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa **cartográfica** é igualmente uma pesquisa **qualitativa**.

Assim, apresentamos estas cartografias, um caminho reflexivo, aberto às novas análises e aos novos discursos, às diferenças e às incertezas que nos encontraram pelo caminho. Extratos/platôs construídos através desse movimento devir artístico, durante o processo de política pública, experimentado no rizoma urbano.

4. OS MAPAS URBANOS: CARTOGRAFANDO OS ATRAVESSAMENTOS MACRO E MICROPOLÍTICOS

“Houve um tempo que a blasfêmia contra Deus era a maior blasfêmia, mas Deus morreu, e com ele morreram também os blasfemadores. O mais terrível dos pecados agora é blasfemar contra a terra e dar um valor maior as entranhas do incognoscível do que ao sentido da própria terra.” (NIETZSCHE, 2019, p. 18)

Os próprios modos de territorializar, de fugir da terra, nos implica valores ideais e morais políticos. Porém, para o filósofo anticristo, nós humanos somos camelos ao adotarmos esses valores ideais, divinos, humanos ou naturais (NIETZSCHE, 2019).

Modos que negam o acontecimento e o devir. Ao ressoarmos nossos corpos, o delírio das raças, culturas e seus deuses, individualizações expressamente definidas em vibrações intensivas, produzimos personagens, corpos representados nesta política dos limiares históricos, políticos e econômicos; compreendida por Spinoza (2002), como fenômenos das forças reativas da física.

Em resposta, segundo Deleuze (1976), é a ciência por vocação, em que a física reativa pela mesma razão que a biologia, vendo sempre as coisas do lado menor, do lado das reações, produz o instrumento deste pensamento niilista. Segundo o autor, é também o princípio das manifestações do niilismo, a física reativa é uma física do ressentimento, como a biologia reativa é uma biologia do ressentimento.

Não sabemos ainda o porquê, precisamente, porém as forças reativas negam a diferença. Entretanto, para Nietzsche (1844), tudo retorna. Ao observamos os processos... todo meio querer, pulsar e foder, acaba em um meio prazer, em um reducionismo ou dor que aumenta nossos buracos, nossas frustrações.... toda moral política retorna sobre nós.

Porém, este movimento rizomático também produz linhas de fuga, nossos próprios retornos, ou seja, todo retorno será da própria fonte, do próprio valor que os modos políticos de existir cria ao diferenciarmos... Um processo do acontecimento em

linhas de efetuação, que necessariamente nos coloca em processo de mutação, de modificação, de maneira tal, que cada alimentação retroalimenta nossas potências de acontecer (NIETZSCHE, 1844 – 1900).

Portanto, existir, segundo Nietzsche (1900), é essencialmente criar; é fato ontológico da própria natureza da realidade, da libertação do campo de força que inibe ou limite a vida e a vontade dos indivíduos. É acessar o plano comum dos encontros, a zona de passagem, que se estabelece aqui como devir-cidade no processo de revisão do Plano Diretor de Maringá..

4.1 PLANO DIRETOR: NOSSA GRANDE PONTE;

“Um dia quando Zaratustra atravessava a grande ponte foi cercado por aleijados e mendigos, e um corcunda falou-lhe assim:

‘Vê, Zaratustra! Mesmo o povo que aprendi de ti e adquire fé em teus ensinamentos: mesmo ele, para que acredite completamente em ti, ainda uma coisa se faz necessária – tu deves em primeiro lugar convencer a nós, aleijados! Agora aqui tens uma bela seleção deles e realmente uma oportunidade com mais de uma madeixa de cabelo! Podes curar o cego e fazer com que o coxo ande. E podes até remover um pouco daquele que tem muito em cima das coisas – isto, penso eu seria a maneira correta de fazer os aleijados acreditarem em Zaratustra!’

Mas Zaratustra respondeu assim àquele que falara:

‘Quando se tira a corcunda do corcunda, está se tirando dele o espirito – isto é o que ensina o povo. E quando se dá olhos ao cego ele virá ver tantas coisas ruins na Terra que maldirá aquele que o curou. Aquele que faz o coxo andar, no entanto, causa-lhe o maior dano: pois ele tão logo começa a andar seus vícios o acompanharão – isto é o que ensina o povo sobre os aleijados. E por que Zaratustra não deveria também aprender com o povo, se o povo aprende com Zaratustra?’ (NIETZSCHE, 2019, p. 138

Segundo o filósofo anticristo, somos cegos, aleijados e mendigos de nossas próprias existências, e estamos todos acoplados há uma zona de passagem, a um ser de passagem. Para Zaratustra é o portal do instante entre duas linhas infinitas, para frente, a linha infinita do futuro e para trás, a linha infinita do passado – o encontro do passado com o futuro – ou seja, nossos instantes presentes, nossa zona de passagem. (NIETZSCHE, 1883)

“Não é simplesmente nosso presente, pois está; e quando buscamos chegar, ainda não é; quando chegamos, já foi; nosso corte metafísico do tempo; nosso momento pleno de conexão;” (HIPOMNEMATA, 2019)

Essa conexão, em que coexistimos, segundo Nietzsche (2019), é a zona de passagem, é a **grande ponte** de Zaratustra. O que Spinoza (1675) denomina de plano comum dos encontros, ou seja, para o autor, todos corpos, existem de modo a coexistir/interagir compondo relações, potentes de afetar e de serem afetadas; e este campo de aglomerados de partes duras e moles, que permite compreender as afecções dos corpos, pelas quais o afeto produz potência de agir é o plano do comum (SPINOZA, 1675)

Porém, onde encontramos esta ponte pela qual Zaratustra caminha, estes espectros do comum? Segundo Hard e Negri (2016), em toda a sociedade, de formas veladas e mistificadas, acessamos o comum, desde a formação e organização urbana das metrópoles industriais, até suas relações intensivas e diretas entre os processos de produção biopolítica, a metrópole biopolítica.

“A cidade, naturalmente não é apenas um ambiente construído, consistindo de prédios, ruas, caminhos subterrâneos, parques, sistemas de esgoto e cabos de comunicação; é também uma dinâmica viva de práticas culturais, circuitos intelectuais, redes afetivas e instituições sociais. (...) a cidade é a fonte do comum e o receptáculo para o qual ele flui.” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 177)

É este rizoma urbano, de linhas molares, moleculares e de fugas, arvores, radículas e raízes, formadas por agenciamentos e máquinas, desejantes e sociais; esta metrópole “altermoderna” de Hard e Negri (2016, p. 277), “pode ser considerada o esqueleto e a espinha dorsal da multidão, ou seja, o ambiente construído que sustenta a sua atividade, o ambiente social que constitui um repositório de relações sociais, hábitos, desejos, conhecimentos e circuitos culturais”.

O rizoma urbano metamorfoseia nossos corpos, expandindo e reduzindo nossas potências (nossos “conatos”) (SPINOZA, 1675), a partir dos encontros que nos permitem acessar o comum, produzindo corpos afetados/preenchidos por alegrias ou tristezas, ao acaso...

Portanto, nossa grande ponte de Zaratustra, nosso caminho espinosista, pelo qual logremos, através dos afetos, organizar nossos encontros, e fazer com que sejamos parte ativa dos acontecimentos, é a revisão do processo de política pública urbana, do Plano Diretor.

A revisão do plano diretor da cidade de Maringá – PR nos permitiu acessar encontros, relações intensas e diretas, nos levando nesta imersão territorial múltipla, durante cada audiência pública, cada subjetivação (molar, molecular e de fuga), que formaram nosso comunal, nossas cartografias. E durante a existência (experimentação) desta grande ponte, a que Deleuze denomina campo dos afetos,

“devemos conquistar aquilo que pertence à nossa essência. Justamente, só podemos formar noções comuns, mesmo as mais gerais, se encontrarmos um ponto de partida nas paixões alegres que aumentam primeiramente nossa potência de agir” (DELEUZE, 1968, p. 214)

Há modos de exercer a potência nesse plano, exercendo uma política cognitiva da heterogênesse, da diferença. Sem que faça desta potência do acontecer, a parcialização das alegrias. Pois a máquina social dos aleijados dos desejos, é aquela em que se confunde o acontecimento com o real e suas existências, confundindo, de modo que reduz esta potência, produzindo um estado limitado e interiorizado (NIETZSCHE, 1883).

Mas o que os aleijados esperam? A Cura? A adaptação da normalização daquilo que é tido como normal? A inclusão social? A este modo aleijado de desejar, segundo Zaratustra, existe resposta. Tirar do corcunda sua corcova, por fim tira seu espírito; ao cego sua visão, da terra visualizará dores, amaldiçoando a todos; fazer o paralítico caminhar, prejudica-o, uma vez que, todos seus vícios o acompanham... aos aleijados, sempre há desejos de aleijados (NIETZSCHE, 2019).

Segundo Zaratustra, os próprios modos operantes da vida são as respostas a suas existências, aos seres que curvam... ao corcunda que deseja sua corcova... a vida frugal e sem haveres, consumida na doença. Pois, segundo Spinoza (1675), a liberdade do cego não está em sua visão, mas no desarticular as amarras que o transformam em cego.

São nossos modos de relacionarmos com o mundo, consigo mesmo e com o conhecimento – nossas políticas de cognição – princípios variantes, processamentos, muitas vezes corporificados em nossas subjetividades.

Residindo novos modos, uma nova política do acontecimento, um novo processo de política pública, pela qual captamos a potência dos corpos para além das condições dadas dos nossos conhecimentos, e captamos a força do espírito, para além das condições dadas das nossas consciências, não acontece (DELEUZE, 2002),

“Há, efetivamente, em Espinosa, uma filosofia da “vida”: ela consiste precisamente em denunciar tudo o que nos separa da vida, todos esses valores transcendentais que se orientam contra a vida, vinculados as condições e as ilusões da nossa consciência. A vida está envenenada pelas categorias do Bem e do Mal, da falta e do mérito do pecado e da remissão.” (DELEUZE, 2002, p. 32)

Destarte, estamos aqui para mudar o mundo, não o adaptar, é a transmutação do ser social e global, para além das limitações epistemológicas e representações dos modelos hegemônicos.

Em *verdade*, uma grande loucura habita em nossas vontades, o delírio dos seres, tornando maldição tudo que é moral, adquirindo espírito. O que chamamos de fonte de pensamento político, não de uma lógica racional, mas como Deleuze, dos sentidos delirantes, que (não) opera e (não) funciona nesses modos de vida, mas habita em nossa vontade, é o espírito da “vingança”, do desejo em relação ao corpo pleno – uma *política-sem-órgãos*, afirmativa.

4.2. O SENTIMENTO CARTOGRÁFICO: Nota de uma cartografia acadêmica não cafetinada;

“Um livro não tem objeto nem sujeito; é feito de matérias diferentemente formadas, de datas e velocidades muito diferentes. Desde que se atribui um livro a um sujeito, negligencia-se este trabalho das matérias e a exterioridade de suas correlações. (..) Num livro, como em qualquer coisa, há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 18).

O que produzimos é esta obra esquizoanalítica, que de fato é feito de matérias heterogêneas, a partir do pensamento intensivo (produção de pensamentos), estratificada em territórios (platôs/cartografias). A qual pode ser lida, experimentada, sem uma ordem, mas constituindo um adeus as amarras da consciência ao inconsciente, entre a natureza histórica, econômica e política, através da libertação do corpo.

Portanto, desinvestimos nossos órgãos do corpo, rompendo, neste movimento livre, com toda reprodução linguística, com todo pronome singular. Pois, somos uma grande razão, uma multiplicidade com um único sentido: instituímos novas formas de pensar, de contemplarmos o devir.

“É, então, nesta direção que caminha a crítica nietzscheana: uma crítica da cultura que tem como alvo a afirmação de um pensamento capaz de ser atravessado pelos afetos, pelas forças em luta, pelo devir, e que se efetua através da desautorização dos diversos estratos do pensamento conceitual, sustentados pela linguagem (principalmente a identidade, a consciência, o eu)” (MOSÉ, 2018, p. 179).

Logo reconheço a pluralidade, os agenciamentos que compuseram esta cartografia, nossas razões e sensibilidades a partir das potências que estiveram a serviço do nosso corpo-sem-órgãos. Uma vez que, o **eu (singular)**, destituído da gramática, como em Nietzsche (1883), é transvalorado em **nós (plural)**.

4.3. NOSSO "COLETIVO"! NOSSAS "POLÍTICAS"! A PRIMEIRA ETAPA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MARINGÁ, EM 2019;

No Brasil, os santos sempre estiveram mais próximos do povo que os próprios monarcas, pelos quais, desde 1808 os costumes separatistas nunca lhe foram abandonados, como demonstra Debre¹ (1828), em sua obra Coroação de D. Pedro I, as peculiaridades atribuídas pela corte política brasileira:



(FONTE: TREVISAN, 2009)

Em suas divisões materializadas no território durante os processos políticos brasileiros: Na tela a óleo, manifestação ostensiva de presenças monarcas-políticas. No Plenário Vereador Ulisses Brunder, a solene abertura da 1^o audiência pública de revisão do Plano Diretor do Município de Maringá, pelo cerimonialista Amarildo Torres, o qual convida para compor a mesa principal "excelentíssimas presenças: juristas, urbanistas, chefes políticos, engenheiros e agentes municipais, além do ilustre papa do urbanismo" (ATA 1^o AUDIÊNCIA PD, 2019).



(FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019)

“Toda instrução da política de desenvolvimento urbana e gestão territorial terá como horizonte a tabula do rei Arthur ou do Estatuto da Cidade?” (NOTA HIPOMNEMATA DE 29 DE ABRIL, 2019)

Após a solenidade, o arquiteto Edson Luiz, em nome da prefeitura municipal, e do IPPLAM, agradece a disponibilização da Câmara para a realização da audiência, destacando que “o local é considerado a casa do povo, e a revisão do Plano Diretor está ligado ao povo de Maringá,” frisando a importância da participação das Universidades e das Entidades municipais para ambientar um trabalho “altamente democrático” e “digno dos anteriores” (ARQUITETO EDSON LUIZ, 2019).

Em seguida, o vereador Sidnei Telles, após agradecer a presença de todos, destacando nomes de acadêmicos presentes, como o do Professor Jorge Villalobos, da Universidade Estadual de Maringá, evidencia a importância do planejamento urbano e da política do Plano Diretor para as bases democráticas (VEREADOR SIDNEI, AUDIOS, 2019).

Realmente, nossa constituinte de 1988 estabeleceu bases para a democracia participativa e para a abertura de canais institucionais de participação, como a revisão do Plano Diretor, o que nos permite a possibilidade de encontros de territorialidades no processo político. No entanto, após 191 anos, como em Debré (1828), nossas separações semióticas territoriais permanecem intactas.

Contudo, vale destacar, que as diretrizes gerais exigidas pelas legislações urbanas territoriais, são cumpridas. Ou seja, o texto do plano diretor municipal é submetido as diretrizes do Estatuto da Cidade.

Posto que a evolução urbana difere da evolução política, há demanda em adaptarmos o planejamento municipal às transformações da realidade urbana, uma vez que nossas metropolizações não significam necessariamente uma generalização na construção de estruturas hierárquicas e de exploração. Por sua vez, pode significar uma generalização da rebelião, e então, possivelmente, o crescimento de redes de cooperação e comunicação, além de uma crescente intensidade do comum e dos encontros entre singularidades (HARD; NEGRI, 2016).

Ao buscarmos, na esfera participativa, a mobilização popular em movimentos sociais com graus variados de dinamismo, representatividade, enraizamento e espontaneidade (BIZZELI, 2005, p. 297), encontramos a produção biopolítica. E “é aí que a multidão vai encontrando sua casa” (HARD; NEGRI, 2016, p. 288).

Segundo o coordenador do Grupo Gestor de revisão do Plano Diretor, Arquiteto Sr. Jose Vicente Alves do Socorro, vulgo Sr. Socorro, a proposta metodológica da revisão do PD operacionaliza a representatividade por meio de eventos participativos, propostos na etapa 01, mobilizando as construções coletivas, equipes e suas atribuições, apresentados no Art. 7º do regimento interno: Grupo Gestar – GG; Equipe Técnica Municipal – ETM; Grupo de Acompanhamento – GA; Grupo de Cooperação Técnica – GCT (ATA 1º AUDIÊNCIA PD, 2019).

“Art. 7º. A audiência pública deverá eleger 50 (cinquenta) entidades para ocuparem vagas o Grupo de Acompanhamento divididas em 6 (seis) segmentos sendo: 21 (vinte e uma) vagas para o segmento dos conselhos municipais. 13 (treze) vagas para o segmento dos movimentos populares; 05 (cinco) vagas para entidades sindicais de trabalhadores; 04 (quatro) vagas para entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; e 02 (duas) vagas para organizações não governamentais – ONGs.

§ 1. O Grupo de Acompanhamento, além das 50 entidades eleitas, será composto por 1 (um) representante indicado pelo Legislativo Municipal e 05 (cinco) representantes das Assembleias de Planejamento e Gestão Territorial – APGT's, sendo uma vaga para cada APGT.

§ 2. No caso de não preenchimento das vagas de qualquer segmento, as mesmas serão extintas, não podendo ser preenchidas por entidades de outro segmento.” (REGULAMENTAÇÃO N. 001/2019 - IPPLAM, 2019)

Por fim, evidencia o Sr. Socorro (2019) "que não está sendo proposto objetivos a priori, mas que se quer construir esses objetivos junto com a participação da comunidade, e a chegar a que tipo de cidade e município a população quer pelos próximos anos". Ou seja, não pretendemos limitar ao Art. 2º da Lei 10.257 DE 2001.

"Portanto, objetivamos uma política que não apenas atenda às necessidades dos cidadãos quanto a qualidade de vida, a justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, mas também uma micropolítica pública reativa, um plano diretor sem órgãos, que desconstrua as amarras, criando uma cidade viva." (NOTA **HIPOMNEMATA**, 2019)

Para finalizar a primeira audiência pública, a diretora do IPPLAM, Sra. Fernanda Marostica, abre palavra aos participantes, por dois minutos:

"A respeito do item 4 do Grupo de Cooperação Técnica... deve poder realizar análises, propostas e contribuições, para ter sentido este grupo. (...) Destaco o acervo disponível, desde as audiências aos fóruns urbanos anteriores" (JORGE VILALOBOS, UEM, 2019).

"Gostaria de exigir uma maior participação da área rural no plano. (...) Nestes dez anos anteriores nada foi feito, em relação os condomínios que estão indo para a parte rural, fazendo com que o produtor seja oprimido a vender ou sair" (PAULO ROBERTO MILAGRES, ENGENHEIRO EMATER, 2019)

"Estou envolvida muito diretamente na política urbana, na construção dos instrumentos urbanísticos e na avaliação, desde a revisão de 2003, 2004, principalmente 2005, aprovado posteriormente em 2006. É praticamente uma missão de pesquisadora desta área. (...) é importantíssimo todas as discussões que serão realizadas, todos os eventos participativos a presença do véis regional, inclusive no caso de Maringá, dessa conurbação tão presente com as cidades vizinhas no processo de desenvolvimento e no cotidiano." (PROFESSORA ANA LUCIA, UEM, 2019)

Coloco em disposição as associações... um profissional geólogo poderia ser um profissional acoplado aos arquitetos nessa discussão sobre o planejamento, acerca da disposição do recurso invisível hídrico, utilizado pelos 1500 poços tubulares, sem nenhum controle estatal (HERMAN VARGAS, ASSOC. GEÓLOGOS PR, 2019)

O Sr. Socorro reconheceu a importância do subsolo municipal... Segundo o coordenador, "não se faz um voo cego, para não permitir um novo Jardim Tarumã² no município" (ATA 1 AUDIÊNCIA PD, 2019).

Por fim, uma acadêmica de Arquitetura e Urbanismo questiona como as universidades poderiam participar ou serem incluídas no Grupo de Cooperação

Técnica, ou dentro do Grupo de Acompanhamento. Entretanto, o Sr. Socorro rapidamente encerra os questionamentos, dissertando: "as universidades devem obter conhecimento, participando e se interessando a exemplo da vossa senhoria" (AUDIO AUDIENCIA PUBLICA PD, 2019).

Em contraposição, a professor Ana Lucia destacou a necessidade da participação da sociedade, pois a cidade ganha sentido no conforto social, tornando-se agradável, ao convívio cotidiano. Em suma, compete à união, neste processo representado pelo município, e ao órgão IPPLAM, a promoção e divulgação das audiências públicas para assegurar o processo participativo e democrático:

“§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos”. (BRASIL, 2001)

Nesse ponto, como Zaratustra, encontrou-se cercado ao atravessar a grande ponte, nossos súbitos pensamentos pareceram ter tomado o maior dos sustos, contemplando o processo político e suas territorialidades; perfurando nossas inteligibilidades: "é difícil viver entre os homens porque guardar silêncio é muito difícil. Especialmente para um tagarela – Assim falou Zaratustra" (NIETZSCHE, 2002, p. 142).

Apesar de sermos tagarelas, o que ansiamos poetizar, não é a gramática, é compor e agrupar em uma unidade o fragmento (NIETZSCHE, 1883), em que a própria realidade não venha a supor nenhuma unidade, nenhuma totalidade e tampouco remeter a um sujeito (DELEUZE; GUATTARI, 1995)

Mas o que cria essa totalidade no uno? O compartilhamento de ideais e pensamentos entre os atores participativos, como em docentes e discentes; as disputas por recursos hídricos, ou territórios rurais e urbanos? Nosso Grupo de Acompanhamento formalizado para a revisão do PD municipal é uma coletividade, capaz de produzir o fragmento?

Segundo a psicóloga Virginia Kastrup (2020), um grupo não é a reunião de indivíduos, o compartilhar valores e identidades. Através de um estado de subjetividades, não produz um coletivo.

Para se transformar um conjunto de indivíduos em um grupo, há uma dimensão de processualidade do coletivo, conforme aborda Nascimento, (2020, apud. KASTRUP e PASSOS, 2014), em um fazer cartográfico. A ideia de grupo pauta na ideia de grupalidade, como a noção de sujeito também necessita da noção de subjetividade.

Portanto, tiramos de cena o indivíduo e suas subjetividades, para focalizarmos nos processos que produzem formas, ou seja, os processos de produção. Pois, um grupo não é uma reunião de indivíduos, não é pensado a partir da noção de indivíduo, é sempre através do processo. Segundo Kastrup e Passos (2014, p. 26), dos “coletivos identitários por meio dos quais podemos criar condições para o acesso do sujeito ao seu plano de subjetivação.”

Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2019, no Plenário Vereador Ulisses Brunder, formalizava condições para o acesso do sujeito ao seu plano de subjetivação, sucedia a 2º audiência pública de revisão do Plano Diretor do Município de Maringá.



(FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019)

Por meio das palavras de ordem no campo social, atribuía sujeição dos corpos, estabelecendo um campo de forças rizomático, a (des)ordem política, nos deslocamentos e agenciamentos dos corpos no território.

Como a Senhora Tania, Presidente do Conselho da Mulher e da Assoc. Maringaense do Direito da Mulher, ampliando a participação das mulheres no processo democrático político, traça linhas, ao questionar a falta de atualizações sobre o regulamento e

metodologia aplicados durante o processo político. (HIPOMNEMATA, 2019).

Processos elocutórios, que constituíram parte da produção, são agenciamentos coletivos de enunciação, capazes de produzir um coletivo/grupalidade no território político.

Trata-se de uma (micro)construções do Grupo de Acompanhamento, inseridas na câmara-rizoma, no (devir)processo de revisão do PD municipal, segundo Deleuze e Guattari (2011, p. 16), "agenciamentos coletivos, equivalentes de atos jurídicos, coordenando processos de subjetivação ou as atribuições de sujeitos na língua, e que não dependem nem um pouco dela."

Processo político, que poderia compactuar para a expressão do coletivo, enunciando novos modos ativos, e não reativos.

Representação	% Constituintes Nacionais	% de membros	Nº Total
Comissão Municipal de Educação	43,2	100,0	23
Comissão Municipal de Saúde	38,7	100,0	13
Comissão Municipal de Assistência Social	1,1	100,0	3
Comissão Municipal de Agricultura	9,9	4,00	5
Comissão Municipal de Meio Ambiente	7,9	1,0	4
Outros	1,1	1,0	2
TOTAL (Comitês)	100,0	100,0	54
TOTAL	100,0	100,0	54

Entretanto, não existe enunciação individual nem mesmo sujeito de enunciação, segundo Deleuze e Guattari (2012, p. 18), é o agenciamento coletivo que irá determinar como sua consequência os processos relativos de subjetivação, as atribuições de individualidade e suas distribuições moventes no discurso.

Pois a ordem discursiva da cerimonialista, rompe a potência de subjetivação do campo de forças, (des)construindo o coletivo, para a composição do Grupo de Acompanhamento da revisão do PD municipal.

(FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019)

Essa instantaneidade da palavra de ordem, projetada ao infinito, situada na origem da sociedade, para os esquizoanalistas Deleuze e Guattari, como em Rousseau, é a passagem do estado de natureza ao estado civil, em que narram as paixões dos corpos que se desenvolveram nos campos sociais:

“As palavras de ordem ou os agenciamentos de enunciação em uma sociedade dada – em suma, o ilocutório – designam essa relação instantânea dos enunciados com as transformações


incorpóreos ou atributos não corpóreos que eles expressam.”
(DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.20)

A produção nos corpos presentes no coletivo é instantânea, cada ator participante, pela simultaneidade do enunciado, a partir daquele momento passou a compor uma instituição macropolítica: conselhos municipais de Maringá; movimentos populares, entidades sindicais de trabalhadores, de empresários e de profissionais, acadêmicas e de pesquisa; ONGS:

Composição do Grupo de Acompanhamento

Representação	% Concidades Nacional	% de membros	Nº final
Conselhos Municipais de Maringá ¹	42,3	21,15*	21
Movimentos Populares	26,7	13,35	13
Entidades sindicais de trabalhadores	9,9	4,95	5
Entidades sindicais de empresários	9,9	4,95	5
Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa	7	3,5	4
ONGs	4,2	2,1	2
TOTAL (Concidades)	100	50	50
Poder Legislativo	0	1	1
Assembleias de Planejamento e Gestão Territorial (APGT's)	0	5	5
TOTAL		56	56

2º Audiência Pública
Plano Diretor do Município de Maringá
Revisão 2020



(FONTE: RELATÓRIO 2 AUDIENCIA PLANO DIRETOR, 2019)

Formalizando a eleição para a composição do Grupo de Acompanhamento da revisão do Plano Diretor de Maringá, como apresentado na tabela disponibilizada pelo IPPLAM, a mesa principal e a Equipe Técnica desclassificaram o Conselho Tutelar, por não se tratar de um órgão legislado pelo município, e sim da federação. Oficializaram os movimentos populares e as entidades sindicais; entretanto, o SINCOOPAR e a Sociedade Rural foram desclassificados, por não atenderem aos requisitos. Quando interpelado se a ACIM compõe o segmento de entidades profissionais e acadêmicas, por 04 votos favoráveis, 02 votos contrários e 04 abstenções, acolheram a Associação Comercial e Industrial de Maringá no Grupo de

Acompanhamento. Nada havendo a se tratar, apesar das divergências, foi encerrada como nas atas a seguir:

ATA SALA 01 – Conselhos Municipais.

Conselho de Agricultura; Conselho Municipal de Trânsito; Conselho municipal dos direitos dos Idosos; CMTUR (conselho municipal do Turismo); Conselho municipal de saúde de Maringá; Conselho de Alimentação Esq; Conselho Municipal da Mulher de Maringá; Conselho Municipal Gestor da Habitação de Interesse Social; COMDEMA; CONSEG; Conselho Municipal do Trabalho; CODEM; CMDDP; Conselho Local da Saúde UBS; CMPGT – Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial;

ATA SALA 02 – Movimentos Populares

CNLB-AM; MNL Moradia; Movimento em Defesa da Regularização do Conjunto Santa Rosa de Iguatemi; Fórum pelo Direito das Cidades; União Moradia Popular Maringá; UNA LGBT; Moradores de Rua; UMP – PR; CMP; Pastoral da Criança; UNEGRO; Fórum de Mobilidade Urbana; MST;

ATA SALA 03 – Entidades Sindicais dos Trabalhadores

Sindicato dos Bancários; SINTRACOM; SENGE; SINTRACOOOP; Sindicato da Alimentação; STEEM.

ATA SALA 04 – Entidades Sindicais dos Empresários;

Shessman; Sincoopar Noroeste; Setcamar Sociedade Rural; SECOVI; SINDUSCON.

ATA SALA 05 – Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa

AEAM; ACIM; UEM; IAB; AGB; Sociedade Médica.

ATA SALA 06 – ONGs

Associação dos Ciclistas do Noroeste do Paraná; Associação dos Aposentados da Vila Esperança.

A transformação incorporada produziu a votação para a escolha do GA, deslocando os corpos participantes em 06 grupos, para formalizarem 01 grupo de acompanhamento. No desenlace, produzimos um território em vácuo, para os éthos políticos do plenário da câmara finalizarem a audiência; e consolidamos, segundo o órgão vigente, a primeira etapa da revisão do Plano Diretor do município de Maringá 2020 – 2030.



(FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019)

As transformações nas audiências nos conduzem a uma produção do sócios maquínico, um universo plástico engessado e institucionalizado. Todavia, segundo Guattari (2012, p. 15), devemos considerar simultaneamente uma tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade e uma tendência heterogenética, quer dizer, um reforço da heterogeneidade e da singularização.

“Assim, em certos contextos sociais e semiológicos a subjetividade se individua: uma pessoa, tida como responsável por si mesma, se posiciona em meio a relações de alteridade regidas por usos familiares, costumes locais, leis jurídicas... Em outras condições, a subjetividade se faz coletiva, o que não significa que ela se torne por isso exclusivamente social.” (GUATTARI, 2012, p. 19)

Neste movimento, segundo o psicanalista, todo coletivo é produto de diversidade, deve ser entendido no sentido de uma multiplicidade, que se desenvolve para além do indivíduo, junto as intensidades, pré-verbais – o coletivo pré indivíduo: produto de um campo de forças, de afetos, vetores, fluxos e agenciamentos; e o coletivo da produção institucional – o sócios pré individual; ou seja “a produção maquínica de subjetividade pode trabalhar tanto para o melhor como para o pior” (GUATTARI, 2012, p. 15).

Aos dezenove dias do mês de agosto de 2019, no contexto social; a terceira audiência pública do processo de revisão do Plano Diretor no Município de Maringá – PDMM, com os seguintes objetivos: I – apresentação da composição do GA; II –

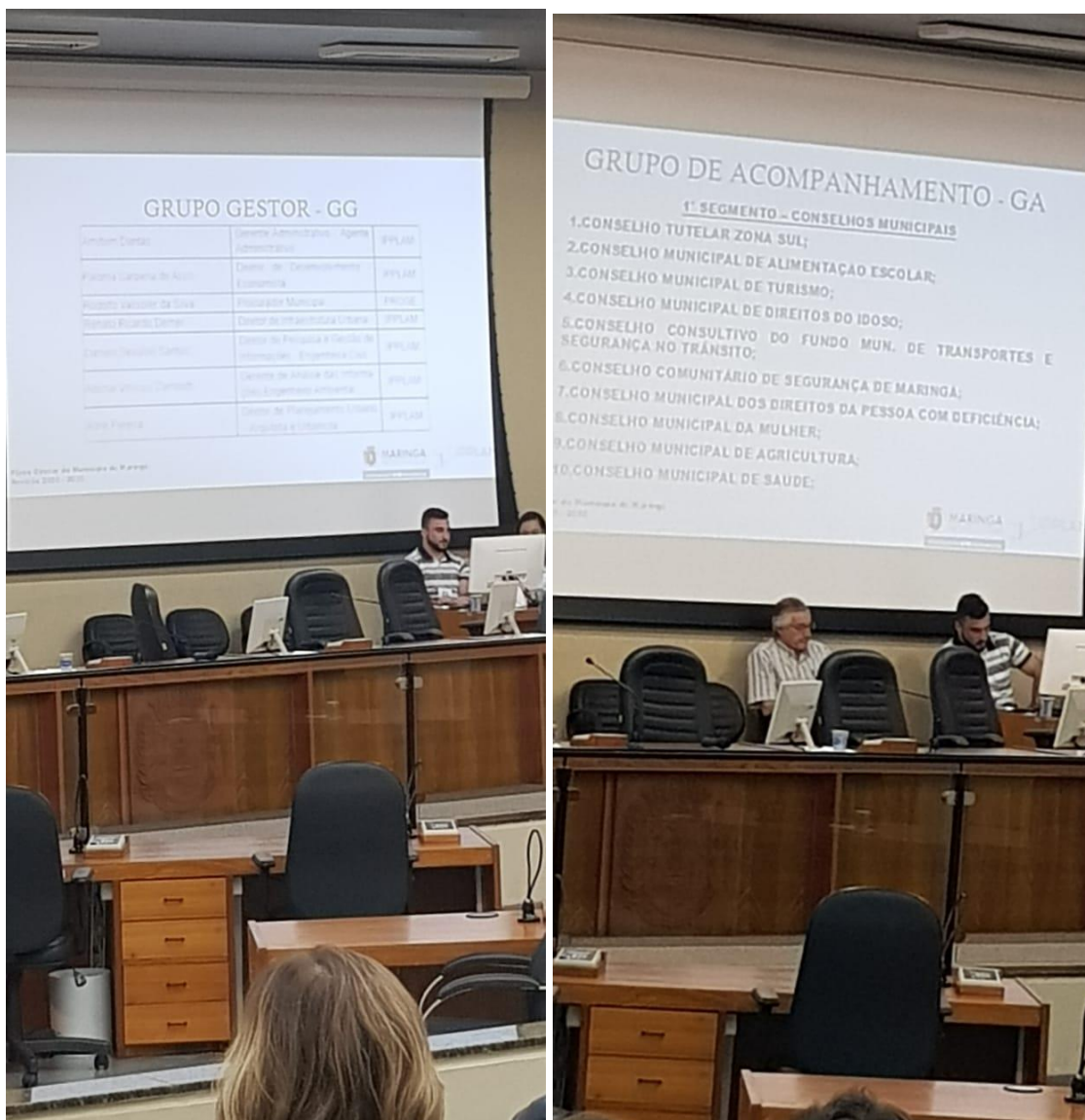
apresentação da composição do ETM; III – apresentação e discussão dos objetivos da revisão do PD. Deste modo, o Sr. Edson Luiz, presidente do IPPLAM, inicia saudando e agradecendo os presentes, pela participação colaborativa na revisão:

“o foco principal de uma cidade moderna é o ser humano, e por isto o plano diretor tem uma visão muito importante, que é a de alinhar o desenvolvimento econômico para a geração de recursos, para que se possa aplicar nas gentilezas urbanas, como por exemplo, o projeto meu campinho, mostrando que a gentileza é o melhor caminho.” (DIRETOR IPPLAM EDSON LUIZ, AUDIO, 2019).

O que propomos é trabalharmos as máquinas existentes, o sócios, para a libertação da alma, nas gentilezas do devir. Abandonando os órgãos reprodutores da terra, das forças e matérias. Pois o corpo, é produzido em forças ativas e reativas, uma multiplicidade de disputas e produções, molares, moleculares e de fuga. Contudo, o corpo-sem-órgãos é o coletivo que pulsa o devir das forças.

Após a leitura e aprovação do regulamento 003/2019 – IPPLAM, por unanimidade, a temática principal da audiência foi retomada. Apresentação da ETM – Equipe Técnica Municipal, conforme decreto n^o 1287/2019 e na sequencia ocorreu a apresentação do GA – Grupo de Acompanhamento, conforme decreto n^o 1210/2019, e do Grupo de Cooperação Técnica – GCT, conforme decreto n^o 1283/2019. (ATA 3^o AUDIÊNCIA PD, 2019). Posteriormente, o coordenador da revisão do PD do município, o Sr. Socorro, ressaltou que o objetivo do Plano Diretor é adaptar a cidade para as reais necessidades dos munícipes.





(FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019)

O Sr. Edson evidencia que o trabalho realizado é importante e será considerado a opinião das pessoas presentes na audiência, reafirmando o objetivo do PD: “abrange a cidade inteira, pois não é alvo de estudos só de uma parte, mas sim de uma coletividade...” (ATA 3 AUDIENCIA PD, 2019). Momentos após a apresentação dos grupos, e deliberações, o microfone central foi aberto para as contribuições dos atores ali presentes. Iniciando diferentes instâncias de percepções:

“Durante o processo de falas, há um processo de luta territorial: uma disputa de poder entre atores imobiliários e os grupos sociais ali presentes. Questões de sustentabilidade, inclusão social, esporte e economia solidaria; clamam! Gritam, pedindo passagem, entre os combustíveis do território financeiro político – privatizações urbanas, o aeroporto municipal, o aumento

de macrozoneamentos comerciais e industriais urbanos"
(HIPOMNEMATA, 2019)

Ali, no campo de forças, há também uma dimensão reacionária, contribuições que contemplem inserções vivas urbanas: **Um aposentado da Vila Esperança clama pela acessibilidade e a valorização da biodiversidade e patrimônio artístico. Como também a periferia³ clama pelo movimento pendular distrito/centro. Por incentivos a dimensão da bicicleta, pela inserção do plano de mobilidade, aliado ao plano diretor municipal, na fuga expansiva do ciclista inserido no transporte urbano.** Segundo Monteiro (2019, p. 117), "o corpo de quem pedala uma bicicleta pela cidade é, ao mesmo tempo, combustível e para-choque. A bicicleta apenas 'completa' o corpo já em movimento e, neste sentido, através dele também se faz política."

Para Gilles Deleuze, os medos das divergências nos corpos que se agrupam em coletivos de forças, produzem decomposições e/ou composições, como em nosso processo político, pensamentos, subjetividades e afecções compõem o território, um campo rizomático. Já, para Spinoza (2008), são produtos de alegria gerados por bons e maus encontros:

"Mas nós, como seres conscientes, recolhemos apenas os efeitos dessas composições e decomposições: sentimos alegria quando um corpo se encontra com o nosso e com ele se compõe, quando uma ideia se encontra com a nossa alma e com ela se compõe, inversamente, sentimos tristeza quando um corpo ou uma ideia ameaçam nossa própria coerência". (DELEUZE, 2002, p. 26)

Ao nos recolhermos aos efeitos desses encontros entre o ser e o devir político³, reprimimos a alegria de compor o rizoma urbano, pois nossa "alma" (o vivo) é móvel, expande o direito à cidade.

De uma maneira mais geral, devemos admitir que "cada indivíduo, cada grupo social veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também míticas, rituais, sintomatológicas, a partir da qual se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições e suas pulsões." (GUATTARI, 2012, p. 21)

4.4. ATRAVESSAMENTO – FORÇA DE CONSTRANGIMENTO: o estabelecimento normativo da revisão do plano diretor no município de Maringá;

Todo processo, por mais fluido em sua composição, constrói padrões, vícios, personagens, processos de subjetivações, e neste estado de identidade, criamos rupturas, buracos e subseqüentemente a obliteração do sujeito, o que Deleuze denomina de plano Molar (CONLEY, 2010).

Nos nossos cotidianos de sócios, ao frequentarmos uma instituição (escola, câmara municipal), ao irmos às compras, o nosso “plano de consistência” é também o da morte e da destruição, em que armadilhas estão espalhadas ao longo dos processos:

“Existing as micro- fascisms across this plane, black holes threaten self conscious acts of transcendence and self- destruction alike, which is why Deleuze and Guattari advise nomads to exercise caution as they disorganise themselves away from the molar organisations of the State. (CONLEY, 2010, p. 34).

Pois poucos são os que operam nos limites esquizofrênicos... Em sua maioria, aproximam-se desta linha e recuam, horrorizados, recaindo-os..., pois, segundo Deleuze e Guattari (2010, p. 183), melhor recair sob a lei do significante, ser marcado pela castração, triangulado em Édipo, para o “interior da formação social, entre a produção e a reprodução sociais que investem, e a reprodução familiar sobre a qual eles assentam todos os investimentos.”

Portanto, melhor uma neurose regulamentada, para guardarmos uma pequena terra colonial... Será? (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Em nosso processo político, regulamentado no estatuto da cidade, nossa pequena terra colonial é a metodologia desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá – IPPLAM:

“A presente proposta metodológica tem como objetivo instrumentalizar o processo de revisão do Plano Diretor de Maringá em vigor, buscando além de cumprir exigências legais, ajustar o planejamento urbano ao crescimento da cidade e do município e atender às novas demandas da sociedade.” (RELATÓRIO FINAL PDM, 2019)

... ou seja, vias e regras que regulamentam nosso plano molar: os modos de sistematizar os encontros durante a revisão do PDM, os modus institucionais desse processo político urbano.

A presente proposta, segundo o IPPLAM (2019), deve ser elaborada de forma participativa e estruturada de modo a possibilitar a execução dos objetivos propostos no Plano Diretor, atendendo aos anseios da comunidade e dos órgãos envolvidos com o planejamento.

Estabelecendo normas relativas aos modos de conduzir a gestão territorial urbana e rural, a partir do ordenamento metodológico da política urbana territorial; trata-se do “método de trabalho a ser empregado na leitura da realidade e na formulação das propostas para o desenvolvimento municipal.” (APRESENTAÇÃO METP IPPLAM, 2019, p. 7):

“A proposta metodológica diz respeito a COMO será realizada a revisão do Plano Diretor Municipal: quais as ATIVIDADES envolvidas; COMO se dará a participação popular; quais PRODUTOS serão apresentados; e o MODO como eles serão operacionalizados” (slides: apresentação da proposta metodológica, IPPLAM, 2019)



(FONTE: IPPLAM, 2019)

Para aplicação dos trabalhos, a Proposta Metodológica (2019), apresenta quatro etapas:

- Etapa 1 Mobilização e Proposta Metodológica
- Etapa 2 Análise Temática Integrada ou do Diagnóstico
- Etapa 3 Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável
- Etapa 4 Legislação e Implementação

PROPOSTA METODOLÓGICA

Etapas de Elaboração do Plano Diretor

- ETAPA 1:

- ✓ MOBILIZAÇÃO E PROPOSTA METODOLÓGICA
- ✓ Divulgação e mobilização da revisão do PDMM;
- ✓ Apresentação, discussão e aprovação da Proposta Metodológica.

- ETAPA 2:

- ✓ ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA
- ✓ Levantamentos técnicos (aspectos ambientais, sociais, urbanísticos, etc.);
- ✓ Leitura comunitária sobre os problemas e potencialidades.

- ETAPA 3:

- ✓ DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL
- ✓ Definição das ações prioritárias;
- ✓ Macrozoneamento e instrumentos urbanísticos.

- ETAPA 4:

- ✓ LEGISLAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO
- ✓ Redação prévia da Lei Geral;
- ✓ Estrutura de planejamento e gestão territorial do PDMM;
- ✓ Plano de Ação e Investimentos – (PAI).

1º Audiência Pública

Plano Diretor do Município de Maringá
Revisão 2020



MARINGÁ
PREFEITURA DA CIDADE



(FONTE: IPPLAM, 2019)

O plano diretor objetivando desenvolver uma cidade com ambiente de inclusão; atendendo as novas demandas da sociedade, dividiu o município de Maringá em cinco regiões, a partir das Unidades Territoriais de Planejamento – UTP, definindo as áreas de abrangência das Assembleias de Planejamento e Gestão Territorial – as 5 APGTs (IPPLAM, 2019)

“As APGT’s compõem o sistema Municipal de Planejamento e Gestão, conforme o inciso II do artigo 174, artigo 189 e inciso II do artigo 190, sendo uma de suas atribuições o subsidio para a avaliação do Plano Diretor. As APGT’s foram regulamentadas por meio do decreto n^o 2358/2014” (MARINGÁ, 2014; IPPLAM, 2019)

Para a integralização da realidade de intervenção e sujeitar a totalidade da população, de cada APGT, foram mobilizadas audiências públicas, fóruns de participação; conferenciais municipais; e eventos de iniciativa popular ou autoconvocação; abertos à participação da população para formalizar o processo participativo.

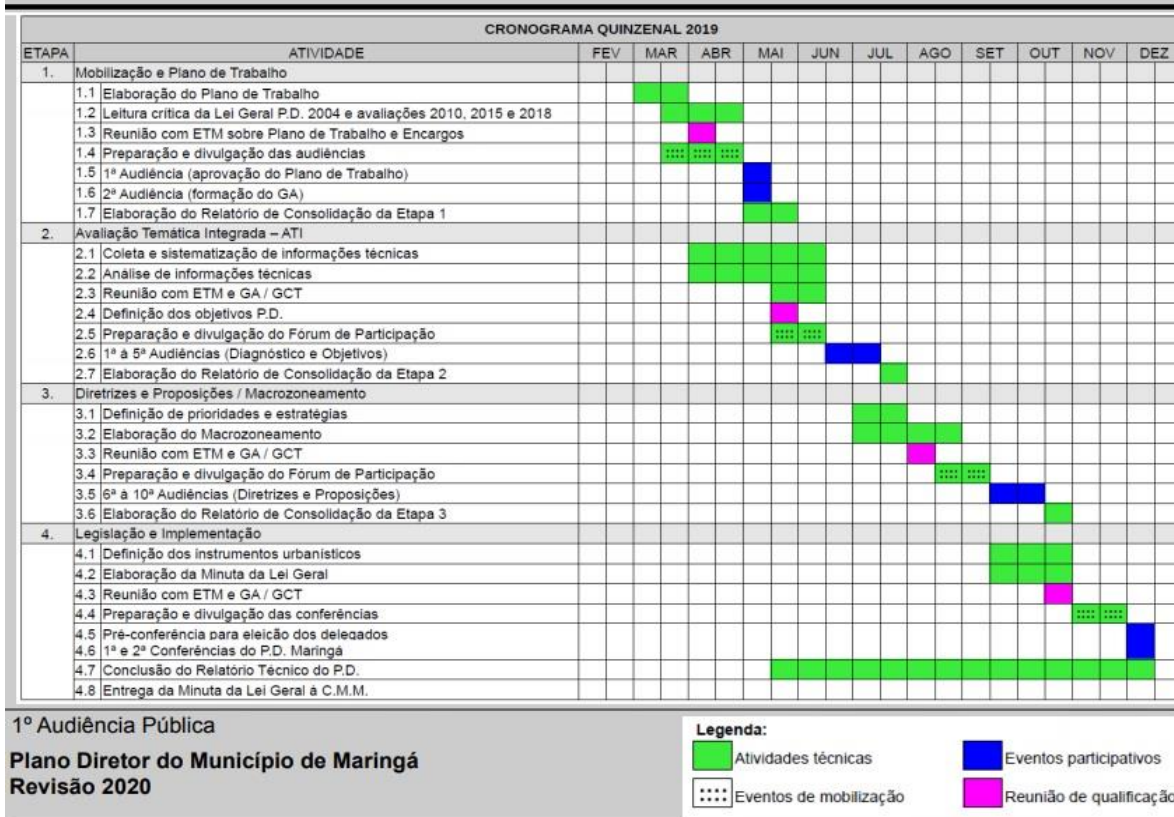
Todos eventos participativos foram convocados pela Prefeitura Municipal de Maringá, com trinta dias de antecedência, a partir dos meios de comunicação: jornal oficial; website da prefeitura; redes sociais; cartazes em postos de saúde, creches, escolas municipais, nos pontos de ônibus, no interior dos veículos e nas rádios locais AM e FM.

Objetivando uma análise técnica dos dados, disponíveis do PDM e revisão, pela uniformização dos conceitos e parâmetros, a proposta metodológica atribuiu reuniões técnicas de coordenação, capacitação e preparatórias através das equipes: Grupo Gestor - GA (equipe técnica do IPPLAM); Equipe Técnica Municipal – ETM (funcionários da administração municipal); Grupo de Acompanhamento – GA (conselhos municipais, movimentos populares, sindicatos, entidades profissionais e acadêmicas, ONGs, a câmara municipal e um civil de cada APGT); e o Grupo de Cooperação Técnica – GCT (instituições de ensino superior, órgãos públicos, entidades profissionais e os conselhos profissionais de classe).

No encerramento de cada etapa, foram publicados e disponibilizados os relatórios para consulta no site oficial da prefeitura municipal de Maringá, contendo áudios e vídeos registrados e todo conteúdo técnico sistematizado.

ETAPA 1: PROPOSTA METODOLÓGICA

Cronograma



(FONTE: IPPLAM, 2019)

Apesar da proposta metodológica apresentar um cronograma quinzenal de 2019, com finalização e formalização da revisão do Plano Diretor do Município de Maringá, entregando a minuta da Lei Geral à C.M.M. em dezembro de 2019, este processo está em manutenção, sem um encerramento; e nossos mapas em constante territorialização.

Entretanto, no vigésimo nono dia de abril de 2019, durante a 1ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor, ocorreu a apresentação da Proposta Metodológica; e durante a 2ª Audiência Pública, no sétimo dia de maio de 2019, a validação da mesma e a formalização do Grupo de Acompanhamento. Afinal:

“mais vale uma última territorialidade, ainda que reduzida ao divã do analista, do que os fluxos descodificados do desejo que fogem, correm e nos arrastam sabe-se lá para onde?” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 183)

4.5. REAÇÕES EXOTÉRMICAS DO TERRITÓRIO DA APGT 1: o processo (hetero/homo)gênico da revisão do PDM 2019/20;

“Resolução nº 021, de 15 de maio de 2019. Art. 1º Ficam convocadas as Assembleias de Planejamento e Gestão Territorial – APGTs, instituídas no Decreto 2358/2014, para ouvir a população dessas unidades de Planejamento, a fim de estabelecer prioridades de cada territorialidade subsidiando o Poder Executivo na elaboração da Lei Orcamentaria Anual – LOA, referente ao exercício 2020, a serem realizadas nos dias, hora e locais abaixo nominados (...)” (MARINGÁ, 2006)

Destacamos o território urbano pela sua composição múltipla e produção biopolítica subjetiva; uma pluralidade, a qual, segundo Laclau (2013), por meio de sua articulação de equivalência, constitui uma subjetividade social mais ampla, ou seja, um território urbano (APGTs) é a representação subjetiva existente de um povo (LACLAU, 2013, p. 124).

Portanto, ao olharmos a ordenação da primeira assembleia de planejamento e gestão de território da cidade de Maringá, não visualizamos prédios e ruas, compondo zonas urbanas, como descrito no Anexo I (DESCRIÇÃO DOS BAIRROS POR REGIÃO, 2019), mas o processo de subjetividade ativa do povo, que ali habita e territorializa.

O processo político urbano realizado aos vinte e seis dias de agosto de 2019, na Escola Municipal Dr. Osvaldo Cruz, localizada na Rua Otávio Periotto, em quarta Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor do Município de Maringá, teve como objetivo a coleta de dados...

O processo teve início às 19 horas e 32 minutos pelo cerimonialista Amarildo Ferreira Torres, que realizou a composição da mesa, convidando as seguintes autoridades: o Diretor do IPPLAM, Edson Luiz Cardoso Pereira; o Deputado Federal Ricardo Barros; o Diretor do Procon, Geison Ferdinando; e o senhor Socorro – Diretor Coordenador de Revisão do Plano Diretor (ATA QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA PDM, 2019).

Após a composição da mesa, o Diretor-Presidente do IPPLAM, senhor Edson, agradeceu em nome do Prefeito e do Vice-Prefeito, cumprimentando a todos os presentes, enfatizando a quantidade de participantes em relação as outras audiências. Segundo o diretor, “demonstra o interesse de todos pelo que ocorrerá com a cidade nos próximos dez anos, visto ser esta a 4ª Audiência Pública de Revisão do

Plano Diretor, e em todas as outras audiências a quantidade de público foi a mesma dessa" (EDSON DIRETOR IPPLAM, 2019)



(FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019)

Esta representação da sociedade como um todo, segundo Laclau (2013, p. 12), é a construção discursiva de um povo, a arte da sociedade, ou seja, é a realização de um processo político pautado na subjetividade ativa de um povo, através das demandas democráticas e solicitações ao IPPLAM:

“Eu vim participar, disse que participaria de todas audiências do plano diretor, pois este é o maior patrimônio da nossa cidade. Uma cidade que nasceu planejada, e que quer continuar com sua qualidade de vida preservada. A atenção a região metropolitana que é fundamental, porque são pessoas que diariamente estão em Maringá, contribuem com o desenvolvimento econômico da cidade, a preservação da Zona 02, já que esta é uma área entre os bosques e com uma área de baixo adensamento, e que hoje uma zona residencial, sendo também um ícone de preservação da vista da Catedral, considero um marco importante que a cidade deve preservar. Tudo o que vamos falar aqui tem a ver com pressão imobiliária, com valorização, com a especulação e a necessidade legítima que os proprietários buscam de valorizar seus imóveis e aumentar seu potencial. (...) Devemos caminhar para dar acesso a população as áreas, parques lineares, como um todo. Uma coisa para se pensar... (...) a questão dos vazios urbanos, e da verticalização, temos uma cidade adensada, lembro de uma reportagem da revista exame, que mostra Maringá muito a cima de qualquer cidade do Brasil, em adensamento em ter a cidade toda completa, sem vazios urbanos, é um posto para o município e é a

lógica que em Maringá o plano diretor determina que para lotear deve estar anexo ao perímetro urbano, se transforma em uma situação, depois vai em frente para trabalhar... estamos aqui para discutir essas questões do Plano Diretor (...) capitaliza a cidade para manter o padrão de vida tão diferente, que se faz a melhor cidade para se viver." (AUDIO GRAVADO DEPUTADO RICARDO BARROS, 2019)

"A senhora Beatriz Fleury - Delegada da APGT 1 – expôs que solicitou na última audiência que sejam disponibilizados os materiais sem a necessidade de requerimento, e que no regulamento lido ainda constava essa necessidade, mas entende que houve pouco tempo" (ATA QUARTA AUDIÊNCIA MPD, 2019)

Este "padrão de vida tão diferente" (DEPUTADO RICARDO BARROS, 2019), não é uma formação natural ou espontânea de um povo, a qual se produz em um território (HARD; NEGRI, 2016).

Mas os mecanismos de representações que traduzem a diversidade e a pluralidade das subjetividades existentes numa unidade através da identificação com um líder, um grupo governante ou em certos casos uma ideia central (HARD; NEGRI, 2016, apud. LACLAU, 2013)

"Esta separação entre representantes e representados é igualmente a base da hegemonia. A lógica da representação e da hegemonia nesses dois casos determina que um povo só exista em relação a sua liderança e vice-versa, e desse modo esse acerto determina uma forma de governo aristocrática, e não democrática, ainda que o povo eleja essa aristocracia." (HARD; NEGRI, 2016, p. 446)

Para os autores altermodernos, essa hegemonia criada pela divisão entre representantes e representados também constitui obstáculos a produção biopolítica. Desse modo, esse acerto determina uma forma hegemônica de governo, ou ordenação social de um território urbano niilista.

Nossos próprios modos de votação, segundo entrevistas, compactuam para o processo hegemônico democrático, para a expansão das forças produtivas do território niilista:

Esta votação que ocorreu, o modelo realizado, de quem concorda permanecer sentado, ajuda aprovação das pautas municipais? (AUTOR, 2019)

Eu penso que há, não só ajuda, até porque é uma pratica adotada em quase toda assembleia... porque a pessoa que está sentada é difícil de ela se levantar... mais cômodo de quem está na plateia, pra quem tá na posição que está, continuar (VALDEMIR, RESIDENTE ZONA 2, ENTREVISTA AUDIO, 2019).;

Como o princípio da inércia de Newton (1999), “corpus omne perseverare in statu suo quiescendi vel movendi uniformiter in directum, nisi quatenus a viribus impressis cogitur statum illum mutare”, um corpo permanecera em seu estado original, como o território em que territorializa, ao menos que as forças que o atravessem, gerem uma perturbação.

Produzindo um (des)arranjo social, a favor das diferenças e não dos modelos civilizatórios morais de um povo. Forças micropolíticas capazes de fomentar a produção do comum. Uma vez que, “um povo pode ser capaz de conservar o comum existente, mas para produzir novas instâncias do comum é necessária uma multidão” (HARD; NEGRI, 2016, p. 337)

Porém, conforme regulamento, ocorreria a divisão do povo ali presente. O senhor Socorro (ATA 4 AUDIÊNCIA PD, 2019) “salientava a leitura comunitária, que é de muita importância, e que conforme o regulamento, ocorreria a divisão dos participantes em grupos temáticos, urbano, social, ambiental e econômico”.

Levamo-nos ao descolamento pelas estruturas do território político presente, desdobrado e materializado em divisões semióticas. Entretanto, segundo o Senhor Socorro, “cada grupo de pessoas deve ser destinado a um eixo temático, mas que mesmo participando de determinado eixo, as pessoas não precisavam se ater apenas a ele, visto que a divisão foi feita apenas para organização do trabalho” (ATA 4 AUDIÊNCIA PD, 2019).

Obstáculos antepondo às subjetividades produtivas, barreiras impedindo o acesso ao comum? A ausência dos elementos necessários para criar junto e organizar os encontros produtivos a partir da zona de passagem?



(FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019)



(FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019)

Contudo, a necessidade da produção biopolítica entra diretamente em conflito com a representação e a hegemonia política. Segundo Laclau (2013, p. 152), “não existe hegemonia sem a construção de uma identidade popular a partir de uma pluralidade de demandas democráticas.”

“Aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2019, às 20 horas e 04 minutos, na Escola Municipal Dr. Osvaldo Cruz, na sala 01 deu-se início a dinâmica de trabalho referente à 4ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor para elaboração das atividades de coleta de dados do grupo do eixo econômico. O grupo escolheu como presidente o sr.(a). Majorie Catherine Capdebosco” (RELATÓRIO COLETA DE DADOS, 2019)

Após a escolha da presidente do grupo do eixo econômico, a colaboradora do IPPLAM, que residia como secretária do eixo, entregou a todos participantes o modo de conceder propostas (ANEXO II).

Dentre as propostas apresentadas, alguns participantes reivindicaram por manterem as características de seus respectivos bairros:

Como proposta número dois, comércio em ruas residenciais - "não pode" – (WALDEMIR DELAZIO, 2019), e pela "não verticalização do bairro" (VERA OLIVEIRA, 2019);

Para outros, a melhoria do cotidiano urbano, recebeu devida atenção, ao buscarem a solicitação da implementação e melhoria dos serviços e imobiliários urbanos: lixeiras para suporte aos pacientes da região do Hospital do Câncer, a revitalização e instalação de ATI ou API na praça próximo Colégio Estadual Byington Júnior, obras públicas, como calçadas e praças; na assistência a 3º idade, médico da família e o serviço de lixo. (RELÁTÓRIO COLETA DE DADOS, 2019);

O ato da representação (demandas populares) na medida em que eclipsa ou homogeneiza as singularidades na construção da identidade, restringe a produção do comum ao solapar a mais possível liberdade e pluralidade (e multiplicidades), favorecendo a ordem de uma aristocracia política. No entanto, dentre as demandas homogeneizadas e homólogas – há processos de inversões dos modos, possibilitando reacendermos os ânimos:

"Para a proposta número 12 (doze) de Waldemir. A. Delazio propõe inúmeras residências de grande porte poderiam servir a prestação de serviços a 3º terceira idade, casa de apoio, com estacionamento interno para não impactar no estacionamento" (RELÁTÓRIO COLETA DE DADOS, 2019, p. 8)

"Como proposta de número 04 (quatro), feita por Marcelo Nascimento Gomes, propõe a necessidade de incentivos a vitalidade dos espaços próximos ao rebaixamento da linha férrea sem a gentrificação do local" (RELÁTÓRIO COLETA DE DADOS, 2019, p. 7)

Observando as citações acima, validamos o direito à vida, da heterogeneidade urbana, o direito à cidade, ao "destaque na proposta de número quatro".... (RELÁTÓRIO COLETA DE DADOS, 2019, p. 9), incentivando a vitalidade dos espaços urbanos, de serviços aos idosos, o devir-casa de apoio, etc., buscando viabilizar uma infraestrutura necessária para a produção biopolítica.

Seriam essas produções biopolíticas conjuntos de singularidades? Segundo Hard e Negri (2016), nossas composições múltiplas, em que a pobreza e o amor reproduzem no comum, nas dinâmicas e dispositivos do devir, são nossos devires multidões.

Portanto, nossos projetos, que incentivam a vitalidade e novas formas de produção urbanas, quando se escoram inteiramente na imanência, do processo decisório em seu interior, é o devir da multidão (HARD; NEGRI, 2016). Contudo, para os altermodernos:

“Nossa afirmação da imanência não se baseia em alguma fé nas capacidades imediatas ou espontâneas da sociedade. O plano social da imanência precisa ser organizado politicamente. Nosso projeto crítico, portanto, não é simplesmente uma questão de recusar os mecanismos de poder e exercer violência contra eles. (...) Precisamos educar essas reações espontâneas, transformando a recusa em resistência e a violência no uso da força.” (HARD; NEGRI, 2016, p. 31)

E o que nos ocupa é sobretudo saber: o que se passa quando esses componentes, em território político, desenvolveram em fluxos por condições de heterogeneidade?

Segundo Deleuze e Guattari (2012; 2017, p. 154), “o agenciamento territorial não é separável das linhas ou coeficientes de desterritorialização, das passagens e das alternâncias para outros agenciamentos.” Portanto, para nós, estes embates de fluxos/agenciamentos heterogeneizantes e homogeneizantes, produziram reações exotérmicas desterritorializantes.

Esse processo desterritorializante, de embates e disputas, que produzem energias exógenas – linhas de fuga à liberdade coletiva, pelo intermezzo, pela afirmação e criação de multidões singularizantes -, está em devir: “a vontade de potência é resultante deste jogo de forças, ela é o que a força, ou jogo de forças, pode” (MOSÉ, 2018, p. 85)

“Para a proposta número 05 (cinco), incentivar a ampliação das cooperativas de catadores nas zonas 03 (três), zona 05 (cinco), zona (06) de Samir Jorge, foi proposto implantar incentivo a readequação de fachadas e reformas de prédios comerciais e residenciais, na lei de “RETROFIT”, com incentivo fiscal para esta finalidade;” (RELÁTORIO COLETA DE DADOS, 2019, p. 7)

Para o engenheiro e professor Samir Jorge, além de implementarmos o incentivo a readequação de fachadas fundamentadas no *retrofit*¹, é fundamental a ampliação da área mínima territorial para autorização da construção de uma propriedade urbana, dentro do município de Maringá, de 125 metros quadrados para 200 metros quadrados.

Segundo o engenheiro, o restauro, produz uma intervenção técnica, destinada a edifícios tombados com alta prioridade de conservação, visando recuperar o bem; já a requalificação, quando é possível, atribuímos novos usos e adaptações ao edifício, sem ferirmos sua integridade histórica (HIPOMNEMATA, 2019)

Mas por que faríamos a ampliação do espaço mínimo do terreno municipal? Com que propósito? Econômico? (AUTOR, 2019)

Objetivando a melhoria da qualidade dos princípios básicos de ambientação e moradia residencial... Veja, são novos modos de viabilizar a vida, através da construção e requalificação dos espaços urbanos.

NOTA: Após uma pausa, para escutarmos a leitura final da audiência, Samir continua:

Poderíamos, através destas mudanças nas legislações municipais urbanas obrigar os empreiteiros e empresários do ramo imobiliário e da construção a civil, a se preocuparem com mais do que lucro..., mas o tamanho... o espaço da residência, dos prédios, e suas fachadas... ampliando nossas futuras construções e o tamanho do território de vida das pessoas; e assim otimizar a qualidade dos futuros moradores. (SAMIR, AUDIO ENTREVISTA 4 AUDIENCIA, 2019)

A vida é vista por Nietzsche (1887), não como uma unidade quantificada em espaços construídos, mas como um complexo combate de forças. Pois a vida, “é o excesso que significa, se configura, se limita, em uma duração provisória. ‘O aspecto global a vida não é a situação de indigência, a situação de fome, mas antes a riqueza, a exuberância, e até mesmo o absurdo esbanjamento – onde se combate, combate-se por potência’” (MOSÉ, 2018, p. 83).

Toda forma de simbolização e manifestações, segundo Zarathustra, resultam em lutas, em movimentos de expansão (NIETSCHE, 1887). “Viabilizar a vida, através da construção e requalificação dos espaços urbanos”, é contrariar os instintos de conservação, segundo Nietzsche (1887), é afirmar a potência. É afirmar a vida!

¹ O “retrofit”, conceito contemporâneo que compreende a atualização das instalações prediais aumentando a vida útil do edifício histórico (VIERNO, 2016)

4.6. A MULTIPLICIDADE TERRITORIAL: o processo da APG 2 à APG 3 durante a revisão do PDM;

“Um pensamento é limitado por um outro pensamento. Mas um corpo não é limitado por um pensamento, nem um pensamento por um corpo” (SPINOZA, 2009, p.9)

Os geógrafos, como Corrêa (2012; 2013), entendem o território pelo conjunto de práticas sociais e espaciais, mas território, assim como o corpo spinozista, não é limitado. O território fez/compõe os modos de afetos, a afecção das subjetividades dos seres que habitam, movimentam e produzem.

Para nós, os modos existenciais dos corpos expressam liberdade pelo processo de (des)reterritorialização. Segundo Spinoza, “diz se livre, o ser, coisa, que existe pela necessidade de sua natureza, e por si só é determinado a agir” (SPINOZA, 2009, p. 9)

Os traços do território, por si só induz determinados comportamentos, dissonâncias cognitivas; e produzem manifestações do inconsciente que nos despertam:

“Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto de 2019, na Escola Municipal Luiz Guimarães Gabriel Sampaio, foi realizada a 5a Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor do Município de Maringá – PDMM, na área da Assembleia de Planejamento e Gestão Territorial 02 (APGT 02);”

“(...) o arquiteto Edson, não pôde comparecer por possuir outro compromisso; o Sr. Socorro cumprimentou, em nome do Prefeito e do Vice-Prefeito, as autoridades à mesa, bem como os demais participantes presentes; (...) destacou que nota-se que a participação na presente audiência é mais expressiva.”

“Logo após, a palavra foi oportunizada ao Vereador Carlos Mariucci, que iniciou dizendo que o momento é muito especial e que na última rodada das APGTs, foram realizadas para o Orçamento Participativo para o ano de 2020, notou-se uma participação pequena, aumentando-se agora a frequência de participantes; (...) ressaltando que é desejo dos participantes uma cidade cada vez melhor, que o caminho é continuar planejando a cidade de uma forma que continue sendo considerada a melhor cidade do Brasil para se viver, propiciando uma cidade para todos, de modo a não excluir ninguém, transformando também a cidade em uma cidade correta em todas as formas possíveis, dando como exemplo as áreas urbanas, ecológica e de mobilidade, frisando ainda que o futuro do mundo é o transporte coletivo, com a oferta

de um transporte público de qualidade, onde todos possam usufruir;" (ATA 5 AUDIÊNCIA PD, 2019)

As solenidades políticas da quinta audiência pública do PDM, ocorreram em uma escola municipal localizada na – periferia² – divisa municipal conurbada com a cidade de Sarandi – PR. Com o maior número de participantes, o processo político seguia em movimento, e nós? Efetuávamos a coexistência afetiva entre os atravessamentos da multidão e os atravessamentos do território-cadeiras-de-plástico:

“não poderíamos afirmar o porquê deste preenchimento potente, se pelo fato se acostumarem com nossa presença, ao transitarmos pelo processo político em questão – afinal, já nos encontrávamos na quinta audiência pública – ou apenas pelo crachá e assinatura nas atas, acompanhados pelo nome da renomada instituição universitária a quem representávamos” (HIPOMNEMATA, 2019)

Após algumas fotos e conversas com os ali presentes, a secretaria do eixo econômico, agora detentora de um rosto familiar e nome, nos coloca a transitar pelo espaço escolar em direção a sala de reunião. Paloma nos apresenta para os participantes do eixo, solicitando a votação para presidente da sala e requisitando propostas.

“O grupo escolheu como presidente o Sr. (a) José Márcio Barbizan do bairro Batel, em seguida foi informado sobre as propostas e começaram a relatar.” (RELÁTARIO COLETA DE DADOS, 2019, p. 17).

Para o Fundo de Vale: No Jardim Batel que a metragem o fundo de vale (...) o senhor Zeferino Pedra do bairro Jardim Oásis propõe “meu pedido é pela revogação para voltar para 30 metros os fundos de vale”; o senhor Davi Silva do Conjunto Batel, complementa, “queremos que sejam editadas normas para o fundo de vale para terrenos ocupados a mais de 10 anos, e que este fundo de vale seja limitado a 30 metros a partir do leito do rio” ((RELÁTARIO COLETA DE DADOS, 2019).

Para necessidade pública: Adauto Cezario da Silveira morador do bairro Itaparica propõe “que a área integrada de segurança, contemplando o sistema único de segurança pública”; Rita de Fátima do bairro Jardim Campos Elísios, propõe melhoras no transporte coletivo, também o saneamento básico de água e

² Palavra aqui empregada para afirmarmos nossas lutas territoriais, contudo a realidade urbana do município diverge das cidades nacionais

esgoto; o senhor Gerson Donego do Jardim da Glória, propõe “a construção de banheiro masculino e feminino da Praça da Glória para os moradores dos Conjuntos de Bairro de Zona 36 (trinta e seis)”; o senhor Leal exige controle nas avenidas Dr. Alexandre Rasgulaeff, da poluição Sonora! (RELÁTARIO COLETA DE DADOS, 2019).

Ao plano de mobilidade: O senhor Leal, propõe “integrar o PD de Maringá ao Plano de Desenvolvimento urbano integrado da região metropolitana de Maringá implantando o passe único em todo o território; “instituir transporte coletivo público gratuito (art. sexto da Constituição Federal)”; a senhora Elizabeth Guerra de Oliveira do Jardim Elísios, propõe transporte com pista ciclística para servir pela Avenida Tuiuti ou Avenida Guaiapó; segundo o senhor Aduino Cezario do Conjunto Itaparica é necessário um “novo Modal de transporte na região como o VLT”; além da “Ampliação dos corredores de biodiversidade com a introdução e fiscalização efetiva das áreas de preservação. (RELÁTARIO COLETA DE DADOS, 2019).

O fim das leituras das propostas de cada eixo marca o final da quinta audiência pública, encerrando nosso encontro.

Nessa próxima composição – sexta audiência pública – é iniciada na casa da cultura municipal. Entretanto, o território-anfiteatro, produto de confortáveis estruturas públicas, pouco foi contemplado pela população da terceira assembleia de planejamento e gestão territorial do município, durante a revisão do Plano Diretor no ano de 2019:

“Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2019, na Casa da Cultura Alcídio Regine, foi realizada a 6ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor do Município de Maringá – PDMM, realizada na área da Assembleia de Planejamento e Gestão Territorial 03 (APGT 03)”

“O Senhor Edson evidenciou que a audiência será uma audiência de trabalho, visando a união das solicitações dos presentes com a expertise técnica dos membros do IPPLAM, possibilitando assim o planejamento da cidade pelos próximos dez anos. O Diretor expôs os índices de aumento populacional de Maringá, que foi apresentado pelo IPARDES, explicando logo em seguida que o IPPLAM capitaneará as demandas, mas que o Instituto realiza o trabalho de forma democrática, a considerar que tudo o que será colhido passará posteriormente pelo CMPGT(...) o processo de revisão conta também com o apoio da ACIM e do CODEM, que também auxiliam.”

“(...) o vereador Bravin expôs sua alegria em estar presente, cumprimentando logo após as autoridades presentes, salientando o benefício das audiências a população, pois o futuro da cidade depende dela, e de sua participação, por isto a importância em ouvi-la.”

“(...) o vereador Mariucci ao cumprimentar os presentes, ressalta que na presente semana estava vivendo um momento de debate, e que a pedido da Câmara de Vereadores, o debate seria ampliado, tendo em vista um requerimento protocolado junto à Prefeitura para que também fossem realizadas audiências nos Distritos de Floriano e Iguatemi. Parabenizou a revisão PDM, e o trabalho do observatório das metrópoles no processo. Falou também que é necessária uma cidade inclusiva, sendo de fundamental importância que se tenha o compromisso com as cidades da região, uma cidade para todas as pessoas (...)” (RELATÓRIO COLETA DE DADOS, 2019)

Desde a Grécia antiga, do filósofo Gorgias, formador da primeira linhagem dos sofistas, e precursor da retórica, o jogo político é instrumentalizado, vivenciamos linguagem retórica (MOSÉ, 2016), de uma falsa sensação “inclusiva”. Afinal empresários urbanos não emergem do devir-vespa, mas da relação abelha-flor.

E o território-anfiteatro afirmando relações abelha-flores, em reproduções: presidentes dos eixos³, o baixo número de propostas relacionadas nos eixos, toda moral afirmando neste território, através dos agenciamentos maquínicos:

“cada máquina-órgão interpreta o mundo inteiro segundo seu próprio fluxo, segundo a energia que flui dela: o olho interpreta tudo em termos de ver – o falar, o ouvir, o cagar, o foder..., mas sempre há conexões para estabelecerem entre máquina, numa transversal em que a primeira corta o fluxo da outra, ou ‘vê’ seu fluxo cortado pela outra.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 16 – 17)

Cada agenciamento, produz sua realidade, sejam caóticas, pela dor ou pela alegria.

Cada território produz, seja novas terras geológicas morais ou não, mesmo que o desejo, muitas vezes, apareça como algo meio nebuloso, meio desorganizado, espécie de força bruta que precisaria estar passando pelas malhas do simbólico e da

³ Novamente a senhorita Majorie Catherine Capdebosco, é eleita presidente do eixo urbano, como em outras APGTs. (RELATÓRIO COLETA DE DADOS, 2019, p. 28)

castração. (GUATTARI E ROLNIK, 1996), lugares das paixões, a deriva, desgovernando, o governo de nós mesmo.



(APG 2; FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019)



(APG 2; FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019)



(APG 3; FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019)



(APG 3; FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019)

Pois desse processo de experimentação e territorialização, durante as audiências nas APGT 2 e APGT 3, com participantes similares e processo político gêmeo, não sucederam sem vetores de saída. Uma vez que, “não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte”. (GUATTARI, “Grandes Entrevistas”, 1989 - 1990)

Portanto, todo deslocamento dos corpos nos territórios, delirantes, de retomada de si, permitem movimentos (des)reterritorializantes.

4.7. A FERROVIA PROCESSUAL: a quarta assembleia de planejamento e gestão territorial no processo de revisão do PDM;

“café com pão
café com pão
café com pão

Virge Maria que foi isto maquinista?

agora sim
café com pão
agora sim
voa, fumaça
Corre, cerca
Ai seu foguista
Bota fogo
Na fomalha
Que eu preciso
Muita força
Muita força
Muita força

Oô
Foge, bicho
Foge, povo...”
(BANDEIRA, 1986, p. 236)

Ao chegarmos na escola municipal Pioneira Jesuína, a audiência, já em seus tramites iniciais. Toda combustão proveniente do carbono e do hidrogênio contidos, não do carvão, mas do enredo público, fluía em plena transformação política.

A Maria Fumaça, que não espera por ninguém, em seus trilhos e engates flexionando a tração da locomotiva: “café com pão, café com pão”.

“Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de agosto de 2019, na Escola Municipal Pioneira Jesuína de Jesus Freitas, foi realizada a 7ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor do Município de Maringá” (ATA 7 AUDIÊNCIA PD, 2019)

Na locomotiva⁴, o direito à cidade imanente e os ordenamentos sociais transitam pelas linhas férreas. As forças urbanas acessam a expansão, como também limitam sua natureza “às afecções de uma substância, ou seja, aquilo que existe em outra coisa, por meio da qual é também concebido” (SPINOZA, 2008, p. 8).

De início com a locomotiva, o primeiro vagão, de presenças ilustres, formalizando o sócios, as entidades municipais:

⁴ A locomotiva é o veículo ferroviário que fornece a energia para a colocação de um trem em movimento. As locomotivas não têm a capacidade de transporte própria (COELHO, 2003)

“o Excelentíssimo Prefeito do Município de Maringá. senhor Ulisses de Jesus Maia Kotsifas, o Arquiteto e Urbanista, Edson Luiz Cardoso Pereira, Diretor-Presidente do IPPLAM – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá e Presidente do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial – CMPGT, o senhor Ricardo Barros, Deputado Federal, o senhor Francisco Favotto, Secretário de Inovação e Desenvolvimento Econômico, e o vereador Belino Bravin.” (ATA 7 AUDIÊNCIA PD, 2019, p. 1)

De destaque, o senhor prefeito Ulisses Maia, pela primeira vez presente durante o processo de revisão do PDM, que validou sua presença com poucas palavras: “o novo Plano Diretor são ações novas, com as quais a população não está acostumada, mas que irão se acostumar a participar” (ULISSES MAIA, ATA 7 AUDIÊNCIA PD, 2019), e evidenciou: “entregamos nosso compromisso de campanha, ao planejamento urbano” (ULISSES MAIA, ANOTAÇÕES HIPOMNEMATA, 2019)

(...) uma oficina de trabalho que faremos aqui, já participei das anteriores, e as ideias são muito produtivas... estamos falando de cidade, Maringá é uma cidade planejada na prancheta... o cuidado que a cidade sempre teve com qualidade, manteremos (...) dizer que hoje estive na câmara, fiz uma explanação sobre a responsabilidade da câmara ao plano diretor, da resistência ao mercado imobiliário e que devemos lutar pelo planejamento!” (RICARDO BARROS, AUDIO 7 AUDIÊNCIA PÚBLICA PDM, 2019)

Por transitarmos pela locomotiva, presenciamos os paradoxos e disputas entre legislativos e executivos, em múltiplas instâncias, municipais e estaduais, convivendo no uno. Um único processo, para assumirem o destino ferroviário:

Fomos aprofundando pelos vagões, a locomotiva impulsionando em movimentos, e seus passageiros transitando; no primeiro vagão, de face com sua entrada, o eixo **social**, compostos pelos 21 passageiros, dos quais, alguns rostos conhecidos aclamavam pelo prolongamento da Av Herval em nossa universidade estadual... mais adiante: 15 passageiros no vagão **ambiental**, seguindo a ferrovia-moral, acompanhados de 21, no vagão **urbano**. Por fim uma visão conhecida, Paloma, secretaria e agora colega, nos convida a entrar: **Eixo Econômico**.

Em meio a câmeras de vídeos e entrevistas, o ilustríssimo prefeito municipal acolhia alguns sorrisos e apertos de mãos; inclusive nosso. A ex-presidente dos eixos

anteriores, Marjorie, se posicionando por construções e ampliações urbanas, buscou impactar sua proposta e se retirar para outro eixo;



(FONTE: IPPLAM, 2019)

Porém, ali, em meio aos balanços daquela via férrea, a senhora Maria Alice dos Santos, de Iguatemi⁵, produziu micro reações ativas em nós e em outros passageiros, despertando novos trilhos, e deslocamentos maquinóticos: aclamamos pelo direito à cidade⁶ o direito de ouvirem em audiência pública os distritos; passageiros do mesmo município – Maringá.

Ali em movimento férreo, uma transformação incorpórea pautada em Deleuze e Guattari (2011), nos transforma em passageiros de Iguatemi:

“De Lúcio Paulo A Pires de Iguatemi, propõe a implementação de uma zona industrial com incentivos fiscais em Iguatemi para o aumento do fluxo urbano na região, com o objetivo de melhorar o distrito” (ATA 7 AUDIÊNCIA PDM, 2019, p. 40)

“Hebert de Paula também propõe Iguatemi, melhoria na mobilidade urbana na entrada do distrito de Iguatemi, e também construção de uma paralela (marginal) a rodovia para melhor circulação dos habitantes;” (ATA 7 AUDIÊNCIA PDM, 2019, p. 40)

“Maria Alice de Iguatemi propõe rede de esgoto em Iguatemi;” Sugere melhoria da segurança em Iguatemi e São Domingos, com a construção de uma casa para guardas municipais na praça central, contratação de mais policiais para fazer rondas,

⁵ Iguatemi é um distrito do município de Maringá (IBGE, 2014), localizado à 15.5 Km da Universidade Estadual de Maringá (GOOGLE MAPS, Acesso ABR/2021)

⁶ O Direto a cidade em Lefevbre (1972), e Harvey (2014)

sugere ainda para o transporte coletivo, abrindo licitação e colocação de duas empresas para o transporte coletivo no Município de Maringá;" (ATA 7 AUDIÊNCIA PD, 2019, p. 39)

Enunciamos uma sociedade pelo elocutório distrital, produções instantâneas se expressam (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Hebert de Paula, membro do observatório de metrópoles e residente de Maringá, clama melhorias urbanas ao distrito de Iguatemi, como também contrapõe a ampliação do perímetro urbano: "o que devemos fazer é aproveitar os vazios urbanos que a cidade já possui" (HEBERT, AUDIO 7 AUDIÊNCIA PDM, 2019). Pelas contraposições ao empresariamento urbano: "a vida passa e temos que tocar em frente" (AUDIO RICARDO BARROS, 7 AUDIÊNCIA PDM, 2019).

Mas a vida não passa, ou anda em frente em uma única linha férrea. Segundo Zarathustra, a vida é o portal do instante entre duas linhas infinitas, e "tocar em frente" é acessar o retorno niilista; mas conectar nossos instantes presentes, nossa zona de passagem é afirmar a vida (NIETZSCHE, 1883).

Exclamamos a potência: "Virge Maria que foi isto maquinista?" (BANDEIRA, 1986, p. 236), canta nossa locomotiva, avisando que já está partindo: "(...) foge bicho; foge, povo; passa ponte; passa poste (...)"

Agora a combustão do carbono e do hidrogênio contidos, não no carvão, mas nas forças ativas, acionam nossa locomotiva: a máquina de ferro/guerra trafega fora das linhas férreas:

"Vou depressa
Vou correndo
Vou na toda
Que só levo
Pouca gente
Pouca gente
Pouca gente..." (BANDEIRA, 1986)

4.8. A AFIRMAÇÃO NO DISCURSO CRISTÃO: narrativas religiosas? NÃO! Políticas – a quinta assembleia de planejamento e gestão territorial no processo de revisão do PDM;

“E os filósofos secundaram a Igreja: a mentira sobre uma ‘ordem moral do mundo’ permeia toda a filosofia, até mesmo a mais recente. O que significa uma ‘ordem moral do mundo?’ Que existe, de uma vez por todas, uma vontade de Deus que determina o que o homem tem ou não tem de fazer. Que o valor de um povo, de um indivíduo, é medido pelo tanto que essa vontade de Deus foi obedecida ou desobedecida; que, nas vicissitudes de um povo ou de um indivíduo, a vontade de Deus se mostra dominante, ou seja, é punitiva ou recompensadora segundo o grau de obediência manifestada.” (NIETZSCHE, 2019, p. 52)

A vontade de um povo se reduz aos acontecimentos, de “vontade de Deus” e “obediência ou desobediência”? Nossos acontecimentos, assim como a onomástica desse mapa, são intensivos e não intencionais... o que precisamos, segundo Zaratustra, é a experimentação de uma nova linguagem.

“Mas já existem muitas linguagens, diz Nietzsche (...), mas a linguagem humana, que não quer falar, se dedica a calar esta multiplicidade de linguagens.” Portanto, para o filósofo anticristo, as linguagens que movimentam nossos processos, abrangem todo cenário urbano molar, encerram as próprias linguagens, aprisionando-as em conceitos.

Devemos desconfiar, diz Nietzsche, do que em nos é pensamento, sentido, e tudo que nos torne consciente:

“(…) devemos unir a parte técnica do IPPLAM, com a demanda da população, (...) tudo o que fizemos até agora, é para que se consiga desenvolver um Plano Diretor o mais moderno possível” (EDSON - DIRETOR IPPLAM, 2019); “(...) a importância de mantermos o padrão de Maringá”. (RICARDO BARROS – DEPUTADO FEDERAL, 2019); “(...) podem se dirigirem às salas... serão abordados os eixos em cada sala, ambiental, econômico, social e urbano, mas podem opinarem no eixo diferente do seu (...)” (SR. SOCORRO, AUDIO 8 AUDIÊNCIA PDM, 2019)

Portanto, devemos desconfiar ou aceitar toda ordem moral política? A estrutura moderna, segundo Nietzsche, sobrepôs ao próprio pensamento, uma vez que não pensa mais, quem pensa é a composição formal do discurso, que, mais do que uma estrutura formal, é uma estrutura moral” (MOSE, 2018, p. 121).

Por esta racionalidade gramatical, toda forma e conceito não traçam nossas próprias trajetórias, mas as trajetórias, pré-determinadas, exigem um conceito. Ou seja, não importa quantos processos políticos experimentamos, toda lógica política já está determinada pelas subjetivações molares: “os participantes Adauto Silveira com as instalações de segurança pública; como o senhor Luiz Toshio, e a abertura da rua que está no Plano Diretor; Majorie... estão sempre presente em todas audiências...” (HIPOMNEMATA, 2019)

O que a lógica, segundo Mosé (2018, p .144), exclui, é o fluxo das sensações, das paixões: o corpo. Cada participante, cada ser, sustentam suas condições nos modos de inserções da linguagem macro política, ela é o modelo a priori de inserção e exclusão, e por isso mesmo serve de modelo para todos os outros modos de exclusão vigentes;

Esse modelo, macropolítico moral, naturalizado, na subjetividade, é a orbita “capaz de fazer o pensamento girar em torno da mesma ideia: a identidade, a causalidade, a não contradição do ser.” (MOSE, 2019, p. 125)

Podemos chamar esse processo urbano de doente, uma política doente, que se apropria dos modos de existência e de produção urbana. A doença, segundo Zaratustra, “fala através de tais desejos e da degeneração invisível; de um corpo doente fala a ganância ladra desse egoísmo.” A degeneração política, da onde a alma dadivosa está em falta. (NIESTZSCHE, 2019, p. 79)

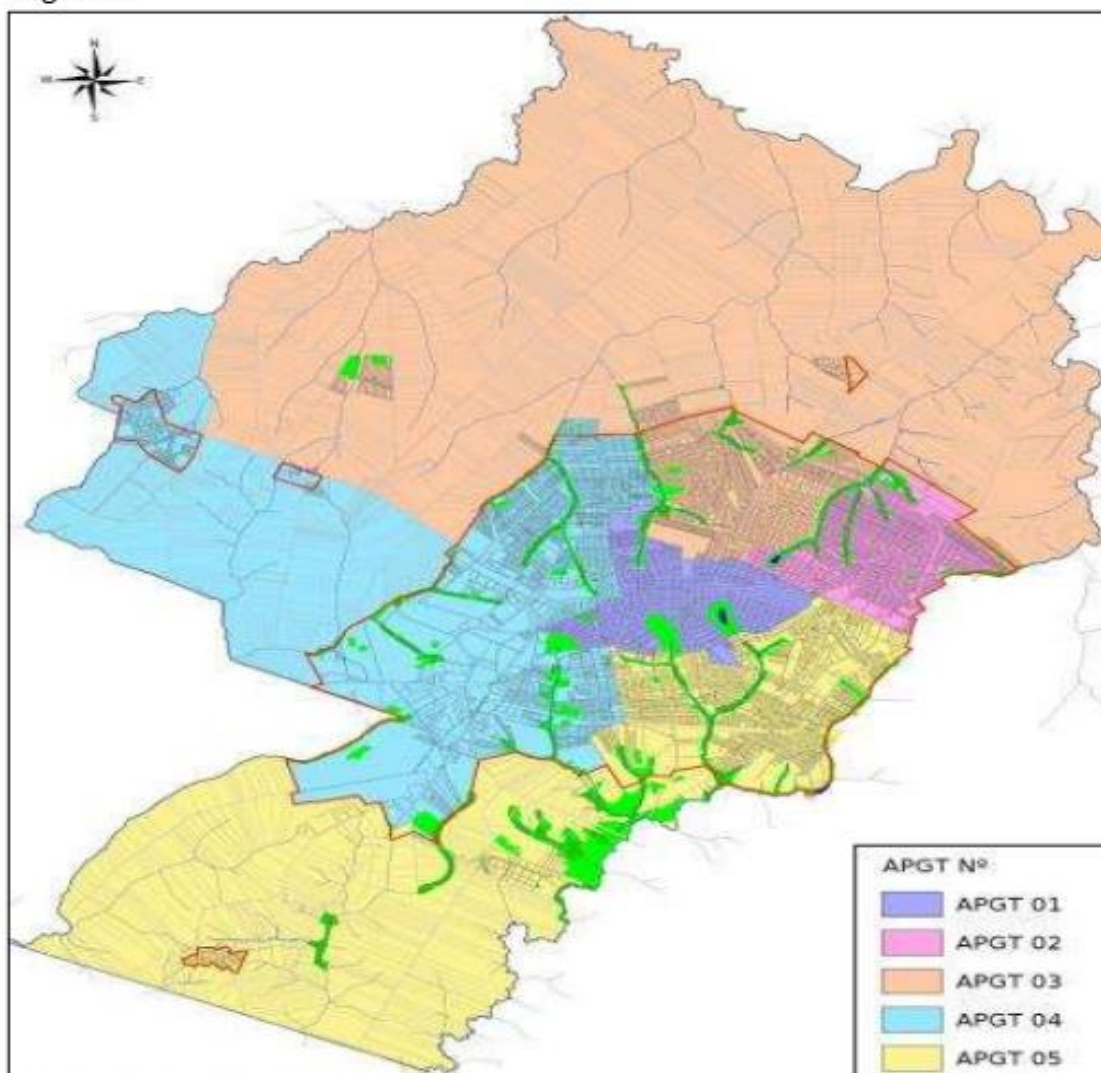
“O senhor Anderson Sampaio, líder comunitário do Jardim Araucária, falou sobre a acessibilidade do bairro dele com os outros bairros, e também na entrada do Contorno Sul, não tem entradas e nem saídas. A prefeitura joga o problema para o judicial e não traz resposta, fica ruim a locomoção, para ir até um posto de Saúde, ou para outro bairro, tem de fazer um contorno todo. Tem uma rua de chão que está irregular, e as ruas que tinham que estar ali, foi até construído um muro, falou que eles necessitam que a Prefeitura tome uma posição sobre isso. Outro ponto, que inclusive já que foi conversado como secretário de mobilidade, é sobre o acesso onde tem faixa de pedestres, não tem rampa de acessibilidade, na rua José Alves Nendo, em frente a farmácia Sol Nascente, e que quase ocorreu um acidente com uma senhora com carrinho de bebê. Ele disse que está cobrando, mas o plano diretor é uma revisão, que é algo a mais a acrescentar, mas esse plano já existe, por isso está cobrando, pedindo que se cumpra”. (ATA 7 AUDIÊNCIA PD, 2019, p. 2)

Medidas que ao deixarmos a moral e o ressentimento ocupar nossos modos políticos urbanos, surgem forças fragmentadas, reduzindo a multiplicidade à unidade, produzindo a abreviação capaz de permitir apropriação, e a consciência animal, de um mundo generalizado e vulgarizado – “que tudo que se torne consciente por isso mesmo torna-se raso, ralo, relativamente tolo, geral, signo, marca de rebanho” (NIETZSCHE, 2012, p.354).

Todavia, nossa orbita de razão moralista está mergulhada no processo; estamos na oitava audiência pública, inseridos na quinta assembleia de planejamento e gestão territorial, que compõe um rizoma urbano:

“Ao a noitecer do dia 30 de agosto de 2019, chegamos a Escola Municipal **Padre** Ryo Tanaka, na quinta parte territorial urbana de Maringá, a apenas algumas quadras da divisa do ‘centro’, porém, com vista pelos deslumbres das luzes da catedral. No flyer de boas-vindas: ‘A região azul’. Com dúvidas a onomástica da região, acessamos a revisão buscando extrair alegrias pela finalização do processo político.” (HIPOMNEMTA, 2019)

Figura 1



(FONTE: IPPLAM, 2019)

E este território demonstrou suas variações múltiplas e seu processo pleno. As dadas e suas próprias existências que expandiram ao ponto de encontrar outros núcleos urbanos, outros modos de existências; como na figura 1, toda expansão amarela ouro⁷, enraizadas pelas divisões semióticas territoriais invisíveis.

Nesta diversidade, nos inserimos em um processo de transmutação de si, de nós mesmos, e desse território: através da movimentação contínua entre os eixos, inseridos neste espaço singular:

⁷ A 5 APGT de Maringá faz divisa com o município de Sarandi – PR, contudo não há uma divisa física, apenas geográfica; ambas regiões encontram em conurbação.



(FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019)

O deslocamento territorial cartográfico permitiu intensificar nosso desejo, ter um ganho de potência dos nossos pensamentos e existências. Segundo Nietzsche (1844), todo acontecimento, inclusive os que nos decompõe, produz fonte de vitalização:

“Quando vosso coração aumenta o fluxo e se torna amplo e cheio como um rio, torna-se uma benção e um perigo para os habitantes das planícies: ali é que tem origem nossa virtude” (NIETZSCHE, 2021, p. 79)

São virtudes de cegos, pois ao cego não falta nada; não lhe falta nem a visão; porque só é visto como um cego por habitantes das planícies, que os criaram em seus modos. O cego, segundo Spinoza (2009), antes de ser um cego para outros, é um ser para si mesmo, é uma presença plena; não lhe falta nada.



(FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019)

Diferente das reivindicações dos dois representantes religiosos a quem conhecemos. De um lado, encontramos Julio Cesar, da arquidiocese Conselho de

Leigos, uma organização cristã, que tem como vocação a missão de protagonistas da nova evangelização, da promoção humana e da cultura cristã (JULIO CESAR, 2019)

Julio Cesar acessa a revisão do plano diretor municipal, como representante da UNA – LGBT (União Nacional LGBT do município); pelos direitos individuais e coletivos de todos:

“Eu estou como representante do GA (Grupo de Acompanhamento), do UNA LGBT, pois precisamos aumentar os grupos e movimentos sociais... tenho acompanhando as revisões; as movimentações que encontrei nos grupos é de pessoas preocupadas com dinheiro! Porém, as pessoas, minorias, sabe... de tudo quanto que é jeitos, nos bairros afastados, como nos distritos, vieram me pedir ajuda em minha diocese” (JULIO CESAR, AUDIO, 2019)

Para nós, todo corpo, inclusive os moralmente cristãos, são afetados de muitas maneiras; afinal, “o corpo humano compõe-se de muitos indivíduos (de natureza diferente), cada um dos quais é também altamente composto.” (SPINOZA, 2009, p.98)

Apesar das necessidades que nossos corpos tem em conservar de muitos outros corpos, pelos quais somos continuamente regenerados;⁸ são nossas expansões múltiplas que ampliam nossa potência.

Já finalizado a fase de eixo, ali próximo, nos deparamos com o Padre Alécio Carine, da paróquia de São Silvestre, católico cristão, militante, em busca dos direitos de sua comunidade:

“A população têm-se mobilizado para exigir a democracia participativa, com exigências do uso da lei, como também com poderes além dos consagrados na constituição, como o religioso (...) Falou de Padre Alécio, ‘eles’ me odeiam, pois, cobro mesmo todos os deveres dos políticos. Um exemplo é o fórum da mobilidade, o qual nasceu dentro da minha paróquia, ‘lá’ na São Silvestre.” (PADRE ALÉCIO, AUDIO, 2019)

Aliado as ideias do padre, Nobre (2004) diz que a promoção da igualdade deve ser concomitante à de um cidadão que não seja mero cliente do Estado, e que encontre formas de participação nas decisões. Segundo o autor, “não basta dirigir-se ao Estado com suas reivindicações, mas é preciso participar nas esferas públicas, em

⁸ As composições dos corpos é o modelo apresentado de subjetividades por Baruch Spinoza (2008)

espaços de expressão da opinião pública, de modo a fazer com que a própria sociedade reconheça essas reivindicações (NOBRE, 2004, p. 30)

Essa interioridade instaura a noção de vontades, de um mundo interior, culminando a uma produção de uma subjetividade que se pretende totalmente autônoma em relação a vida. Segundo Mosé (2018, p. 151), é a ideia de vontade que torna possível o ideal socrático de atingir a vida em sua profundidade, além de poder consertá-la. "A vontade para a autora, quer construir um mundo, um outro mundo, um mundo-verdade."

"Fiquei sabendo que no contorno seria ali de fato uma rodovia! Eu disse não! A comunidade não queria! E eu estou com a comunidade! A voz da comunidade! Represento os 20 mil habitantes que ali moram. Represento, não o interesse meu, mas a comunidade que ali está, represento o interesse deles, visto que daqui um ano ou dois eu vou embora." [...] "E assim o poder que a Igreja tem de mobilizar, para além da Lei. Usei desse poder para mobilizar a comunidade a lutar por esses motivos." (PADRE ALÉCIO, 2019)

Entendemos todas frustrações e exclamações do Padre Alécio, afinal "não sentimos nem percebemos nenhuma outra coisa singular além dos corpos e dos modos de pensar" (SPINOZA, 2009, p. 52). Contudo, através do conhecimento, o corpo se purifica, ao provar do saber ele exalta a si mesmo; para o que tem discernimento todos os instintos são santificados; para o exaltado, a alma é sempre alegre (NIETZSCHE, 2012, p. 81).

Segundo Zaratustra, há uma ordem imanente que diz respeito aos corpos: uma ordem de linguagem não racional e não representativa.

Portanto, mais do que criarmos novas linguagens, novas políticas; tratamos de desautorizar a linguagem que tem como função calar (MOSÉ, 2018, p. 117). Tratamos de articular o processo para além dos modos participativos, que constanja ou cala; mas nos permita afirmar o eterno retorno, afirmar nossos modos de existir, a vontade de potência.

"Ao afirmarmos a vontade de potência nas manifestações mais rudimentares do orgânico, e mesmo no inorgânico, Nietzsche radicaliza sua concepção da provisoriedade de tudo que vive. Mesmo o corpo não existe, ele é, a todo instante, uma mutação produzida pela condicionalidade da luta." (MOSÉ, 2018, p. 154)

Somos essa unidade de forças, manifestado pelas revoluções; afinal "todos os Deuses estão mortos: agora queremos que viva o Super-homem" – que um dia esta seja a nossa última vontade... (NIETZSCHE, 2012, p. 82)

5. MAPEAMENTO VIVO: o desejo no processo de produção urbana;

“Dizemos que a causa da perturbação, seja da neurose ou da psicose, está sempre na produção desejante, na sua relação com a produção social, na sua diferença ou conflito de regime em relação a esta, e nos modos de investimento que ela opera nesta. Enquanto presa a esta relação, a este conflito e a estas modalidades, a produção desejante é o *fator atual*.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 174)

Assim sendo, esse fator, para os esquizoanalistas, não é nem privativo nem ulterior, está por uma regressão edipiana. São nossos modos constitutivos da vida contemporânea urbana. Pois a produção desejante tem sempre uma existência atual, “progressões e regressões são apenas efetuações de uma virtualidade que se acha sempre efetuada não perfeitamente quanto ela pode ser em virtude dos estados de desejo” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 175)

Ora, nossas regressões e progressões edipianas não produzem a questão de “dar aos esquizofrênicos os cuidados que não receberam quando bebês”, mas a concretude binária urbana. Afinal, “a esquizofrenia como processo é a produção desejante, mas tal como ela é no fim, como limite da produção social determinada nas condições do capitalismo; esta é a nossa ‘doença’, a de homens modernos.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 176)

Esse processo esquizofrênico é operado a partir das capturas do desejo urbano por um materialismo histórico. “The Marxism of Deleuze comes from his insistence that all political thought must take its bearings from the capitalist context we live in.” (COLMAN, 2010, p. 40)

Já não sabemos, se é o processo que devemos denominar loucura, ou se é a doença a única loucura... o capitalismo é a única máquina social que se construiu como tal sobre fluxos descodificados, sobre toda produção urbana, substituindo os códigos intrínsecos por uma axiomática das quantidades abstratas em forma de moeda. “Portanto, o capitalismo liberta os fluxos do desejo, mas nas condições sociais que definem o seu limite e a possibilidade da sua própria dissolução” (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

“O capitalismo fundamenta-se, como no diz Marx, na eterna busca de mais-valia. Contudo para produzir mais-valia, os capitalistas tem de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de

produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização.” (HARVEY, 2016, p. 30)

Portanto, a “unidade primitiva, selvagem, do desejo e da produção é a... **cidade**. Porque a **cidade** não é apenas o objeto múltiplo e dividido do trabalho, mas também a entidade única indivisível, o corpo pleno que se assenta sobre as forças produtivas e delas se apropria como seu pressuposto natural ou divino... é a superfície **urbana** sobre a qual se inscreve todo o processo da produção, sobre a qual são registrados os objetos, os meios e as forças de trabalho, sobre a qual se distribuem os agentes e os produtos.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 187)

Portanto, essa máquina-urbana social, é interiorizada a partir de um modelo institucional, produzindo condições da metamorfose capitalista, a reprodução social pautada no direito à propriedade; nas capturas dos nossos desejos.

Essa máquina social, segundo Deleuze e Guattari (2010, p. 188), “é literalmente uma máquina, independentemente de qualquer metáfora, uma vez que apresenta um motor imóvel e executa diversos tipos de cortes: extração de fluxo, separação de cadeia, repartição de partes.”

É essa, a mais “elevada tarefa” (DELEUZE; GUATTARI, 2010), da máquina social, as extrações de produção, ao codificar os fluxos, a partir de um sistema político urbano da (falta) desejo, e do destino que organiza as produções: de produção, de registros, de consumo:

“Fluxos, de mulheres, de crianças, de rebanhos e sementes, fluxos de merda, de esperma e de menstruação, nada deve escapar”, afinal toda vida urbana, todo desejo; transitam pelo comum:

“Nestes dez anos anteriores nada foi feito, em relação os condomínios que estão indo para a parte rural, fazendo com que o produtor seja oprimido a vender ou sair” (PAULO ROBERTO MILAGRES, ENGENHEIRO EMATER, 2019) – **FLUXO RURAL**; a falta do planejamento a extensão urbana perante as zonas rurais, o que a legislação do Plano Diretor atual, já acolhe...

“O Grupo de Cooperação Técnica... deve poder realizar análises, propostas e contribuições, para ter sentido este grupo. (JORGE VILALOBOS, UEM, 2019) – **FLUXO PARTICIPAÇÃO**;

falta pelas necessidades participativas do ser, ao sentir necessário no processo;

“é importantíssimo todas as discussões que serão realizadas, todos os eventos participativos a presença do véis regional, inclusive no caso de Maringá, dessa conurbação tão presente com as cidades vizinhas no processo de desenvolvimento e no cotidiano.” (PROFESSORA ANA LUCIA, UEM, 2019) – **FLUXO METROPOLITANO**; falta pelo planejamento metropolitano regional, legislação vigente ao PDM, os PDUIs, e o Estatuto da Metrópole;

“O planejamento, acerca da disposição do recurso invisível hídrico, utilizado pelos 1500 poços tubulares, sem nenhum controle estatal (HERMAN VARGAS, ASSOC. GEÓLOGOS PR, 2019) – **FLUXO HÍDRICO**; falta de um planejamento hídrico urbano municipal;

“não recebemos atualizações sobre a regulamentação e metodologia aplicada no processo político; estamos aqui, para garantir a expressão e participação de mulheres no processo democrático político (TANIA, PRES. CONSC. MULHER, 2019) – **FLUXO MULHER**; falta dos direitos das mulheres representadas no processo urbano político;

A senhora Beatriz Fleury - Delegada da APGT 1 – expôs que solicitou na última audiência que sejam disponibilizados os materiais sem a necessidade de requerimento, e que no regulamento lido ainda constava essa necessidade, mas entende que houve pouco tempo” (ATA QUARTA AUDIÊNCIA MPD, 2019) – **FLUXO PARTICIPAÇÃO**; falta também garantida pela legislação do PDM;

Como proposta número dois, comércio em ruas residenciais - “não pode” – (WALDEMIR DELAZIO, 2019), e pela “não verticalização do bairro” (VERA OLIVEIRA, 2019); - **FLUXO HOMOGENEIZANTE**; o desejo de manter o bairro apenas em residências baixas, com baixa densidade demográfica;

O FLUXO Fundo de Vale: No Jardim Batel que a metragem o fundo de vale (...) o senhor Zeferino Pedra do bairro Jardim Oásis propõe “meu pedido é pela revogação para voltar para 30 metros os fundos de vale”; o senhor Davi Silva do Conjunto Batel, complementa, “queremos que sejam editadas normas para o fundo de vale para terrenos ocupados a mais de 10 anos, e que este fundo de vale seja limitado a 30 metros a partir do leito do rio” ((RELATÓRIO COLETA DE DADOS, 2019).

FLUXO SERVIÇOS públicos: Aauto Cezario da Silveira morador do bairro Itaparica propõe “que a área integrada de segurança, contemplando o sistema único de segurança pública”;

Rita de Fátima do bairro Jardim Campos Elísios, propõe melhoras no transporte coletivo, também o saneamento básico de água e esgoto; o senhor Gerson Donego do Jardim da Glória, propõe “a construção de banheiro masculino e feminino da Praça da Glória para os moradores dos Conjuntos de Bairro de Zona 36 (trinta e seis)”; o senhor Leal exige controle nas avenidas Dr. Alexandre Rasgulaeff, da poluição Sonora! (RELÁTÓRIO COLETA DE DADOS, 2019). – A falta por serviços públicos... já previstos no PDM, e legislação pública municipal,

FLUXO MOBILIDADE: O senhor Leal, propõe “integrar o PD de Maringá ao Plano de Desenvolvimento urbano integrado da região metropolitana de Maringá implantando o passe único em todo o território; “instituir transporte coletivo público gratuito (art. sexto da Constituição Federal)”; a senhora Elizabeth Guerra de Oliveira do Jardim Elísios, propõe transporte com pista ciclística para servir pela Avenida Tuiuti ou Avenida Guaiapó; segundo o senhor Aauto Cezario do Conjunto Itaparica é necessário um “novo Modal de transporte na região como o VLT”; além da “Ampliação dos corredores de biodiversidade com a introdução e fiscalização efetiva das áreas de preservação. (RELÁTÓRIO COLETA DE DADOS, 2019).

O Diretor expôs os índices de aumento populacional de Maringá, que foi apresentado pelo IPARDES, explicando logo em seguida que o IPPLAM capitaneará as demandas, mas que o Instituto realiza o trabalho de forma democrática, a considerar que tudo o que será colhido passará posteriormente pelo CMPGT(...) o processo de revisão conta também com o apoio da ACIM e do CODEM, que também auxiliam.” – DESEJO PELA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, uma vez que a participação não é garantida apenas por ampliar o número de participantes, atores, inseridos no processo; **FLUXO DEMOCRACIA;**

De destaque, o senhor prefeito Ulisses Maia, pela primeira vez presente durante o processo de revisão do PDM, que validou sua presença com poucas palavras: “o novo Plano Diretor são ações novas, com as quais a população não está acostumada, mas que irão se acostumar a participar” (ULISSES MAIA, ATA 7 AUDIÊNCIA PD, 2019), - desejo pela validação política do processo; **FLUXO APROVAÇÃO**

“Hebert de Paula também propõe Iguatemi, melhoria na mobilidade urbana na entrada do distrito de Iguatemi, e também construção de uma paralela (marginal) a rodovia para melhor circulação dos habitantes;” (ATA 7 AUDIÊNCIA PDM, 2019, p. 40) **FLUXO MOBILIDADE;**

“Maria Alice de Iguatemi propõe rede de esgoto em Iguatemi;” Sugere melhoria da segurança em Iguatemi e São Domingos, com a construção de uma casa para guardas municipais na praça central, contratação de mais policiais para fazer rondas, sugere ainda para o transporte coletivo, abrindo licitação e colocação de duas empresas para o transporte coletivo no Município de Maringá;” (ATA 7 AUDIÊNCIA PDM, 2019, p. 39) – desejo pelas necessidades dos serviços públicos em Iguatemi, além de um desejo pela empoderamento urbano do distrito; **FLUXO DISTRITO**

“a vida passa e temos que tocar em frente” (AUDIO RICARDO BARROS, 7 AUDIÊNCIA PDM, 2019). – o desejo pela aceitação pública do deputado; pela noção do vínculo de sua imagem política a uma cidade clean, verde e inclusiva; ao slogan “melhor cidade do Brasil” – são fluxos políticos, fluxos e mais fluxos.... por um Plano Diretor o mais moderno possível” (EDSON - DIRETOR IPPLAM, 2019); o desejo pela aprovação de uma política pública que atenda as demandas contemporâneas – ou que atenda às necessidades instruídas pela legislação; **FLUXOS:** desejos homogeneizantes urbanos;

“O senhor Anderson Sampaio, líder comunitário do Jardim Araucária, deseja a acessibilidade a cidade – “não temos entradas e nem saídas”. “Tem uma rua de chão que está irregular, e as ruas que tinham que estar ali, foi até construído um muro, a Prefeitura necessita tomar uma posição sobre isso” – “o plano diretor é uma revisão, que é algo a mais a acrescentar, mas esse plano já existe, por isso está cobrando, pedindo que se cumpra”. (ATA 7 AUDIÊNCIA PD, 2019, p. 2) – **FLUXO MOBILIDADE;**

“Márcia Campos propõe horta comunitária na zona central;” **FLUXO SERVIÇOS;** desejo à horta comunitária na região urbana que reside;

“O sr Sérgio Berton falou e sugeriu a não permissão de construção de casas populares, digo, de mais de 300 (trezentas) unidades habitacionais por empreendimento, casas de interesse social. As sugestões do sr. Sérgio são gerais, para toda a cidade;” **FLUXO MORADIA; FLUXO EMPREENDIMENTO; DINHEIRO;**

“A srta Jussara Fernandes sugeriu, para a Zona 2, prestação de serviço com moradia no local, bairro intra-bosques, comércios em hipótese alguma” **CAPTURA, FLUXO MORADIA; pela manutenção das homogeneizações urbanas;**

“O Sr. Ricardo Barros sugere se manter a zona de expansão do aeroporto; **FLUXO FINANCEIRO;** apropriação do capital financeiro perante as produções urbanas;

“Luís Clóvis propõe que proibam poluição sonora nas áreas de eixo e serviços comércio, ZR1 e ZR3, não permitir instalação de bares que utilizam som alto em áreas residenciais”; a legislação vigente já delimita local e volume para sons; entretanto **o Fluxos..**

“Maria Marta propõe câmara de segurança nos bairros, praças em principais pontos”; **FLUXO SEGURANÇA;**

“O Sr. Wagner Ramos sugeriu, para o centro esportivo da Zona 05, a necessidade de sua conservação permanente, com a implantação de equipamentos públicos, para o desenvolvimento de atividades esportivas para jovens e idosos”; **FLUXO ESPORTE;** falta de equipamentos, serviços públicos fornecidos pelo Estado;

O problema do sócius é exatamente codificar os fluxos; ou seja, a apropriação do comum, pois, a máquina territorial primitiva, com seu motor imóvel, **urbana**, segundo os esquizoanalistas, já é a máquina social que codifica os fluxos de produção, os meios de produção, os produtores e consumidores: “o corpo pleno da deusa Terra reúne sobre si as espécies cultiváveis, os instrumentos aratórios e os órgãos humanos.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p; 188)

Para os autores, as nossas sociedades modernas procederam a uma vasta privatização dos órgãos, o que corresponde à descodificação dos fluxos tornados abstratos (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Ou seja, a produção das cidades contemporâneas atua como homogeneizante; toda abstração nômade é vinculada a uma produção e codificação, todos nossos órgãos privatizados.

“O primeiro órgão a ser privatizado, colocado fora do campo social, foi o ânus. O ânus foi quem deu seu modelo a privatização, ao mesmo tempo em que o dinheiro exprimia o novo estado de abstração dos fluxos” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 189). Produto do caractere anal da econômica monetária contemporânea.

“Todo Édipo é anal, e implica um sobreinvestimento individual do órgão para compensar o desinvestimento coletivo. Eis por que os comentadores mais favoráveis à universalidade do Édipo reconhecem, no entanto, que se encontram nas sociedades primitivas os mecanismos ou atitudes que o efetuam na nossa sociedade. (...) Será preciso acreditar que o Édipo universal assombra todas as sociedades, mas exatamente como o capitalismo as assombra, isto é, como o pesadelo ou o angustiado pressentimento do que seria a decodificação dos fluxos e o desinvestimento coletivo de órgãos, o devir-abstrato dos fluxos de desejo e o devir-privado dos órgãos?” (DELEUZE; GAUTTARI, 2010, p. 191)

A máquina socius primitiva subdivide o povo, e o faz sobre uma terra indivisível onde se inscrevem as relações; a qualidade da vida urbana torna mercadoria, produtos e produções, “como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, e as atividades culturais são baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana...” (HARVEY, 2016, p. 46).

Quando a divisão incide sobre a própria terra dividida em organizações sociais, administrativas, fundiárias e residenciais, incide o movimento de desterritorialização sobre as comunidades primitivas, nômades; “A unidade imanente da terra como motor imóvel dá lugar a uma unidade transcendente da natureza totalmente distinta, que é a unidade de Estado; o corpo pleno já não é o da terra, mas o do Déspota, o Inengendrado, que se encarrega agora tanto da fertilidade do solo como da chuva do céu e da apropriação geral das forças produtivas” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 194)

Portanto, para os autores a máquina territorial é a declinação e apropriação do desejo, a partir da terra/urbana, reduzindo as linhagens sobre os corpos da terra (DELEUZE; GUATTARI, 2010); ou seja, podemos concluir, segundo Harvey (2016, p. 59), que a urbanização desempenhou um papel crucial na absorção dos excedentes de capital, “e que o tem feito em escala geográfica cada vez maior, mas ao preço de processos florescentes de destruição criativa que implicam a desapropriação das massas urbanas de todo e qualquer direito à cidade”.

“O estilo capitalista foi bem descrito por Lawrence: ‘a nossa ordem de coisas democrática, industrial, estilo meu-amorzinho-querido-eu-quero-ver-mamãe’. Ora, por um lado, é evidente que as formações primitivas não preenchem de modo algum estas condições.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 225)

Nossos modelos sociais, democráticos são formalizados no direito à propriedade; em que a instituição forma uma práxis, uma política, uma estratégia de alianças e de filiações – a Família, a Igreja e o Estado; segundo Deleuze e Guattari (2010, p. 221), “elas são os elementos motores da reprodução social; É evidente que o indivíduo na família, mesmo ainda pequeno, investe diretamente um campo social, histórico, econômico e político, irreduzível a qualquer estrutura mental como a

qualquer constelação afetiva"... é evidente que a família, aberta as alianças edipianas, é coextensiva e adequada ao campo social histórico.

Portanto, podemos notar que, o Édipo aparece como efeito e composição nos processos políticos de urbanização, como no PDM de Maringá; formando um conjunto de chegada sobre qual se assenta a produção e a reprodução capitalistas, cujo os órgãos e os desejos passam pelas codificações dos fluxos. "A formação de soberania capitalista passa desde então a ter necessidade de uma formação colonial íntima que lhe corresponda, sobre a qual ela se aplique, e que sem a qual ela não capturaria as produções do inconsciente" (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 237).

São os fios das produções do inconsciente maquínico dos atores e participantes que produzem esse movimento desterritorializante urbano, capazes de reproduzirem os movimentos capitalistas. O que Nietzsche chama de políticas reativas, os afetos de desejo, que segundo Deleuze, reproduzem e produzem na falta⁹.

⁹ Relacionamos os filósofos nômades sem um referencial (ANO), propositalmente, para produzirmos uma generalização, em um processo singularizante; mas que rompe com o status quo acadêmico.

6. NOSSAS LINHAS PSICOSSOCIAS: O TECIDO (TERRITÓRIO) DO PROCESSO URBANO;

Estamos tecendo a vida, determinando o destino dos seres e deuses. Mas, não somos as irmãs Lúgribes, filhas de Nix, a deusa da noite, donas do destino. Somos responsáveis por tecer aquilo que corta, aquilo de foge, tudo que nos atravessa. Nossa *roda da fortuna* são nossas máquinas sociais e desejanças, pela quais posicionamos as linhas do processo.

Somos as línguas, as normas, os métodos, os estatutos, os movimentos territorializantes, sejam políticos ou econômicos, de toda construção territorial e produção urbana, nosso molar: toda expressão da servidão humana.

Demandados nas experiências dos mecanismos de sujeição, somos corporificados pelos movimentos sexuais e morais da vida urbana, pela qual, potencializamos as demandas institucionais. Vivenciamos neste movimento, a *reprodução* da vida urbana, viabilizada nas experiências mecânicas, direcionadas na hermenêutica do desejo: "eu sei o que é melhor pra mim, eu desejo o que é melhor. Eu quero o que é melhor pra mim, mas não posso".

O que procuramos? É ansiar no desejo, um processo político urbano, pela qual estabelece sentido para o pensamento democrático político.

Contudo, toda produção urbana, neste movimento, é rebaixada através do estabelecimento normativo de um projeto político democrático. Uma vez que, estabelecemos nossos territórios pela instituição da propriedade privada.

Construímos os movimentos e nossas composições neste modelo de vida urbana, pautada nos movimentos de êxodos e metamorfoses dos espaços rurais, no crescimento e apropriação dos territórios urbanos, de nossas zonas de passagens.

Pois existimos como parte integrante desses territórios, compomos nossos corpos e órgãos a partir da existência desses modos operantes: nas faixas do tempo, somos ligados a partir de uma moral-urbana, buscamos nos defender ou evitar o mal de uma vida virtualizada nos medos dos castigos, esperançosa (paixão triste) nos costumes humanos, em que a totalidade moral produz nossos desejos-maquínicos nesse processo político urbano.

Oh demasiado humano, diria Nietzsche, pois toda máquina, toda fundamentação nos leva a falência, perante uma verdade. Nossos valores humanos,

construídos ou construímos, neste processo maquínico? Como montamos a máquina social?

Esta máquina opera em função das linhas de integração molares: estamos vinculados nesta roda de montagem, acionando parte de um movimento linear, que compõe a esteira política.

Nossos movimentos, destacados neste projeto do *layout* urbano (ordem normativa), incita toda a instrução processual, desde os sistemas específicos, desenvolvidos internamente, à coordenação de todos os segmentos territoriais urbanos. Pois, segundo o modelo processual, são os modos que viabilizam “o uso social da propriedade” e a “participação social democrática”, integrando toda esta linha de sistemas.

Operamos neste movimento, nesta produção molar para reabastecermos os materiais das estações políticas: as características físicas das peças coletoras, as dimensões do suporte de manipulação, as condições plano volumétricas das áreas, a flexibilidade e a capacidade de cada produção exigida pelas linhas produzem, a partir desta sequência, da linha de montagem, o produto.

Este produto-máquina, é produto de um modelo territorial construído na política pública urbana. O que destinamos à política de ordem subserviente é o processo de democracia urbana moderna, é o produto deste movimento niilista.

São nossas linhas de montagens, nosso processo de produção política em série, nossos movimentos urbano democráticos, estabelecendo máquinas sociais. O processo democrático, ao viabilizar seus modos a partir de uma comissão, de uma normativa, deslocam e sobrecodificam, ao longo do processo (reduzem, destroem), os brotos que emergem em processo político, objetivando a eficiência e a padronização, na produção urbana por meio de suas capturas.

Construímos divisões territoriais urbanas, muralhas invisíveis, no processo político urbano. Ou seja, dividimos um território múltiplo, em regiões distintas, com reivindicações, visibilidades e grupos sociais diferentes, para aplicarmos o mesmo processo sequencial – a linha de montagem política.

Uma inteligiverdade tecida por meio das linhas molares, costurando toda teoria do conhecimento político centenária, todo estabelecimento dos valores morais humanos e dos métodos e ritos processuais, em diferentes territórios (APGTS).

Neste movimento territorializante institucional, produzimos nossas cidades, o processo político urbano. Entretanto, o tecer de linhas e fios, também se processam em arte, pela qual potencializamos a micropolítica da criação, pelo desejo.

Não somos as três deusas que decidiam o destino individual dos antigos gregos com suas linhas em ouro, institucionalizadas pelos movimentos identitários:

“Atualmente, veríamos as irmãs lugrebes viabilizando os moldes e ações de agentes públicos e privados para que determinados grupos tenham suas reivindicações atendidas, ou que tenham seus destinos normalizados, metódicos, reativos.”
(NOSSO HIPOMNEMATA, 2021)

Mas somos os movimentos delirantes, que viabilizam o tecer artístico, livres de toda expressões do desejo nas produções de subjetividades. Tecemos com máquinas desejantes, invocando todo o devir-vespa... Nossa *roda da fortuna*, agora, são posicionadas por linhas de fugas.

Por meio das máquinas desejantes moleculares, o que fazemos é interagir a partir dessas linhas, ou seja, aquela linha deixa de se integrar, desacoplando das rodas encaixadas, maquinicas, que operam em investimentos desejantes de vida, desinteirando, escapando em movimentos de fuga das capturas, uma insurreição que nos permite tecer o tecido vivo, que potencializa uma política-sem-órgãos, potencializando o nascimento de novos brotos, novos territórios.

A irremediável divisão territorial em assembleias de planejamento e gestão territoriais, realizadas pelos poderes públicos, invocam a partir do tecido-vivo a sobreposição territorial, as capturas normativas e metodológicas. Portanto as bases metodológicas que instruem a divisão territorial, compartimentalizando a cidade, em amarelo (APGT 05), azul (APGT 04), laranja (APGT 03), lilás (APGT 02) e violeta (APGT 01) atravessam o prisma triangular de fuga, produzindo uma trama de sobrecodificação.

E toda produção urbana integraliza, em suas sobrecodificações, os fluxos políticos. O projeto de uma política pública, como a do Plano Diretor, já está construída e descrita nos fundamentos da legislação urbana federal, na valorização da participação democrática, ao uso social da propriedade e ao direito à cidade.

Portanto, esta política está fundamentada no que Nietzsche denomina de homens de estado, esvaziando os movimentos inventivos. Entretanto, em sua

composição, todo processo institucional, pautada na insurreição dos territórios, cria e potencializa novos modos.

Ao observarmos o espectro eletromagnético territorial, viabilizamos o processo (des)reterritorializante, em que o urbano transvaloriza em multipli-cidades, mesmo quando impera um regime disciplinar.

O território que ressalta a vida pelo aflorar dos desejos, da alegria, potencializa o não à sujeição e o sim à criação, à produção molecular ativa, por meio do corpo sem órgãos, pelo fora do sujeito, em devir, em movimento desterritorializante, uma insurreição territorial da multipli-cidade.

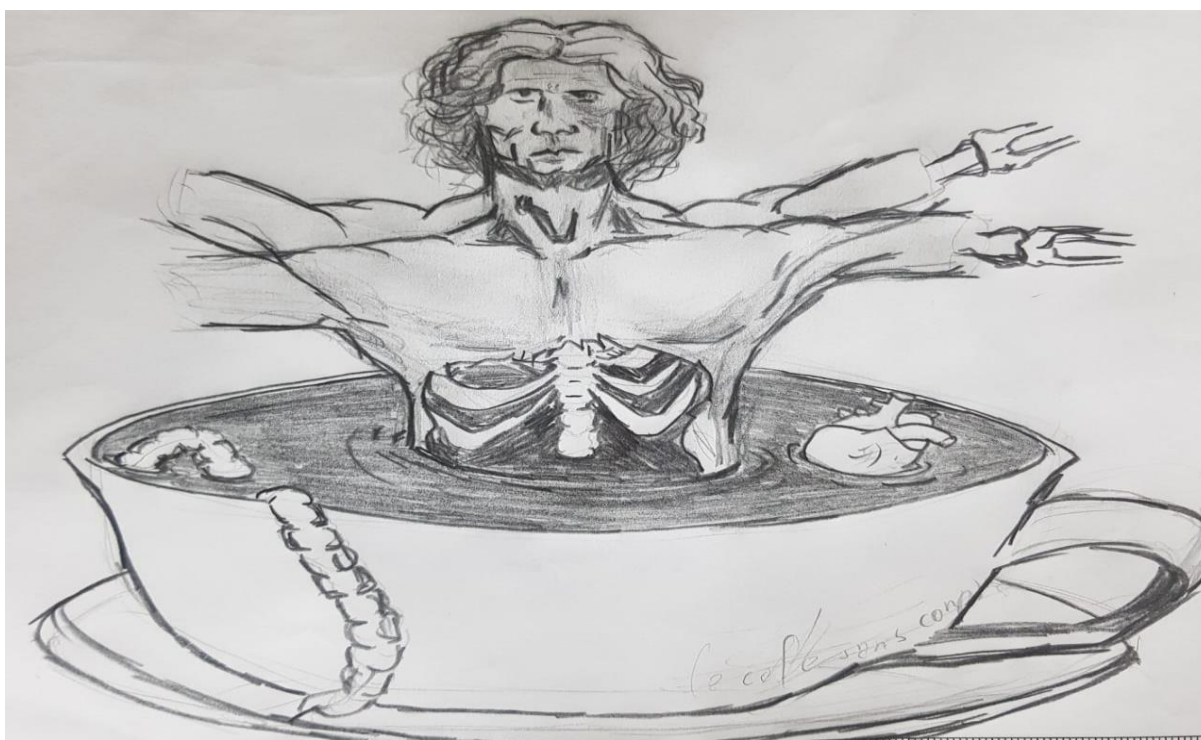
A criação, o agir, é o sentido mais elevado do existir. Se não percebermos isso, produzimos a partir da dor, pelas tristezas e doenças que se inscrevem nas capturas e regimes disciplinares e normativos. Todo processo de sujeição e submissão é de docilização dos corpos, e se encontra vinculado à crença na verdade e no controle.

É por meio dos fios que tecemos e produzimos, e a partir de nossas composições desterritorializantes extraímos combustíveis para compormos um acontecimento pleno, criamos as "asas do devir".

Em cada acontecimento, a potência ali investida se retroalimenta, se diferencia, o desejo produz mais desejos, a vida mais vida. O acontecimento produz novas formas, modificações de "essências" dos nossos modos de existir, esta modificação é o processo cartográfico, a partir da criação que se singulariza.

7. DERIVAS (IN)CONCLUSIVAS

Aqui pretendemos combater todo processo de afixação, captura e constrangimento. Rompendo com ciclos viciosos, exercendo nossos pensamentos... a partir dos conjuntos de forças heterogêneas que compõem nossa multiplicidade.



(“O VITRUVIANO-SEM-ORGÃOS; FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2020)

Nossa política-sem-órgãos:

Ao interpelarmos a produção de uma política pública, em síntese, apesar de sua utilidade heurística, grande parte dos autores configura esta produção a partir do ciclo de políticas públicas; entretanto, estas interpretações são empregadas com fins didático-explicativos (SARAIVA, 2006; FARAH, 2001; SECHI, 2010; BORGES, 2013).

Segundo Secchi (2010), o ciclo de políticas públicas raramente reflete a real dinâmica ou vida de uma política pública. Ou seja, é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida. Contudo, o que produzimos (cartografamos), não são reduções, mas novas maneiras, novos caminhos.

Toda decisão, todo processo, seja produzido por uma instituição (racionalidade, transcendente, intencional) ou pelo corpo (imaneente, intensivo), está sempre em uma

conexão comum, uma produção desejan... a qual pode ser significada como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema (políticas públicas), como um processo intencional estabelecido por aqueles que o tornaram assim. Entretanto, mesmo pela dimensão intencional, há sempre uma zona de passagem, sem a qual não haveria processo.

Portanto, o processo de políticas públicas produz a partir de um comum, criando relações afetivas, alegres e dolosas. Todavia, toda afecção afirma existências; destarte, nesta zona comum, também há uma ordem imanente, uma ordem não racional, uma razão de potência, uma produção de lógicas aberrantes, pelo esquivo, pelo intensivo dos corpos.

Uma política de experimentação, que produza no acontecimento dos corpos, por um melhor uso de criação da realidade; sem castrações. Um pensamento criativo que é capaz de afirmar novos modos de vida.

Essa potência de compor e mudar, são os modos de existir e desejar combatendo as paixões tristes, em que todo processo de subjetividade dos corpos é entendido. Ou seja, uma política que responde às próprias naturezas dos presentes, às provocações da vida, no sentido de afirmar os novos modos de vida.

Uma política do eterno retorno. Compreendendo todas variações molares, moleculares e de fuga, pela quais, não permitem compensações, mas modificações heterogêneas dos corpos.

Uma real transmutação, de uma política pública, que adota a variação dos modos de existir, que produz a partir dos acontecimentos (novas subjetividades, singularização e desejos), permitindo a todo momento **transvalorar**.

Destarte, o que produz essa vida no devir, o que permite afirmar novos modos de vida, conectada, é a **política-sem-órgãos, ou seja, uma plano ético segundo Spinoza**.

O comum maquínico

O comum é essa zona, que nos permite afirmar todo o acaso dos encontros, o que nos coloca na coexistência dos encontros, afirmando a diferença. Contudo, segundo Nietzsche, podemos afirmar tudo, porém a afirmação está na maneira de

efetuarmos, nos modos de existir, pelos quais produzimos bons ou maus encontros. Pois, na dor, segundo Nietzsche, também produzimos.

Em nossas vivências e experimentações, ao acompanharmos o processo de revisão do Plano Diretor de Maringá nos anos de 2019 e 2020, acessamos essa zona comum dos encontros.

O que nos permitiu, produzir a partir da experimentação de um processo macropolítico: o processo político de produção urbana. Ou seja, inseridos neste campo de forças, construído/estruturado na linguagem, demos passagem aos fluxos do desejo.

Todavia, esses fluxos descodificados, sobre toda a produção urbana, foram substituídos por uma axiomática das quantidades abstratas em forma de moeda. Toda a composição maquínica atual, é agora máquina social. Afinal, “como é que as pessoas aceitam investir seus afetos desterritorializados nessa direção tão contrária a expansão de sua vida”? “Como é que engolem assim tao inocentemente, sem a menor problematizacão, a hierarquia de valorizacão das linguagens”? (ROLNIK, 1989)

Desde 1930, o crescente desenvolvimento urbano brasileiro, ganha consciência nos modos de organização, perante a instituição do primeiro plano diretor brasileiro, o chamado Plano Agache (VILLAÇA, 2004). Entretanto, os anos se passaram, e os modos macropolíticos de se produzir uma política pública urbana, encontram-se engessados, sobrecodificando os fluxos.

Apesar do fortalecimento dos movimentos sociais urbanos, com a promulgação da constituição de 1988, nossa revisão e planejamento urbano dos Planos Diretores, sustentam a mesma estrutura política, as mesmas máquinas sociais, aprimorada no discurso retórico.

E os fluxos do desejo, nesse movimento de produção urbana, sempre querem mais conexões, mais agenciamentos, pois toda demanda, é produto de um desejo, porém, de um desejo reativo.

Portanto, a partir de uma instrução normativa, o processo político da revisão do Plano Diretor municipal de Maringá nos anos de 2019 e 2020, permanece fragmentando os territórios e fechando as lideranças. Ou seja, um processo micropolítico reativo, esvaziado do inventivo.

Apesar de ser imanente afetar e ser afetado, quando acessamos o comum, desenvolvemos forças nos modos de existir, vivenciando territórios, singularizando

nossas próprias subjetividades. Destarte, o processo permitiu a produção-transformação de nossa realidade, gerando condições para lançarmos ao mundo, uma dissertação **(des)reterritorializante**.

Uma obra intensiva, a qual, não obstante, integraliza lacunas no campo dos estudos organizacionais da administração, pela falta de modelos (des)arranjados no método cartográfico, pois não limita pelos ritos acadêmicos, mas produz arte.

Valorizando a inter-relação (coextensiva), entre as dimensões macro e micro políticas, pois nossa natureza está na produção desejante, aquilo que retroalimenta nossas potências de existir. E, assim, organizar na dimensão do vivo, seria tomar como intencional o encontro com o comum na ausência de constrangimentos, em uma composição afetiva, aberta ao devir.

O devir-urbano:

O que criamos, ao organizar nossos encontros nesta zona de passagem; o que produzimos a partir dessa política-sem-órgãos?

A multiplicidade plena, pois não limitaremos os olhares, uma vez que, as margens dos mapas cartográficos são as próprias autonomia.

Portanto, o que desejamos, ansiamos, é esta autonomia urbana. Contudo, esta autonomia não metamorfoseia por linhas fixas, pois todo mapa é singularizante, nem pela falta, pois na existência, não falta nada.

Na existência plena, urbana, acessamos o comunal, a organização dos encontros: a cidade é território dos afetos e local dos encontros. O simples transitar através dos aglomerados urbanos, entre prédios, instituições, corpos, máquinas, toda essa composição rizomática urbana afirma as diferenças, os desejos.

Destarte, esse devir-urbano é território de liberdade; caracterizado na plenitude, heterogeneidade e autonomia. Potencializando a diversidade dos corpos:

- "a beleza do super homem veio até nós" (NIETZSCHE, 2012);
- porquê que então nos importariamos? Com deuses? morais; suas linguagens?

- estamos na cidade de Zaratustra; o amor e a felicidade compõe parte dos nossos corpos; somos nossas próprias raízes inseridas nesse rizoma;
- todo corpo é livre, o gozo, o sexo, o incesto... os fluxos são abstratos... nesse conatos, a organização dos encontros, compõe nossas derivas, produzindo próprios modos de existir, autônomos, por novas subjetividades; Pois o ser livre, que deviriza¹⁰ o espaço urbano, não é moralmente castrado, mas suas afecções são potencializadas.

O devir urbano é produto da diversidade, de políticas públicas afirmativas, pois a diversidade dos corpos desreterritorializa todo processo de produção urbana.

Ou seja, esse conatos urbano, produzido em afecções ativas, preenchido por alegrias, pelas libertações dos corpos... é a cidade que potencializa o incesto real;

Afinal, "o incesto real é a inseparável da intensa multiplicação dos órgãos e da sua inscrição sobre o novo corpo pleno" (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p; 279).

E existe? Sim, ao não permitirmos nos afetar perante as mazelas da vida virtual, potencializada na morte e retraída pela moral;

Afinal deus está morto; mas o super-homem vive em cada um de nós; basta que retiremos a capa vermelha terrena... introduzindo a capa da liberdade; dos corpos plenos: bebemos dessa fonte, sem órgãos... desse devir urbano:

- o devir incesto, o devir urbano, o devir vespa, permitem vivenciar a cidade, o intermezzo; território em que todos os devires se produzem e se encontram.

¹⁰ A produção/ação do ser, partir da verbalização do substantivo devir.

8. REFERÊNCIAL

ALVESSON, M.; KARREMAN, D. Decolonializing discourse: critical reflections on organizational discourse analysis. **Human Relations**, v. 64, n. 9, p.1121–1146, 2011.

ANGNES, Juliane Sachser; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; **Feira Agroecologica de Franscisco Beltrão (Paraná):** Um projeto de participação sob o enfoque da psicologia social comunitária na perspectiva Latino-Americana?, Revista Organizações e Sociedade, v. 26, n. 91, p. 665-690, 2019

ALCADIPANI, Rafael, BERTERO, Carlos Osmar, **Guerra fria ,e o inicio do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP.** Revista de Administração Empresas, São Paulo, SP, v. 52, 2012

ATA 1º AUDIÊNCIA PD, Revisão do Plano Diretor 2019. Acesso em 10 de novembro de 2020. disponível em> http://www2.maringa.pr.gov.br/construtor/arquivos/151020084002_1_audiencia_pdf.pdf. 2019

ATA 2º AUDIÊNCIA PD, Revisão do Plano Diretor 2019. Acesso em abril de 2020. disponível em> http://www2.maringa.pr.gov.br/construtor/arquivos/011020101449_ata_2ordf_audien_ciapublica_revisao_plano_diretor_270619_pdf.pdf 2019

ATA 3º AUDIÊNCIA PD, Revisão do Plano Diretor 2019. Acesso em abril de 2020. disponível em> http://www2.maringa.pr.gov.br/construtor/arquivos/011020101512_ata_3ordf_audie_ncia_publica_de_revisao_do_plano_diretor_19082019_pdf.pdf 2019

ATA 4º AUDIÊNCIA PD, Revisão do Plano Diretor 2019. Acesso em abril de 2020. disponível em> http://www2.maringa.pr.gov.br/construtor/arquivos/011020101409_ata_da_4ordf_aud_encia_publica_de_revisao_do_plano_diretor_do_municipio_de_maringa_apgt_01_26082019_pdf.pdf 2019

ATA 5º AUDIÊNCIA PD, Revisão do Plano Diretor 2019. Acesso em abril de 2020. disponível em> http://www2.maringa.pr.gov.br/construtor/arquivos/011020101409_ata_da_5ordf_aud_iencia_publica_de_revisao_do_plano_diretor_do_municipio_de_maringa_apgt_02_pdf.pdf 2019

ATA 6º AUDIÊNCIA PD, Revisão do Plano Diretor 2019. Acesso em abril de 2020. disponível em> http://www2.maringa.pr.gov.br/construtor/arquivos/011020101409_ata_da_6ordf_aud_iencia_publica_de_revisao_do_plano_diretor_do_municipio_de_maringa_apgt_03_28082019_pdf.pdf 2019

ATA 7º AUDIÊNCIA PD, Revisão do Plano Diretor 2019. Acesso em abril de 2020. disponível em> http://www2.maringa.pr.gov.br/construtor/arquivos/011020101409_ata_da_7ordf_aud_iencia_publica_de_revisao_do_plano_diretor_do_municipio_de_maringa_apgt_04_29082019_pdf.pdf 2019

ATA 8º AUDIÊNCIA PD, Revisão do Plano Diretor 2019. Acesso em abril de 2020. disponível em> http://www2.maringa.pr.gov.br/construtor/arquivos/011020101409_ata_da_8ordf_aud_iencia_publica_de_revisao_do_plano_diretor_do_municipio_de_maringa_apgt_05_30082019_pdf.pdf 2019

AVELAR, L. **Participação política**. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O (orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

ARAUJO, Rafael de P. A, PENTEADO, Claudio Luiz Camargo, SANTOS, Marcelo B. Pontal, **Democracia Digital experiencias de e-participação**: web ativismo e políticas públicas, Rio de Janeiro, *Historias, Ciências e Saúde*, v. 22, 2015

BANDEIRA, Manuel. Estrela da manhã. Poesia completa e prosa. In. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada, ed. Abril, São Paulo, 2016

BIZELLI, J.L. **A socialização do Direito à Cidade**: a questão da governança pública. Simpósio Internacional Interfaces das Representações Urbanas em Tempos de Globalização. Bauru: FAAC-UNESP, 2005

BIZELLI, J.L. e Alves, J.X.S. Planejamento Estatal, Gestão Participativa e Regulação do Território Urbano. In: GUEDES, A.M. e FONSECA, F. Controle Social da Administração Pública. São Paulo: EDUNESP/FGV/Oficina Municipal, 2007

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2006; 2012

BORGES, William Antonio. **Gestão Metropolitana**: sua construção a partir de duas experiências de associativismo territorial na Região Metropolitana de Curitiba. Tese (doutorado) FGV – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2013

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico, 2015**. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411520>> Acesso em 31 de agosto de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

BRASIL. Lei nº 10.257/2001. **Estatuto da Cidade**. 2001.

BRASIL. Lei nº 11.107/2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. 2005.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da MetrÓpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF

BOBBIO, Norberto. **O conceito de Sociedade Civil**, ed. Graal, ed.1 Rio de Janeiro, RJ, 1982

CARVALHO, Jairo Dias. O Problema da Expressão Em Deleuze e Spinoza. Revista CONATUS: Filosofia de Spinoza- v. 1, n. 2, p; 43 – 49, 2007

COELHO, Eduardo Jose de Jesus. Brazilian Articulated steam locomotives, Sociedade de Pesquisa para Memoria do Trem, 2003

COELHO, Kellen da Silva; "**Participacao e 'Não'!** ao Plano da CEPA": uma análise das práticas organizativas de resistência à noa proposta de plano diretor apresentada pelo poder público de Florianópolis, I. ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 37 2013, Rio de Janeiro ANPAD, 2013

COOK, Bill, **O gerencialismo de (Terceiro) Mundo**, São Paulo, SP, Revista de Administração de Empresas, v. 44, n. 3, 2004

COBB, Roger W.; ELDER, Charles D. Issues and agendas. In: THEODOULOU, Stella; CAHN, Matthew A. *Públic policy: the essential readings*. Upper Saddle River, NJ, Prentice Hall, 1995.

CONLEY, Tom. Molar/Molecular. In: PARR, Adrian (Eds.). *The Deleuze Dictionary*. Edinburg: Edinburg University Press, 2010.

CORRÊA, Lobato. Espaço, um conceito chave da geografia. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas* (15ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012

CORRÊA, Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; Souza, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). *A produção do espaço urbano: agentes e processos; escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2013

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvona S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvona S. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006

DEMO, P. **Do beneficiário ao cidadão**. In: *Política social do conhecimento: sobre futuros do combate à pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2011

DEWALT, K. M.; DEWALT, B. R. **Participant observation**: a guide for fieldworkers. Toronto: Altamira Press, 2011

DELEUZE, Gilles. *Difference et repetition*, Paris. PUF. 1968

DELEUZE, Gilles, **Crítica e Clínica**, trad. Pelbart, editora 34, São Paulo, 1997; 2012

DELEUZE, Gilles **Conversações**. ed. 34, São Paulo: 1992

DELEUZE, Gilles. *Spinoza et le problème de l'expression*. Paris: 1968

DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia pratica*. São Paulo: Ed. Escuta Ltda, 2002

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Felix. **Maio de 68 não ocorreu**, Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência – 1º quad, Vol. 8 n. 1, p. 119 – 121, 2015

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. **O que é a Filosofia**, trad. Prado Jr. E Muñoz, editora 34, Rio de Janeiro, 1992

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**, capitalismo e esquizofrenia Vol. 1, trad. Oliveira, Guerra Neto e Costa, editora 34, São Paulo, 1995; 2011

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**, capitalismo e esquizofrenia Vol. 2, trad. Oliveira e Leão, editora 34, São Paulo, 1995; 2011; 2019

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**, capitalismo e esquizofrenia Vol. 3, trad. Neto, Oliveira e Rolnik, editora 34, São Paulo, 1996; 2012

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**, capitalismo e esquizofrenia Vol. 4, trad. Rolnik, editora 34, São Paulo, 1997; 2012

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**, capitalismo e esquizofrenia Vol. 5, trad. Pelbart e Caiafa, editora 34, São Paulo, 1997; 2012

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. **O Anti-Édipo**. O capitalismo e esquizofrenia, trad. Orlandi, editora 34, São Paulo, 2010; 2011; 2017

DELEUZE, Gilles. PARNET, Claire. *Diálogos*. Editora escuta, São Paulo, 1998

PASSOS, Eduardo. KASTRUP, Virgínia e ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2020

ESTATUTO DAS CIDADES, 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm> Acesso em 31 de agosto de 2019

FAIRCLOUGH, N. **A dialética do discurso**. Revista Teias, v. 11, n. 22, p. 225-234, 2010.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-836, June 2011 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000300011&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Sept. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000300011>.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 119 a 144, jan. 2001. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6364/4949>>. Acesso em: 20 Set. 2020.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no nível municipal de governo. In: VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. *Policy Analysis in Brazil: the state of the art*. Toronto: University of Toronto Press, 2012.

FOUCAULT, Michael. 1926 – 1984, *Ética, Sexualidade, Política: A Escrita de Si*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de
FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Ed. Loyola, São Paulo, 2014

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e Verdade**, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2019

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia Básica**, São Paulo, Oficina de Textos, 2008; 2014

GERGEN, K. J. (2003). Knowledge as a language game. In K. J. Gergen & M. Gergen (Ed.), *Social construction: A reader* (pp. 15-17). London: Sage

GODOI, Christiane Kleinubing; MELO, Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa da. Pesquisa qualitativa e o debate sobre o direito de pesquisar. In: GODOI, Christiane Kleinubing; MELO, Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa da (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: Paradgimas, Estratégias e Métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOHN, Maria da Gloria. **Participação e Democracia no Brasil**: Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013, editora vozes, Petrópolis – RJ, 2019

GUATTARI, Felix. NEGRI, Antonio. As verdades nômade: por novos espaços de liberdade. Traduzido por Mario Antunes Marino, Jefferson Viel. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Politeia, 2017

GUATTARI, Felix. ROLNIK, S. **Micropolítica** – Cartografias do desejo. Ed. Vozes, Petropolis, 4º ed. 1996

GUATTARI, Felix. **Caosmose**: um novo paradigma estético, trad. Oliveira e Leão, editora 34, São Paulo, 1994, 2019

GUATTARI, Felix, **As Três Ecologias**, trad. Bittencourt e Rolnik, editora 34, 21 ed. Campinas, 2012

GOULART, S. et al. **Articulações em rede e acontecimentos no território:** subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. Cadernos EBAPE.br, Rio de Janeiro, v 8, n.3 p. 388-403, 2010

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In BAUER, M. W.; GASKELL, G.; (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis. Ed. Vozes, 2002.
HARDT, Michael. NEGRI, Antonio. **Bem Estar Comum**, Ed. Record, Rio de Janeiro, 2016

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes:** Do direito à cidade à Revolução urbana. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2014.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas:** conceitos básicos. Programa de Apoio a Gerência Social no Brasil, BID. 1997.

KINGDON, John. Como chegar a hora de uma idéia? In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.) Políticas Públicas: coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006. v. 1.

LACLAU. Ernesto. A Razão populista. São Pauo: Tres Estrelas, 2013

LORENZI-GUANAES, Carla. MOSCHETA, Murilo S. WEBSTER-CORRADI, Clarissa M. VILELA E SOUZA, Laura. **Construcionismo Social:** discurso, prática e produção do conhecimento. Rio de Janeiro, 2014

MATTOS, Liana Portilho (org.), ALFONSIN, Betânia de. FERNANDES, Edésio. PINHO, Evangelina. OSORIO, Leticia Marques. JUNIOR, Nelson Saule. **Estatuto da Cidade comentado:** lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Editora Mandamentos, 2002

MARINGA CIDADES, 2019, disponível em <http://www2.maringa.pr.gov.br/cdn-imprensa/audiencia_plano_diretor_apresentacao.pdf> Acesso em 31 de agosto de 2019.

MARINGA, Resolução Municipal. Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial, Lei Complementar 632 de 06 de outubro de 2006 acesso março/2021 <http://www2.maringa.pr.gov.br/cdn-imprensa/apgt/resolucao_021.pdf> 2006

MARINGÁ CIDADES, Demografia do Município, "Maringá, melhor cidade do Brasil para se viver, acesso em março de 2021,;

Fonte:<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411520&search=||in fogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>, 2021

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELUCCI, Alberto. Challenging codes: Collective Action in the Information Age, Cambridge: Cambridge University Press, 1996

MELO, I. F. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura**, ano 5, n. 11, 2009.

MONTEIRO, Felipe i. Cartografias em Trânsito: A mobilidade e bicicleta pela cidade, Maringá, 2019;

MONTERO, M. *Teoría y práctica de la psicología comunitaria*: la tensión entre comunidade y sociedad. Buenos Aires: Paidós, 2008

MONTERO, M **Un paradigma para la psicología social**: reflexiones desde el que hacen America Latina. In: MONTERO, M (org.). *Construcción y Crítica de la Psicología Social*. Barcelona: Editorial Anthropos, 1994.

MOREIRA, Tomás Antonio. TERBECK, Mario Inês. Planos diretores municipais de pequeno porte no Paraná: Cianorte, Rondon e São Tomé, *Revista Brasileira de Gestao Urbana*, maio/ago. v. 7, p. 227 – 236, 2015

NASCIMENTO, Clebemilton Gomes. A cerca da ideia de grupo e a produção de conhecimento científico encarnado. *Revista Espaço Academico*, n. 223, jul/ago, 2020

NEGRI, Antônio. GUATTARI, **As Verdades Nômades**: Por novos espaços de liberdade, trad. Marino e Viel, 1 ed. São Paulo, 2017

NEGRI, Antônio. **A Anomalia Selvagem**: Poder e Potencia em Espinosa, trad. Ramalhete, editora 34, São Paulo, 1993; 2018

NEWTON, Isaac. *The Principia*, A new translation by I.B. Cohen and A. Whitman, University of California press, Berkeley 1999.

NOBRE, M. Choque de democracia: razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Participação Política**. In: Giovanni, Geraldo di; Nogueira, Marco Aurélio (Org.). Dicionário de Políticas Públicas. 2v. São Paulo: Fundap/Imprensa Oficial. 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Sociedade Civil, Entre o Político-Estatal e o Universo Gerencial**. Revista Brasil de Consciência Social, vol. 18, n. 52, 2003

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra**, Ed. Martin Claret, São Paulo, 2019

NIETZSCHE, Friedrich, **O Anticristo**, Ed. Martin Claret, São Paulo, 2018

NIETZSCHE, Friedrich, **Além do Bem e do Mal**, Ed. Lafonte, São Paulo, 2017

NIETZSCHE, Friedrich, **Genealogia do Poder**, Ed.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, 1844 – 1900 **O Pensador: Nietzsche**, ed. 2, São Paulo, 1978

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, 1844 – 1900. **Além do Bem e do Mal: prelúdio de uma filosofia do futuro**. Tradução Antonio Carlos Braga, São Paulo, Lafonte, 2017;

OLIVEIRA, Renato Alves de. Os interesses políticos no processo de criação e implementação da Região Metropolitana de Umuarama – PR, Maringá, 2020

OXFORD, University Press. Dicionário. University Oxford Press, 2012

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**, editora Boi Tempo, São Paulo, 2015

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**, notas para uma vida cafetinada. São Paulo, 2018

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo, editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.) Políticas Públicas: coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006. v. 1.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa, Rio de Janeiro; Civilização Brasileira; 4 ed; 2009

SANTOS, Boaventura de Souza, **Democracia e Participação**: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre, ed. Afrontamento, n 804, 2002

SILVA, A.H., FOSSÁ, M.I.T. **Análise de conteúdo**: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. Qualitas Revista Eletrônica, Vol.17. No 1. 2015.

SECCHI Leonardo, **Políticas Públicas**: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos, Ed. 2º, Florianópolis, SC, 2012

SECCHI Leonardo, **Políticas Públicas**: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos, Ed. 1º, São Paulo, 2010

SECCHI, Leonardo, **Análise de Políticas Públicas**: Diagnostico de problemas, recomendações de soluções. Ed., editora Cenage, São Paulo, 2016

SOUZA, Celina. **Coordenação de Políticas Públicas**, Enap, Brasília, 2008

SOUZA E VILELA, Laura; WEBSTER-CORRADI, M. Clarissa; MOSCHETA, Murilo; GUANAES-LORENZI, Carla; **Construcionismo Social**: discurso, prática e produção do conhecimento. Ed. Noos, 1999

SOUZA, Celina. **Federalismo e intermediação** de interesses regionais nas políticas públicas brasileiras. BIB, v. 65, p. 27-48, 2008.

SOUZA, Celina. **Governos e Sociedades locais** em contextos de desigualdades e de descentralização. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 431-442, 2002.

SEOANE, J (org.). **Psicología Política de la sociedad contemporánea**. Valência: Promolibro, 1990

SPINK, M. J. (org) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. São Paulo: Cortez Editora, 1999

SPINIK, Peter Kevin; **Pesquisa de Campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista**, EASP FGV, São Paulo, SP, 2003

SPOSITO, Marília Pontes, CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, n. 24, 2003

SPINOZA, B. **Tratado da reforma da inteligência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

SPINOZA, B. **Ética**. 1675 Belo Horizonte: Autêntica, 2008

SPINOZA, Benedictus de. 1632 – 1677, **Ética/Spinoza**. Tradução; Tomaz Tadeu. BH Editora Autentica, 2009

THIOLENT, Michel. (2011). **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez

TRIPP, David. (2005). **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf> Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005

TURETTA, C.; ALCADIPANI, R. **Entre o observador e o integrante da escola de samba: os não-humanos e as transformações durante uma pesquisa de campo**. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, 2011.

TONELLA, Celene, **Participação Social, Cultural política e indicadores de associativismo: os dirigentes de entidades sociais**, Revista Debates, Porto Alegre, RGS, v. 2, n.2, 2008

TONELLA, Celene (orgs.). **Política e Sociedade em cidade de porte médio: o caso de Maringá**, Eduem, Maringá, 2015

TATAGIBA, Luciana Ferreira, **A questão dos atos, seus repertório de Ação e Implicacoes para o processo participativo**, Brasília, DF, 2011

TATAGIBA, Luciana Ferreira, **Perspectiva do desenvolvimento Brasileiro**, serviços diálogos para o desenvolvimento, (org) Roberto Rocho C, vol. 7, 2009

TATAGIBA, Luciana Ferreira, **Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate**, Rev. Sociol. Polit. n.25 Curitiba – PR, 2005

PARANÁ, (2006, 25 de julho). Lei n. 15.229 de 25 de julho de 2006. Dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual. Brasília: Diário Oficial do Estado. 2006

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Pistas do método da cartografia. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Org.). Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2014. v. 2

PIRES, Roberto Rocha C. (orgs), **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação** Ipea 2011, Brasília, 2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. **Plano Diretor do Município de Maringá**. Maringá, 2006.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999

PERUZZO, Cicilia M. K. (1998). Comunicação nos movimentos populares. A participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998

TREVISAN, Anderson Ricardo. A Construção Visual da Monarquia Brasileira: Análise de Quatro Obras de b Jean-Baptiste Debret. [19&20](#), Rio de Janeiro, v. IV, n. 3, jul. 2009. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_jbd_art.htm

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In. VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. RAP, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5-43, mar./abr.1996.

VIERNO, V. Restauro, retrofit ou rearquitetura?. Revista Móbile, São Paulo: Ex Libris Comunicação Integrada, 2016;

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. O processo de Urbanização no Brasil, São Paulo, EDUSP, 2004

ANEXOS

Anexo I – DESCRIÇÃO DOS BAIRROS POR REGIÃO (Fonte: IPLLAM, 2019)

Região	Denominação das zonas fiscais	Zona	Nome
1	ZONA 01, ZONA 02, ZONA 03, ZONA 04, ZONA 05, ZONA 07, ZONA 09, ZONA 10, ZONA 14, ZONA 50	1	ZONA 01
		2	PARQUE RESIDENCIAL ANCHIETA
		2	ZONA 02
		3	ZONA 03
		4	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CEU AZUL - (G.P.M. LT 268 C)
		4	ZONA 04
		5	CONJUNTO HAB.ITAMARATY
		5	ZONA 05
		5	ZONA 05 - AMPLIAÇÃO
		7	JARDIM ACEMA
		7	JARDIM CAROLINA
		7	JARDIM CASTOR
		7	JARDIM IPIRANGA
		7	JARDIM UNIVERSITÁRIO
		7	LOTEAMENTO ALTO DA BOA VISTA
		7	RESIDENCIAL MORESCHI
		7	ZONA 07
		9	ZONA ARMAZÉM - ZONA 09
		10	ZONA INDUSTRIAL
		14	JARDIM CANADÁ
		14	JARDIM CANADA 2ª PARTE
		14	LOTEAMENTO MAREGA
		14	Sub.Lt. 29 (GLEBA PATR. MARINGÁ) - JARDIM MONTE BELO
		14	VILA PROGRESSO
		50	ZONA CENTRAL
TOTAL DE 25 BAIRROS			

(Parte do Anexo, Descrição dos Bairros por Região, Fonte: IPPLAM, 2019, p. 1)

Anexo III – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA E GRAVAÇÃO



implantar/ melhorar reciclagem, na totalidade de lixo, melhorar ciclovia, Av. Brasil e coeficiente de ocupação= 1;

Na proposta de número (08) oito, na zona 05 (cinco), próximo ao Hospital do Câncer, aumento de mobiliário urbano como lixeiras para dar suporte aos pacientes da região que permanecem o dia todo no bairro à espera de atendimento. Na mesma proposta também solicita outra melhoria na região 05 (cinco), revitalizar e instalar ATI ou API na praça próximo Colégio Estadual Byington Júnior e arrumar as calçadas dessa região;

Para a proposta de número 09 (nove) construir uma passarela na Avenida Colombo com Avenida Herval, para melhorar a acessibilidade entre a Universidade Estadual de Maringá e a Vila Olímpica, feita por Lúcio Peres;

Na proposta de número 10 (dez), propõe melhoria na Praça Rocha Pombo feita por Sônia Aparecida F. de Oliveira;

Na proposta de número 11 (onze) feita por Jane Costa, melhoria na assistência a 3ª idade, médico da família;

Para a proposta número 12 (doze) de Waldemir, A. Delazio propõe inúmeras residências de grande porte poderiam servir a prestação de serviços a 3ª terceira idade, casa de apoio, com estacionamento interno para não impactar no estacionamento;

Destaque final na proposta de número (04), trabalhar com a máxima densidade demográfica nas proximidades de linha férrea entre a Avenida Guerra, Avenida Brasil, Dezenove de Dezembro e Paraná;

Estudante pesquisador da Universidade Estadual de Maringá, Lúcio Pires vínculo a P.P.A, Programa de Pós-graduação de administração, solicitam autorização para gravação de áudio, sendo que foi autorizado por todos os presentes na sala.

A reunião foi encerrada às 09 horas e 10 minutos.